

Universidade Católica de Goiás  
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia  
Mestrado em Psicologia

Adoção de crianças por homossexuais: Crenças e formas  
de preconceito.

Luciene Campos Falcão

Goiânia – Goiás  
Fevereiro de 2004

Universidade Católica de Goiás  
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia  
Mestrado em Psicologia

## Adoção de crianças por homossexuais: Crenças e formas de preconceito.

Luciene Campos Falcão

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia – Goiás  
Fevereiro de 2004

Universidade Católica de Goiás  
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia  
Mestrado em Psicologia

**FOLHA DE AVALIAÇÃO**

Autora: Luciene Campos Falcão.

Título: Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de preconceito.

Data da avaliação: Fevereiro de 2004.

Banca Examinadora

Avaliação

---

Profª Drª Ana Raquel Rosas Torres  
Universidade Católica de Goiás  
Presidente

---

Nota ou Grau

---

Profº Drº Leoncio Camino  
Universidade Federal da Paraíba  
Membro

---

Nota ou Grau

---

Profº Drº Pedro Humberto Faria Campos  
Universidade Católica de Goiás  
Membro

---

Nota ou Grau

Goiânia- Goiás  
Fevereiro, 2004

## AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe e ao meu pai pelo amor delicado e por terem dado todo o suporte de que precisava para continuar sempre. Sou muito grata por tudo.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Raquel, que me fez descobrir o interesse pela pesquisa desde os tempos de iniciação científica, agradeço pela sua disponibilidade, dedicação e competência com as quais me orientou neste trabalho.

À minha irmã querida Rafaela que torce por mim e caminha comigo nesta trajetória, e por mostrar interesse em me ajudar.

Ao Fernando, por ser esta pessoa maravilhosa, que sempre me incentivou e me escutou quando eu mais precisava.

À minha família e aos amigos que sempre me incentivaram neste desafio, em especial, Cláudio, José Filho, Luciano, Fabíola, Tatiana, por compartilharem comigo as angústias e sucessos durante este percurso.

Às minhas sobrinhas Ana Taissa e Jordana por me ensinarem como é mágico o mundo infantil.

Ao Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Pedro Humberto Faria que sempre está à disposição para ensinar e por ter aceitado o convite de compor a banca examinadora.

Ao Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Leôncio Camino, agradeço por ter sido sempre acessível e por aceitar participar da banca examinadora.

Aos professores do curso que sem dúvida, contribuíram para meu crescimento: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anita Cristina, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sônia Margarida, Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Francisco Dionísio e a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Kátia Barbosa.

Ao Prof. Ms Cícero Pereira que mesmo distante sempre está a disposição para ensinar, dividindo o seu conhecimento.

À minha cunhada Aline de Rezende Falcão, pelo seu árduo trabalho de revisão.

A tia Dulcinéia agradeço a total disponibilidade em me ajudar a fazer pesquisa bibliográfica.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Processos Grupais, com os quais pude contar para elaboração deste trabalho: Ana Carolina Rodrigues, Ana Carolina Freitas, Andréa Cunha, Angélica, Ionara Rabelo, Jordana Helou, Lila Spadoni, Renata Mara, Margareth Gomes, Raquel Maracaípe. Saulo Teles. E as colegas desde o grupo de iniciação científica: Cristina Vianna, Juliany Guimarães e Thais Barros.

Finalmente, aos participantes e aos professores que cederam parte do seu tempo e colaboraram com este estudo.

## SUMÁRIO

Folha de Avaliação .....	i
Dedicatória .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Sumário .....	v
Lista de Tabelas .....	vii
Resumo .....	ix
Abstract .....	xi
Apresentação .....	01
<i>Por que estudar a homofobia na sociedade brasileira?</i> .....	05
Capítulo I – Adoção de Crianças .....	20
1.1. Família, adoção e pobreza .....	20
1.2. Estudos sobre adoção de crianças .....	30
1.3. A psicologia e a criação de filhos .....	35
1.4. Adoção para homossexuais .....	39
Capítulo II – Preconceito .....	50
2.1. Novas formas de preconceito .....	52
2.2. Teorias sobre o preconceito .....	58
2.2.1. Teorias no nível individual .....	58
2.2.2. Teorias no nível interpessoal .....	64
2.2.3. Teorias no nível intergrupar .....	69
2.2.4. Teorias no nível societal .....	76
2.3. O preconceito contra homossexuais .....	84
Capítulo III – Método, Procedimento, Resultados e Discussão .....	90
3.1. Primeiro estudo - Relações entre a aceitação da adoção de crianças por homossexuais e as explicações da homossexualidade .....	91
3.1.1. Método: amostra, procedimento e instrumento .....	91
3.1.2. Resultados e discussão .....	92
3.2. Segundo estudo – Opiniões sobre o casamento homossexual .....	98
3.2.1. Método: amostra, procedimento e instrumento .....	98
3.2.2. Resultados e discussão .....	99

3.3. Terceiro estudo – Adoção de crianças por homossexuais: As crenças e as formas de preconceito .....	107
3.3.1. Método: amostra, procedimento e instrumento .....	107
3.3.2. Resultados e discussão .....	110
Capítulo IV – Considerações Finais .....	125
Referências Bibliográficas .....	135
Anexo I: Questionário I .....	147
Anexo II: Questionário II .....	151
Anexo III: Questionário III .....	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Homossexuais assassinados no período de 1963-2001 .....	10
Tabela 2.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de atitudes sobre adoção de crianças por homossexuais .....	93
Tabela 3.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de explicações da homossexualidade .....	95
Tabela 4.	Resultados da regressão múltipla, pelo método <i>stepwise</i> , utilizando como variável – critério adoção de crianças por homossexuais e como variáveis antecedentes os indicadores sócio - demográficos, a pertença religiosa e causas da homossexualidade .....	96
Tabela 5.	Porcentagem das opiniões ao casamento homossexual em função da religião .....	101
Tabela 6.	Porcentagem das justificativas em função da religião .....	103
Tabela 7.	As opiniões dos universitários em função das justificativas .....	104
Tabela 8.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de atitudes sobre adoção de crianças por homossexuais .....	111
Tabela 9.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de atitudes sobre o casamento homossexual .....	112
Tabela 10.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de explicações da homossexualidade .....	114
Tabela 11.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada da escala de rejeição à intimidade .....	115
Tabela 12.	Cargas fatoriais, valor próprio e variância explicada dos tipos de emoções expressas em relação a homossexualidade explicações da homossexualidade .....	116
Tabela 13.	Médias, desvios padrões (entre parêntese) das explicações da homossexualidade em função do curso .....	117
Tabela 14.	Resultados da regressão múltipla, pelo método <i>stepwise</i> , utilizando com variável critério – adoção de crianças por homossexuais, e como variáveis antecedentes – os indicadores sócio – demográficos, a pertença religiosa, causas da homossexualidade e atitudes sobre o casamento homossexual .....	120

Tabela 15. Frequências, porcentagem e médias da adesão aos grupos de estudantes que forma distribuídos pela Análise Hierárquica nas escalas de expressão emocional e rejeição a intimidade em relação aos homossexuais.....	122
Tabela 16. Médias, desvios padrões (entre parêntese) adesão a escala de adoção de crianças por homossexuais em função dos tipos de preconceito.....	123

## RESUMO

Este trabalho procurou entender o posicionamento dos estudantes universitários goianos sobre a adoção de crianças por homossexuais, ancorando esse posicionamento numa rede de representações sociais sobre a homossexualidade, sobre a melhor forma de educar as crianças e sobre a influência da relação homossexual na criação dos filhos. Teve também como objetivo, verificar como estudantes expressam seu preconceito contra homossexuais, sobretudo nos índices de rejeição à intimidade e expressão de emoções negativas e positivas. No primeiro estudo (n=288) constatou-se que os estudantes tinham atitudes diferentes sobre a adoção de crianças por homossexuais dependendo de como eles representavam a homossexualidade e de suas pertenças sociais. No segundo estudo (n=134) verificou-se que as pertenças religiosas são preponderantes para entender a posição dos estudantes em relação ao casamento homossexual, sendo que a maior parte dos evangélicos não concorda com o casamento homossexual por acreditar que vai contra os princípios formulados por Deus. No terceiro estudo (n=297) constatou-se que os universitários espíritas que concordam com o casamento homossexual são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais. Por outro lado, os estudantes que explicam a homossexualidade em termos de comportamentos imoral ou ligada a problemas hereditários e os estudantes de psicologia são aqueles que consideram errado a adoção por casais homossexuais. Os resultados permitiriam classificar os estudantes em três grupos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos. O grupo mais representativo era composto por preconceituosos flagrantes, corroborando com o fato do Brasil apresentar altos índices de homofobia (Mott, 2003). Esses resultados apontam a necessidade de

discutir a tolerância em relação às minorias sociais na educação popular e pretende subsidiar cientificamente o debate sobre a adoção por casais homossexuais

## **ABSTRACT**

This research tried to understand what the students of Goiás University think about the children's adoption by homosexuals. This is anchored by some nets of social representations such as the homosexuality, what the best form of educating our children and what it is a really family. We believe that the possible rejection of the children's adoption by homosexuals is linked to the levels of existent homosexual aversion in the Brazilian society. In the first study (n=288) was verified that students had different attitudes toward the children's adoption by homosexuals depending on how they represented the homosexuality and their social belongings. In the second study (n=134) was verified that religious values are preponderant to understand the students' position in relation to the homosexual marriage. Moreover, the majority evangelical doesn't agree with the homosexual marriage because they believe it is against the principle formulated by God. In the third study (n=297) was verified that the spiritualist university students, who agree with the homosexual marriage, are favorable to the children's adoption by homosexuals. However, most of the students that consider the adoption by homosexual couples wrong are the psychology students and also those that explain the homosexuality as immoral behavior or behavior linked to hereditary problems. The results would allow to classify the students in three groups of individuals: flagrant prejudiced, subtle prejudiced and no prejudiced. The most representative group is flagrant prejudiced, corroborating to the fact that there is a high index of homosexual aversion in Brazil (Mott, 2003). Those results point to the need to discuss the tolerance against social minorities in the popular education and they also intend to supply scientific data for the debate about the adoption by homosexual couples.

## **APRESENTAÇÃO**

---

## APRESENTAÇÃO

No Brasil existem provavelmente 17 milhões de homossexuais (Mott, 2003) e muitos possuem relações estáveis. Por outro lado, muitos homossexuais possuem filhos biológicos que vivem sob sua guarda e sob o mesmo teto com os (as) companheiros (as) dos seus pais/mãe, desenvolvendo laços familiares estáveis e duradouros. No entanto, no caso de morte do pai/mãe biológico, como quem ficará a guarda dessas crianças? E se, o casal homossexual desejar adotar uma criança, como a sociedade brasileira encararia esse fato? De acordo Figueirêdo (2003), a constituição federal brasileira afirma absoluta igualdade de direitos, mas não reconhece a legalidade da união entre pessoas do mesmo sexo.

Sobre a adoção de crianças, atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) preconiza que qualquer pessoa maior de 21 anos independente do sexo ou do estado civil pode adotar uma criança. Então, nos colocamos uma outra questão: caso uma pessoa solteira com orientação sexual homoafetiva adote uma criança, e essa fosse educada juntamente com o (a) parceiro (a) do adotante, como ficaria em caso de falecimento da pessoa judicialmente responsável pela criança? Figueiredo (2003) afirma que é inconstitucional negar a adoção baseada na opção sexual do adotante.

Vale ressaltar que, no decorrer deste estudo, apresentaremos vários estudos (Bailey, Dobrow & Wolfe 1995; Golombok & Tasker 1996) que analisaram crianças criadas por homossexuais, verificando que estas são tão ajustadas quanto as crianças criadas num ambiente heterossexual.

Desta forma, pretendemos entender o posicionamento dos estudantes universitários a respeito da adoção de crianças por homossexuais, ancorando esse posicionamento na influência das relações homossexuais na criação dos filhos, nas explicações da homossexualidade, na pertença dos estudantes a rede de categorias sociais, como tipo de curso, gênero e a religião freqüentada por eles. Além disso, verificar como os estudantes expressam seu preconceito contra homossexuais, nos índices de rejeição à intimidade e expressão de emoções positivas e negativas.

Podemos supor que a rejeição à possibilidade da adoção de crianças por homossexuais esteja ligada aos níveis de homofobia existentes na sociedade brasileira.

A fim de construirmos o argumento central deste trabalho, inicialmente apresentamos nossas motivações para estudar o preconceito contra os homossexuais na sociedade brasileira. Para tanto, iniciamos a discussão fazendo uma breve apresentação sobre a homossexualidade na história da humanidade, desde a antiguidade até a pós-modernidade. Nessa discussão, enfatizamos o fato que, apesar das inúmeras conquistas relacionadas aos direitos civis, a sociedade brasileira ainda apresenta níveis elevados de preconceito contra os homossexuais. Por último, discutimos o projeto de lei da parceira civil registrada, proposta pela ex-Deputada Federal Marta Suplicy em tramitação na câmara federal.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentamos a visão de família contemporânea e um breve histórico sobre a adoção de crianças chegando até a atualidade. Discute-se também a relação entre abandono e adoção de crianças enfatizando os estudos realizados no Brasil sobre esse tema. Em seguida analisa-se a influência da psicologia na criação de filhos e, por último, apresentaremos os principais estudos realizados sobre a adoção de crianças por homossexuais.

No segundo capítulo, inicialmente apresentamos as investigações e conceituações, contemporâneas sobre o preconceito. Em seguida, apresentaremos as principais teorias formuladas desde a década de 30 até a atualidade sobre o preconceito. Por último, apresentaremos os principais estudos sobre o preconceito contra homossexuais.

O terceiro capítulo apresenta os três estudos empíricos deste trabalho. No primeiro estudo, apresentamos a construção da escala sobre as atitudes relacionadas à adoção de crianças por homossexuais relacionando-as com as crenças sobre a homossexualidade. No segundo, analisamos o quê os estudantes universitários pensam a respeito do casamento homossexual. Finalmente, no terceiro estudo, investigamos o posicionamento dos estudantes universitários frente à adoção de crianças por homossexuais, ancorando esse posicionamento nas crenças sobre a homossexualidade, sobre o casamento homossexual e nas pertenças sociais dos participantes.

Tomados em conjunto, os resultados apontam que as crenças sobre a homossexualidade e as pertenças sociais são preponderantes para entender as atitudes contra a adoção de crianças por homossexuais. Averiguamos também que os estudantes podem ser classificados nos três grupos propostos por Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito racial, permitindo classificá-los em três grupos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos. Verificamos grande índice de preconceito flagrante contra homossexuais, corroborando com o fato do Brasil ser um dos países que mais comete violência contra esse grupo.

Nos chamou a atenção o fato que vários estudantes disseram ser favoráveis aos homossexuais, mas são contrários à adoção de crianças ou até mesmo ao casamento entre eles. Constatamos, com a realização deste estudo, a necessidade de ampliar o debate sobre a homossexualidade dentro das universidades. Nas considerações finais, são retomadas algumas discussões que foram feitas no decorrer do trabalho.

***POR QUE ESTUDAR A HOMOFOBIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA?***

---

---

## ***POR QUE ESTUDAR A HOMOFOBIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA?***

A partir início da década de 1980, nos Estados Unidos, os homossexuais com o *slogan* “saindo do armário” começaram a tornar pública sua opção sexual. Atualmente, em quase todos os países do mundo, existem “As Paradas do Orgulho Gay”, quando multidões saem às ruas para se mostrarem e lutarem pelo seu espaço. No Brasil, em quase todas as capitais, existe o “dia da parada gay”. Em São Paulo, a primeira edição da Parada do Orgulho Gay reuniu 2000 pessoas e no ano de 2002 agrupou mais de 50. 000 pessoas.

A revista *Veja* de 25 de junho de 2003, cuja matéria de capa era “Gays, a vida fora do armário”, afirmava que antigamente os gays e lésbicas, para não serem molestados, se confinavam em guetos e que, apesar da discriminação ainda existir, a luta contra o preconceito atravessa uma nova fase de transformação, pois os homossexuais começam a se expor e exigir. A reportagem relata que de acordo com *site Mix Brasil*, dirigido por e para homossexuais, em 1995 havia 40 endereços GLS em São Paulo e boa parte deles localizados em regiões não privilegiadas da cidade. Atualmente, são 180 locais e vários deles situados em bairros nobres da capital paulista.

A reportagem discute não ter havido um aumento no número de gays e lésbicas, houve o aumento da exposição destes na sociedade. O atual processo de socialização dos homossexuais é a maior conquista registrada na história, pois em uma determinada época a homossexualidade era considerada crime e depois passou a ser vista como doença. Foi verificada que o processo de socialização não se deve ao afrouxamento dos valores e sim ao estado democrático, que não pode desrespeitar

seus princípios, “servindo sua lei maior para assegurar a realização dos direitos e liberdades fundamentais” (Dias, 2001, p. 71). Falamos em uma maior socialização, pois podemos observar em novelas e em propagandas o tema ser tratado, sem ser algo proibido. Somado a isto, vê-se que o próprio mercado capitalista começou a enxergar este grupo, pois a maioria das pessoas que o compõem não possui filhos e tem bom rendimento mensal.

As variações da expressão sexual comprovam que a sexualidade humana é cultural e não instintiva, pois se fosse ditada pela natureza, seria idêntica para todos os povos e em todas as épocas. Se o homossexualismo vai ser permitido ou condenado, se vai ser considerado pecado ou prática divina, se vai ser aberto ou escondido, nada disso é determinado pela natureza, mas pelos costumes de cada povo. O estudo da sexualidade humana está diretamente ligado à história do homem, de como ele representa o sexo, o poder, a mulher, a política, ou seja, sua vida. E como lembra Pereira (1997, citado por Dias, 2001), os temas da ordem da sexualidade são envoltos em uma barreira de silêncio, despertando inúmeras inquietações e curiosidades.

Golombok e Tasker (1996) relatam que são vários os fatores que fazem com que uma pessoa se descreva como homossexual e há uma variedade de influências, pois a orientação sexual é o resultado de interações complexas entre o indivíduo e o ambiente social.

Segundo Spencer (1999), a palavra “homossexualidade” apareceu em inglês em 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor do *Psychopathia Sexualis*, de Von Kcaft Ebing. De acordo com esse autor, anteriormente ao uso da palavra homossexualidade, era utilizado o termo “inversão” para os desvios do padrão da

época. Já no mundo antigo, não havia necessidade de distinguir o relacionamento de pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes.

Um grande número de antigos mitos Gregos (Zeus e Guímedes, Adonis e Dionísio) gira em torno do amor e sedução do jovem e quase todas essas histórias tratam de sua iniciação, sendo o menino aprendiz do tutor mais velho. Segundo Spencer (1999, p.29), “a pederastia ocupou um lugar na estrutura social como um ritual sagrado, as mulheres não tinham papel e deviam existir, subservientes fora do grupo”.

Apesar do homossexualismo ser aceitável na antiguidade, Chauí (1991) defende que na Grécia o valor fundamental era atribuído ao homem livre. Esse valor levava o privilégio da figura masculina sexualmente “ativa”. A mulher, o jovem, o escravo eram considerados “passivos” por sua condição de dominado e por obrigação tinha que aceitar tais relações. O jovem livre podia ser “passivo”, o escravo tinha que ser passivo. Já o adulto livre que fosse passivo era considerado imoral e indigno.

Entre os Hebreus, segundo Spencer (1999), havia a preocupação de que os homens sobrevivessem e se multiplicassem. O número de esposas era sinal de riqueza e poder. O casamento era uma obrigação religiosa e as relações sexuais que não fossem no casamento eram proibidas, garantindo assim a certeza das linhagens familiares e conseqüentemente assegurando que os bens permanecessem em família (Spencer, 1999).

De acordo com Darde (1999), a cultura ocidental foi moldada, na sua maior parte, pela idade de ouro dos gregos e pelos ensinamentos bíblicos dos hebreus. Para esse autor, essas duas culturas antigas estavam tão completamente em contradição na sua visão das mulheres e do sexo, da maneira de considerar a masculinidade infantil,

o conceito de prazer e a idéia do divino, que nos tornamos da mesma maneira “confusos” em nossas atitudes em relação à sexualidade.

Ao tentar fazer uma pesquisa histórica sobre o lesbianismo, Spencer (1999) encontrou um escasso material, pois nas culturas machistas pouco foi escrito sobre a vida das mulheres, demonstrando a indiferença no que diz respeito a elas. Durante séculos, os homens deram ênfase ao sexo com penetração e neste contexto o lesbianismo não era considerado crime, não tendo então registros judiciais. De acordo com Picazio (1998), existem mulheres homossexuais na mesma proporção que homens, mas as pessoas provenientes de culturas machistas se preocupam mais com um homem fazer o papel de mulher.

Em uma pesquisa realizada com o objetivo de verificar a diferença entre as escolhas amorosas entre heterossexuais e homossexuais, Féres-Carneiro (1997) estudou numa primeira fase 240 heterossexuais (119 homens e 121 mulheres) das camadas médias da população carioca, de diferentes faixas etárias e em diversas condições amorosas: namoro, casamento, separação ou recasamento. Numa segunda fase, foram estudados 116 homossexuais (66 homens e 50 mulheres) de mesmo nível sócio-econômico, da mesma faixa etária e nas mesmas condições amorosas dos sujeitos heterossexuais estudados anteriormente. Os participantes deveriam avaliar sua escolha amorosa, numa escala de cinco pontos, contendo 25 atributos e, posteriormente, respondiam a uma entrevista semi-estruturada sobre a interação conjugal.

Os resultados apontam que homens e mulheres heterossexuais valorizam mais a fidelidade, o companheirismo e o carinho e valorizam menos a jovialidade e a igualdade de crenças. Os homens não valorizam nas mulheres a capacidade econômica, a ambição e a competência profissional; já as mulheres não valorizam a

capacidade de ter filhos, a ausência de ciúmes e a atração física (Féres-Carneiro, 1997).

No entanto, tanto as mulheres quanto os homens homossexuais valorizam o companheirismo, a integridade e o carinho (semelhante aos heterossexuais) e valorizam menos a capacidade de gerar filhos, a mesma crença religiosa, a jovialidade e a capacidade econômica. A competência profissional foi mais valorizada pelos homens homossexuais do que pelos homens heterossexuais e as mulheres heterossexuais valorizam mais este atributo que as mulheres homossexuais. Segundo Feres-Carneiro (1997), os homossexuais estão procurando a terapia de casal para melhorar a vida a dois, como os casais heterossexuais, apesar do preconceito que ainda é marcante.

Sobre o ponto de vista do direito, Dias (2001) afirma que nas culturas ocidentais contemporâneas, os homossexuais são relegados à marginalidade por não se encaixarem na estrutura restrita de moralidade. São vistos, portanto, como “anormais” por não se encaixam nos padrões socialmente estabelecidos e são rejeitados pelo fato de serem diferentes.

No entanto, como cita Figueirêdo (2003), a Constituição Federal proíbe toda e qualquer forma de discriminação, inclusive a decorrente da opção sexual, através de leis que pune severamente o discriminador. Mas veremos, no decorrer deste estudo, que apesar dos avanços conquistados, ainda existe o processo discriminatório contra homossexuais no Brasil (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

De acordo com Lacerda (2001), a análise da história da sexualidade mostrou que o preconceito contra homossexuais é uma construção histórico-cultural. Pois, em algumas civilizações antigas (Grécia e Roma) as relações homossexuais só eram socialmente rejeitadas quando ameaçavam subverter a hierarquia social da época.

Mas, a partir do Cristianismo essas práticas passaram a ser concebidas como pecaminosas, pois representavam o descumprimento do que se avaliava ser a palavra de Deus, bem como o temor do indivíduo frente a tentações diabólicas.

Como foi descrito anteriormente, na sociedade contemporânea a homossexualidade é marcada por estigmas, que é definida como homofobia, ou seja, aversão a homossexuais. De acordo com os arquivos do Grupo Gay da Bahia (2001), que há vinte anos coleta informações sobre assassinatos de homossexuais, de 1980 a 2001 foram assassinados 2021 gays, travestis e lésbicas.

O grupo baiano trabalha juntamente com entidades que lutam pela manutenção dos direitos humanos e outros grupos do país, no intuito de analisar cada crime homofóbico praticado no Brasil. De posse do registro numérico dos assassinatos contra homossexuais, iremos colocá-los no texto em forma de tabela por considerarmos a importância do fato (Tabela. 1).

**Tabela. 1-** Número de Homossexuais Assassinados no Brasil no Período de 1963 - 2001

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
1963-1979	71
1980-1989	503
1990 –1993	519
1994- 1998	568
1999	169
2000	130
2001	132
<b>Total</b>	<b>2092</b>

Fonte: Grupo Gay da Bahia –2001

Os autores descrevem que das 132 vítimas no ano de 2001, 88 eram gays, 41 travestis e 3 lésbicas e esclarecem que as travestis são proporcionalmente mais vitimizadas do que as lésbicas e os gays, pois a população de transgêneros no Brasil deve oscilar entre 10 a 20 mil indivíduos, enquanto os gays devem ultrapassar 17 milhões.

De acordo com o relatório, em 2001 foram assassinados 19 profissionais do sexo, dos quais 15 eram travestis. Nos parece que o assassinato de travestis esteja ligado diretamente a uma cultura machista, pois os travestis se expõem pela forma como se vestem, contrariando os “machões” brasileiros, que não aceitam que um homem se comporte como uma mulher.

Importante ressaltar os dados documentais desta estatística sobre os crimes são encontrados nas seguintes fontes: 76% da imprensa escrita, 15% através da internet e 9% através dos arquivos do GGB. Estes últimos provem de informação oral, televisão e cartas, devido ao fato do grupo possuir uma rede nacional de informantes.

Segundo Mott (2002), as execuções praticadas contra homossexuais patenteiam o componente de extremo ódio presente em grande parte dos crimes homofóbicos. A violência ocorre não somente contra o indivíduo, mas contra o que ele representa no seu imaginário: a homossexualidade.

Os crimes de ódio são praticados em razão da raça, religião, orientação sexual etc. Para analisar se os crimes praticados contra homossexuais podiam ser definidos como crimes de ódio, Mott e Cerqueira (2001) procuram alguns indicadores: admissão formal ou informal do autor, abuso anti-homossexual, informação de pessoas que conheciam a vítima, mutilação, ausência de outros motivos, muitos golpes e assédio sexual.

Os crimes de ódio não são necessariamente causalidades, ocorrências inevitáveis ou incontroláveis. Há evidências sociológicas que a sociedade pode intervir para reduzir e prevenir muitas formas de violência, especialmente entre jovens, inclusive a violência por ódio que ameaça mortalmente e intimida diversas minorias sociais (Mott, 2002 p.05).

Confirmando estes dados, Figueirêdo (2003) cita o artigo publicado no Jornal do Comércio de 01 de maio de 2001, o qual afirma que o Brasil é campeão mundial de violência contra homossexuais.

Ao analisar os crimes praticados contra homossexuais, os pesquisadores do Grupo Gay da Bahia (2002) relataram uma dificuldade enorme, pois os jornais evitam colocar a opção sexual da vítima, algumas vezes a família nega o envolvimento da pessoa com outra do mesmo sexo. Por outro lado, os policiais também omitem a condição homossexual por ocasião do inquérito ou perícia. Além disso, muitas vítimas são encontradas sem documentos em lugar abandonado e são enterradas como indigentes. O que para nós reflete uma visão de uma sociedade patriarcal e machista, herança da cultura judaico-cristã, onde as relações homoeróticas são contrárias a lei divina.

Em relação à família, Mott (2002) relata que o preconceito contra o homossexual começa dentro de casa e é mais nocivo, pois incluem insultos, humilhações e a expulsão do lar.

De acordo com o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (2001), por trás de muitos assassinatos, mais do que a simples motivação de matar, roubar ou impedir de ser denunciado fica evidente a conotação homofóbica. Seja porque consideram o gay como traidor da categoria de macho ou até mesmo a vítima assumiu um estilo

que o assassino gostaria de assumir. É importante ressaltar que os homossexuais assassinados não tiveram seus pertences roubados.

Neste relatório, o autor cita uma pesquisa realizada por Myerse Thompson (2000) em que os crimes homofóbicos se baseiam em quatro justificativas: a idéia de estar limpando a sociedade; os jovens se sentem mais “machos” demonstrando força e poder; como uma forma de comprovar sua heterossexualidade e por último alegam que estão se prevenindo de um possível assédio sexual.

Consideramos de suma importância a união de grupos como este da Bahia, pois no Brasil não há dados oficiais sobre a violência praticada contra minorias sexuais, e nos faz pensar na violência que não deixa marcas, ou seja, a violência psicológica onde são violados os direitos deste grupo como humanos. Segundo Mott (2002) a discriminação contra homossexuais constitui um desrespeito aos direitos humanos e à igualdade de cidadania.

De acordo com Dias (2001) foi a partir da década de 60 e início dos anos de 1970 do século passado que aumentou a visibilidade das mais diversas expressões da sexualidade. Passaram a ser contestadas as posturas predominantemente negativas, desmascararam-se falsos preconceitos e errôneos pressupostos.

Um destes falsos preconceitos permeou até 1973, quando foi feita grande pressão pelos homossexuais sobre a Associação Americana de Psiquiatria para que ela suprimisse a homossexualidade do rol de doenças mentais. A entidade, diante de tanta repercussão negativa, acabou reconhecendo o erro de catalogar a homossexualidade como doença e removeu-a de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Desordens Psiquiátricas. A Associação Americana de Psicologia (APA), por sua vez, terminou por declarar que a homossexualidade não era uma patologia em 1975.

Finalmente, em 1º de janeiro de 1993, a Organização Mundial da Saúde (O.M.S.) retirou a homossexualidade de sua lista de doenças mentais, uma grande vitória contra as idéias pré-concebidas, mas não propriamente contra o preconceito, que existe em função da crença que os homossexuais detêm uma opção de escolha e que só é homossexual quem quer. A decisão se baseou, principalmente, no fato de que não foi provada qualquer diferença existente entre a saúde mental de um indivíduo heterossexual e a saúde mental de um homossexual. Porém, ainda prevalece o estigma social que liga a homossexualidade à doença.

Costa (1999) explica que "não existem sintomas e/ou sinais que justifiquem considerá-lo uma doença. Porém, o sofrimento existente entre homossexuais em geral deve ser considerado como decorrente da discriminação, do preconceito e da repressão social" (p.2).

O conselho federal de psicologia, através da resolução N° 001/99 de 22 de março de 1999, 24 anos após a APA, assegurou que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. Considerou, ainda, que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão. Afirmou também que os psicólogos não adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados e, desta forma, não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Mas será que os psicólogos brasileiros concordam com tal resolução? Segundo Camino e Pereira (2000) boa parte dos psicólogos tratam a

homossexualidade como um distúrbio que deve ser, se possível, superado ou então assumido.

De acordo com uma pesquisa realizada por Figueirêdo (2003), o grupo de donas de casa analisado representam os homossexuais como uma ameaça à família. Esse grupo indaga: Como querer constituir uma família? E não tendo relação sexual com fins de procriação e perpetuação da espécie, como querer ter filhos adotivos?

Foi pensando nestas questões que incluímos nos nossos objetivos entender como as pessoas representam a união entre homossexuais, no intuito de compreender de que forma esta representação influencia na adoção de crianças por homossexuais.

A existência de casais homossexuais é uma realidade que não pode ser negada. Mas na área do direito estes casais estão à margem da juridicidade. Segundo Dias (2001, p.25) “a mais cruel consequência do agir omissivo é a perpetuação de grandes injustiças”.

Atualmente O Projeto de Lei nº 1.151/95, de autoria da ex-Deputada Marta Suplicy, trocou o nome de União Civil para Parceria Civil Registrada. Conforme a própria justificativa do Projeto, ele não se propõe dar às parcerias homossexuais um status igual ao do casamento. Podem ser pactuados deveres, impedimentos e obrigações, contendo disposições de caráter patrimonial. O projeto protege o direito de propriedade e garante o direito de sucessão, de usufruto, benefícios previdenciários, direitos de curatela, impenhorabilidade da residência, direito de nacionalidade em caso de estrangeiros, possibilidade de inclusão no imposto de renda e na composição da renda para compra ou aluguel de imóvel. Não autoriza a troca de nome, mas também não a proíbe.

O projeto de lei nº 1.151/95, já aprovado pela Comissão Especial, despertou um grande protesto da sociedade brasileira. A Igreja Católica, através de sua

Comissão Episcopal de Pastoral, enviou correspondência aos deputados propondo a rejeição do projeto. No dia da possível votação (25.06.95), dezenas de pastores das igrejas evangélicas (batistas, presbiterianos, do Reino de Deus etc) foram se manifestar na porta do Congresso Nacional. Desde então, o projeto ainda está por ser votado.

Segundo Dias (2001), os homossexuais estão começando a adquirir visibilidade, e seus direitos merecem ser garantidos, mesmo que nenhuma regulamentação até agora tenha reconhecido tais relacionamentos, tidos como não convencionais. Sendo necessário a normatização desses vínculos afetivos com a atribuição de direitos e definição de obrigações.

A homossexualidade, a transsexualidade, o travestismo, a bissexualidade, a convivência homossexual, adoção de crianças por casais do mesmo sexo são aspectos da expressão da sexualidade que devem ser considerados em seus amplos desdobramentos, por seus valores próprios, tanto pela moral e pela religião, como pelos costumes e tradição, antes de tudo pelo direito e pela justiça (Dias, 2001 p.25).

A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer a união homossexual, no ano de 1989, concebendo inclusive o direito da troca do nome. Na Suécia, a legalização ocorreu 1995. A Catalunha e a Islândia possuem leis que concebem à parceria os mesmos direitos das pessoas casadas, mas em todos esses países há impedimentos para adoção de criança.

Quem primeiro autorizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi a Holanda no dia 1º de abril de 2001. De acordo com Dias (2001) a lei permite o casamento com iguais direitos e deveres e idênticas conseqüências jurídicas às da união heterossexual, ficando assegurado que os conjugues podem adotar, mas

somente crianças holandesas. Antes era possível o registro de casais homossexuais, a nova lei facultou as uniões civis já existentes.

Nos Estados Unidos, foi aprovada uma lei em 1996 em defesa ao casamento, negando o reconhecimento federal ao casamento de mesmo sexo, sendo permitido aos Estados não aceitarem esse tipo de união. Dias (2001) relata que Vermont foi o primeiro estado a regular a lei da união civil, que confere aos pares do mesmo sexo o status legal do casamento. A adoção por um homossexual já era aceita naquele estado há pelo menos 30 anos.

Em novembro de 2003, a mais alta corte de Massachusetts, nos EUA, determinou que o Estado não pode negar a gays e lésbicas o direito de se casar, um parecer que pode fazer do Estado o primeiro do país a reconhecer casamentos entre homossexuais. Já era reconhecida a união civil e não o casamento, no entanto não há diferença legal entre a união civil e o casamento.

Dias (2001) diz que os grupos de extrema repressão estão situados nos países islâmicos e mulçumanos, onde é imposta a pena de morte à manifestação da homossexualidade, tanto masculina quanto feminina. Segundo dados da Anistia Internacional, mais de 70 países do mundo consideram a homossexualidade um crime e em 30 foram constatados abusos aos direitos humanos, caracterizados pelos crimes de ódio, descritos anteriormente.

É interessante perceber que mesmo nos países que possuem leis mais flexíveis em relação aos direitos dos homossexuais, quase todos não aceitam a adoção de crianças por casais homossexuais.

Atualmente, ocorreram vários progressos, pois diversos países europeus legalizaram a união homossexual. No entanto, com a publicação, em julho de 2003, de um documento da igreja católica, intitulado *Considerações sobre proposta de*

*reconhecimento legal a uniões entre pessoas homossexuais*, elaborado pela Congregação para a Doutrina e Fé do Cardeal Ratzinger, houve um retrocesso. Nesse documento, o matrimônio com as bênçãos da igreja foi instituído pelo “Criador” com a finalidade de fecundação, estando as relações homossexuais, assim, em contraste com a lei natural.

O relatório diz, ainda, que, por razões biológicas e antropológicas de família, as uniões homossexuais não podem ter o reconhecimento legal, por não garantirem a procriação de espécie. O que nos chama a atenção deste relatório publicado pelo Vaticano, é que a preocupação central se coloca sobre a adoção de crianças caso estas relações sejam reconhecidas judicialmente, já que afirma que:

Inserir crianças nas uniões homossexuais através de adoção significa, na realidade, praticar a violência sobre essas crianças, no sentido que se aproveita de sua fraqueza para introduzi-la em ambientes que não favorecem o seu pleno desenvolvimento humano. (Congregação para a Doutrina e Fé, 05/07/2003, p.3)

Neste documento, concluem que deve existir o respeito para homossexual, mas não a legalização da união entre duas pessoas do mesmo sexo e que a igreja tem o papel de preservar os valores e a família.

Os noticiários brasileiros informaram que após a divulgação deste relatório ocorreram manifestações contrárias ao documento em quase todos as partes do mundo. E vale ressaltar que, contrariando os preceitos da igreja, existem estudos (Bailey, Dobrow, Wolfe & Mikach 1995; Golombok & Tasker 1996) que analisaram crianças criadas por homossexuais e que verificaram que estas são tão ajustadas

quanto as crianças criadas em ambiente heterossexual. No próximo capítulo estas pesquisas serão apresentadas mais detalhadamente.

## **CAPÍTULO I -- ADOÇÃO DE CRIANÇAS**

---

## ADOÇÃO DE CRIANÇAS

Neste capítulo apresentaremos aspectos importantes sobre a adoção de crianças. Inicialmente, serão discutidos alguns conceitos de família e de adoção de crianças em seu caráter histórico e atual, também enfocaremos como a pobreza se relaciona com crianças abandonadas. Em seguida, relataremos estudos específicos sobre a adoção no Brasil, e como a psicologia influencia nas representações sobre adoção de crianças. Por último, descreveremos estudos realizados sobre a adoção de crianças por casais homossexuais.

### **1.1 Família, adoção e pobreza.**

De acordo com Fonseca (1995), quando pensamos em família no Brasil, o pensamento se restringe à família conjugal em co-residência de um casal com seus filhos e vemos este modelo como natural. Segundo essa autora, nos esquecemos que este modelo emergiu por volta do séc. XVIII e que, sem certos elementos como a individualização do salário a centralização do estado, seria impossível seu surgimento.

A história nos ensina quão difícil foi a implantação deste modelo familiar em grupos populares europeus. As medidas coercitivas de enclausuramento dos séculos XVIII e XIX visavam sanear a rua, retirando mendigos, órfãos e prostitutas do espaço público. Mas na realidade nada adiantou até o início do século XX. A família conjugal só veio a se consolidar no início deste século, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária. (Fonseca, 1995, p. 21).

Mas devemos tomar cuidado para não usar esses dados no sentido de reforçar uma visão evolucionista simplória, pois, pesquisas antropológicas constataram um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, em que a família patriarcal não era mais comum do que hoje (Fonseca, 1995).

No entanto, segundo Dias (2001), a primeira visão que as pessoas fazem é a da família patriarcal, nitidamente hierarquizada, com papéis bem definidos, constituídos pelo casamento, com uma formação extensiva. Mas, atualmente, têm ocorrido mudanças no conceito de família. Hoje a família é nuclear, horizontalizada, apresentando formas intercambiáveis de papéis, sem o selo do casamento.

Ribeiro e Ribeiro (1994) analisam os efeitos práticos dessas mudanças destacando a fragmentação de desenho hegemônico e a construção de novos padrões que contrariam as normas tradicionalmente estabelecidas. Atribui-se ao movimento feminista especial responsabilidade nesse processo de renovação e crenças. Poeschl (2003) relata que as opiniões sobre a divisão de papéis conjugais se tornaram mais liberais com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, sem que isso se traduzisse em alterações significativas. Isto porque as trabalhadoras que possuem filhos pequenos continuam a ser consideradas como as principais responsáveis pelos filhos. Willer (1995) mostra que, apesar de existir a expectativa para que os homens cuidem dos filhos, a sociedade não os encoraja a assumir tal papel e não os prepara para desempenhar o papel de pai.

Ao estudar a família brasileira, Assmar, Ferreira Novaes e Tomaz (2000) analisaram cinco fatores: dominação masculina, valores tradicionais da família, virgindade feminina, abnegação feminina e obediência afiliativa. Os resultados demonstraram que os homens, independente da idade, apresentaram maior grau de adesão à dominação masculina, a valores tradicionais de família e à virgindade

feminina. Já na abnegação, as mulheres, independente da idade, mostraram maior grau de adesão. Esses resultados demonstraram que, apesar da população jovem ter crescido no período de transição de valores, eles ainda contêm elementos tradicionais que perpassam as gerações.

Segundo Figueirêdo (2003), a ampliação quantitativa de separações e divórcios, os novos casamentos dessas mesmas pessoas com outras, o concubinato, as “barrigas de aluguel”, os “bebês de proveta” são fenômenos típicos dos nossos tempos. Diferentes conceitos de “família” estão povoando o universo da literatura jurídica, psicológica e sociológica, pois não se pode negar que os filhos estão convivendo com uma família, embora seja diferente do conceito tradicional.

A família é um tipo de instituição que, segundo Nader (1997), conforme as circunstâncias, atravessa a história, com formas e objetivos que transmudam numa época e lugar, sendo que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira repercutem nas famílias brasileiras. O primeiro motivo a ser considerado é de que o casamento, como instituição, surgiu com o fim precípua de procriar, concepção esta determinada pela própria Igreja, fazendo-se necessário, portanto, que as uniões fossem heterossexuais.

Em principio a formação da família vem sendo alterada, deixando de ser somente a tríade pai-mãe-filho. Esta transformação é de caráter cultural e também legislativa, pois a Constituição Federal reconhece como entidade familiar não só aquela monoparental, formada pela mãe e filho ou pai e filho, mas também a criação de filhos adotivos, ou seja, aqueles não nascidos no seio familiar natural.

A adoção tem sido uma prática utilizada desde a mais remota antiguidade, pois se tratava do meio pelo qual as famílias conseguiam assegurar uma perpetuidade na sua descendência, recebendo um “estranho” na qualidade de filho. Lisboa (1996)

relata que a adoção foi disciplinada no Código de Hamurabi (1728-1686) e ficou conhecida em Roma, pois atendia à necessidade de preservação da unidade religiosa, política, econômica da família romana. Posteriormente, na Idade Média, caiu em desuso por ser contrária ao sistema feudal que seguia os termos da consangüinidade. Além deste fator, Costa (1998) descreve que nessa data a igreja exerceu forte influência contrária à adoção, uma vez que um herdeiro prejudicava a doação feita pelos senhores feudais à igreja que morriam sem deixar descendentes.

No Brasil, Carvalho e Ferreira (2000) relatam que a adoção de crianças é uma instituição trazida pelos colonizadores que a receberam como herança da família patriarcal portuguesa e este modelo garantia que as crianças tivessem sempre um teto, embora em posição inferior frente aos filhos legítimos.

A legislação sobre a adoção mudou muito desde o início do século passado e está diretamente ligada as alterações concernentes a representação social de criança, e as necessidades básicas desta para se desenvolver normalmente.

De acordo Nogueira (1988), ao longo da história a adoção tem sofrido mudanças, pois inicialmente tinha por princípio dar filhos a quem não podia tê-los naturalmente e, posteriormente, passou a constituir um meio de assistência às crianças e aos adultos.

O Código Civil de 1916 foi o primeiro dispositivo legal sobre a adoção, garantindo que qualquer pessoa com mais de 50 anos sem prole legítima podia adotar com o consentimento dos pais biológicos. Não havendo restrição de sexo, estado civil ou nacionalidade, o adotando poderia ter qualquer idade, respeitando a

diferença de, no mínimo, 18 anos entre adotando e adotante. Esta relação era revogável e não anulava o vínculo entre a criança e seus genitores.

No que se refere à herança, se o adotado permanecesse filho único herdava integralmente, mas se houvesse filhos legítimos após adoção da criança, esse teria direito à metade da herança. No entanto, caso o adotante já tivesse filho legítimo antes da adoção, o adotante não receberia nada de herança. Fonseca (1995) relata que muitos juristas acreditam que para prevenir contra o nascimento subsequente de filhos biológicos a idade do adotante era alta (50 anos). “A posse da criança era regulamentada no cartório da mesma forma que se regulamentava a posse de bens e imóveis”. (Fonseca 1995, p.120).

No ano de 1957 (Lei 3.133) foram introduzidas alterações no Código Civil, dentre as quais foi reduzido para 30 anos a idade do adotante. Fonseca (1995) relata que nessa data surgiu um interesse pelo bem estar da criança e os Juízes de Menores começaram a cobrar que os cartórios lavrassem escrituras mediante autorização judicial. No que se refere à diferença de idade entre adotado e adotante, segundo Nogueira (1988, p.3) “deve ser observada como um meio de dar um caráter mais autêntico à adoção e como uma forma de imitar a própria filiação biológica”.

Nogueira (1988) relata que a adoção civil realizada em cartório não permitia total integração do adotado à nova família. Foi então que surgiu a lei 4.655, de 1965, sobre a “legitimação adotiva”, permitindo que a criança com menos de sete anos de idade tenha sua certidão antiga cancelada e seja registrada com o sobrenome de sua atual família.

No entanto, esta lei foi substituída pela nº 6.697, de 1979, com a criação do Código de Menores que passou a contemplar a adoção simples (arts. 27 e 28) e adoção plena (arts. 29 e 37), sendo que esta substituída a antiga.

Na adoção plena, o casal com filhos poderia adotar, ao provar que tinha uma relação estável de mais de cinco anos. Caso um dos conjugues fosse estéril, não era necessário este tempo de convívio. Tanto os solteiros quanto estrangeiros não poderiam adotar “plenamente”.

Atualmente, a adoção no Brasil, tanto aquela feita por brasileiros quanto por estrangeiros, residentes ou não no país, está regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. O art.41 do ECA diz que “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”. Segundo Elias (1994) os adotados terão os direitos e deveres próprios de um filho, ou seja, a experiência de obediência, respeito e a prestação de serviços próprios de sua idade e condição.

No artigo 42 do ECA “podem adotar os maiores de 21 anos independente de estado civil”. Não podendo adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. O adotante há de ser, pelo menos, 16 anos mais velho do que o adotando. No inciso quarto (§ 4º), os divorciados e os juridicamente separados poderão adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal.

Segundo Elias (1994) só será permitida a adoção quando faltarem os pais ou se esses forem destituídos do pátrio poder e, excepcionalmente, quando os pais

concordarem com o pedido de adoção. Em se tratando de adotado maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

No artigo 43 do ECA “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando”, pois se uma família deseja adotar uma adolescente de treze anos no intuito de cuidar da casa, a adoção provavelmente será indeferida, uma vez que a adoção não poder ser encarada pelos adultos como uma forma de obter companhia. Percebemos através deste breve relato da história das leis sobre a adoção no Brasil que houve vários progressos, principalmente para a criança a ser adotada.

Para que o processo de adoção seja iniciado, primeiramente o cadastramento do interessado à adoção deve ser feito junto à Vara da Infância e Juventude do seu domicílio, mas nada impede que o interessado faça o cadastramento em outras comarcas. Apesar da lei não especificar os documentos necessários, o Juizado da Infância da Juventude de Goiânia (2003) recomenda que sejam xerocados e autenticados: documentos de identificação, atestado de sanidade física, certidões de bons antecedentes e comprovante de renda.

Além desta documentação, é recomendado pelo juizado, que o interessado em adotar acrescente outros documentos que possam comprovar a estabilidade pessoal, estabilidade familiar, condições financeiras básicas para garantir à criança moradia, alimentação, educação e saúde. Após a análise, o processo vai para o juiz que examina os documentos e encaminha o processo para o Setor Técnico (formado por assistentes sociais e psicólogos).

Os técnicos avaliam o adotante tanto objetivamente quanto subjetivamente, através de entrevistas e visitas domiciliares, alertam o adotante sobre as dificuldades que enfrentará na criação da criança e emite parecer a respeito sob forma de um laudo psiossocial.

O primeiro ponto a ser analisado é se o adotante tem capacidade tanto do ponto de vista psicológico quanto social de ser pai ou mãe. De acordo com Figueirêdo (2003) a análise social tem por objetivo traçar a posição social do adotando e a análise psicológica busca conhecer a história de vida do mesmo e as justificativas que levou-o a adotar uma criança.

Os profissionais do juizado aconselham ao interessado que faça um exame profundo de suas convicções sobre a criação de um filho (Fonseca, 1995). A decisão de adotar segue a necessidade de esclarecer as características da criança desejada, devendo declarar a cor, a idade, além da disponibilidade ou não para acolhimento de uma criança com deficiência física ou mental. Vale ressaltar, que a maioria dos adotantes brasileiros preferem bebês do sexo feminino e brancas. As crianças com mais de três anos e negras permanecem na instituição durante muitos anos (Weber, 1996).

De acordo com Fonseca (1995), quando a criança indicada pelo Juizado da Infância e da Juventude é aceita mediante um Termo de Guarda, o adotando passa a ter a obrigação de cuidar e zelar pelo seu bem estar. Após o tramito em julgamento da adoção, cancela-se o registro de nascimento, efetuando-se um novo registro constando o nome dos pais adotivos.

Alguns juristas perceberam que além da adoção judicialmente consentida, existe um outro fenômeno que conceituaram como “adoção a brasileira” que, de acordo com Nogueira (1988), consiste em registrar um filho alheio como próprio. Embora seja considerado crime, nas décadas passadas vários tribunais aceitaram tal fato.

A “adoção a brasileira” constitui um crime contra o estado de filiação, correspondendo ao tipo de art. 242 do Código Penal, “acarretando inseguranças e incertezas para os adotantes e adotados pois não há direito adquirido diz a lei” (Figueirêdo, 2003 p.33). Segundo esse autor, teoricamente, uma pessoa que cometer tal ato pode ficar presa por seis anos, mas não há registro em qualquer lugar no Brasil de que o autor tenha ficado preso, pois as pessoas alegam que foi um ato de nobreza.

Vale ressaltar que o trânsito de criança entre casas de parentes ou de terceiros, em famílias de baixa renda, é muito antigo. Fonseca (1995) descreve que as crianças transitam entre a casa de avós, madrinhãs, vizinhas sem nunca passar por um tribunal. A autora realizou uma pesquisa com 120 famílias pobres em Porto Alegre (RS) na década 80 e os relatos indicavam que quase 100 crianças tinham “circulado” e nenhuma havia sido adotada judicialmente.

Sobre a cultura da adoção no Brasil, Santos (2000, citado em Figueirêdo 2003) levanta algumas distorções como: subvalorização da filiação adotiva, o costume de guardar sigilo sobre o filho adotivo para evitar o preconceito, e de evitar o contato com a família biológica, prioridade para família tradicional na seleção dos candidatos a adoção e por último o abandono e condenação da genitora que entrega o filho à adoção, sem levar em conta a história de vida dela.

Para Santos (2000, citado por Figueirêdo, 2003), para sair desta cultura excludente e autoritária é necessário fazer rupturas: o desejo de ser pai e mãe como a motivação primordial; uma escuta cuidadosa das mães que entregam seus filhos; o rompimento do sigilo em torno das filiações adotivas e, finalizando, que a adoção seja a última saída para falta de políticas públicas.

A adoção está ligada ao abandono de crianças e o abandono está ligado a vários fatores sócio-econômicos. Bierrenbach (1998) cita dados alarmantes que confirmam que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui um “universo de 35 milhões de crianças e jovens vivendo em situação de pobreza, o que significa que suas famílias possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo” (p.48).

Concordamos com vários teóricos (Costa, 1998; Fonseca, 1995) que não encaram a adoção com uma solução para milhões de crianças marginalizadas por um sistema econômico perverso. Neste sentido a melhor maneira de evitar que crianças sejam abandonadas nas ruas, seja uma melhor distribuição de renda e o desenvolvimento de políticas públicas que visem proteger, orientar as famílias desde o útero materno.

Dentro da realidade heterogênea da pobreza no Brasil, onde a miséria é mais arraigada em centros urbanos e as situações de risco para infância é ainda maior, o abandono de crianças está diretamente ancorada no contexto sócio – político. Costa (1998) descreve que na década de 80 a dívida externa e o desemprego facilitaram o aumento de crianças abandonadas.

Sobre a relação abandono *versus* adoção, Weber (1996) diz que o movimento da adoção no Brasil ainda não é quantitativamente suficiente para amenizar a questão do abandono de crianças e da conseqüente marginalização de crianças e adolescentes. No entanto, qualitativamente, a adoção configura-se como uma medida que possibilita a integração sócio-familiar da criança abandonada e o seu crescimento como pessoa.

Costa (1998) afirma que na maioria dos casos não é o abandono, os maus-tratos, a negligência ou a rejeição que fazem os pais institucionalizar o filho, e sim a busca de uma alternativa desesperadora de sobrevivência. Mas vale ressaltar que, na lei brasileira, a situação de pobreza, a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para destituição do pátrio poder.

Como foi citado anteriormente, o trânsito de crianças é uma prática muito antiga. Certas mães, principalmente da classe social menos favorecida, concordam que seus filhos sejam criados por terceiros. Fonseca (1995) aponta motivos como: o filho vai ser melhor criado em relação a bens materiais, solidificar laços com a sogra, gratificar a mãe ou ceder à insistência do novo companheiro que não deseja a criança em casa.

Esta fluidez dos limites da família era muito visível na década de 60 do século passado, não somente na classe baixa financeiramente, mas ainda na classe média. De acordo com Fonseca (1995), era comum uma mulher de classe média colocar um dos seus filhos na casa de uma irmã solteira ou estéril, e não temia os danos psicológicos que o afastamento da mãe biológica poderia causar. Segundo essa autora, somente nas últimas décadas que as crianças de classe média pararam de “circular”, tendo como hipótese que as “mães aprenderam a se angustiar conforme os ditames de Freud e Drº Spock. Com sua memória convenientemente curta, este grupo passou a condenar a circulação de crianças como uma prática de pais desnaturados ” (p.40).

## **1.2. – Estudos sobre adoção de crianças**

Weber (1996) relata que o tema adoção é envolto em vários preconceitos e é tratado geralmente na intimidade das famílias. Até a década de 80 do século passado havia poucos estudos sistemáticos sobre o assunto. Essa autora traçou o perfil de adotantes e adotados analisando 108 pais adotivos e 56 filhos adotivos (com idade superior ou igual a 12 anos). Esses dados foram coletados através de dois questionários semi-estruturados com quarenta questões cada, um era respondido pelos pais e o outro pelos filhos.

Os resultados mostraram que 91% dos pais estavam casados na época da adoção, e o maior motivo foi o desejo de ser pai e mãe (55%). Na época da adoção a mulher tinha uma média de 33 anos de idade e o homem 38 anos e possuíam nível superior de escolaridade. Como citado anteriormente, o perfil da criança adotada equivale ao que Weber (1996) chamou de crianças “adotáveis” no Brasil: uma criança saudável (76% não apresentavam problemas de saúde), sexo feminino (60%), recém-nascido (69% tinha até três meses de vida) e pele clara (64% eram bebês brancos).

No entanto, a autora constatou que 17% dos adotantes adotaram tardiamente, ou seja, as crianças tinham mais de dois anos de idade. Ainda foi possível verificar que 64% das adoções foram feitas no Juizado da Infância e da Adolescência, o restante das adoções foram realizadas de forma ilegal, a chamada “adoção à brasileira”, havendo uma correlação entre o nível sócio-econômico e o tipo de adoção, ou seja, 68% dos que ganham até US\$500,00 mensais adotaram ilegalmente, enquanto 77% daqueles que ganham US\$ 2.000,00 adotaram através do juizado.

Os pais adotivos afirmam que têm ótimo relacionamento com os filhos, os consideram com bom desenvolvimento escolar e encaram de forma positiva a adoção. Já os filhos, 34% acham que por questões financeiras não vivem com pais biológicos e 6% acreditam que seja por puro abandono. Destas crianças, 62% não conheceram os pais biológicos e tinham sentimentos confusos em relação a eles. Sobre o relacionamento com a família adotiva, 85% das crianças acham ótimo ou normal. Além destes dados, Weber (1996) verificou que os pais menos privilegiados financeiramente foram os que fizeram menos exigência em relação às crianças.

Segundo Ebrahim (2001), a difusão dos grupos de estudos e apoio à adoção, juntamente com o movimento voltado para a sua disseminação, efetivaram-se buscando desmistificar os conceitos errôneos existentes.

No Brasil, a adoção é comumente vista como a solução para problemas de infertilidade, o que justifica a maior procura por bebês. Os adotantes acreditam que as crianças mais velhas podem não assimilar os valores da família. Ebrahim (2001) elucida esse fato: “os conceitos dos adotantes quanto à adoção de crianças mais velhas relacionam-se fundamentalmente com a dificuldade de educação” (p.74).

Em uma pesquisa realizada por Ebrahim (2001) sobre a adoção participaram pessoas solteiras, casadas e divorciadas que realizaram adoção tardia (27) e adoção convencionais (55). Ao procurar analisar a maturidade, estabilidade psicológica, o altruísmo, o sexo e o nível de escolaridade, essa autora verificou, nos dados do questionário, que as mulheres que realizaram adoções tardia tinham o nível de escolaridade e a renda salarial mais elevados.

Nessa pesquisa, Ebrahim (2001) verificou que os motivos listados revelaram que os adotantes tardios adotam mais por se sensibilizarem com a situação de

abandono das crianças e que a maioria possui outros filhos. Por outro lado, os adotantes que adotam bebês o fazem, na maioria das vezes, por não terem filhos.

Como afirma Ferreira (1993, citado por Ebrahim, 2001) muitas pessoas sem filho, ou casais com filhos estão procurando por adoções tardias, inter-raciais e de crianças com necessidades especiais, tendo ainda ocorrido um aumento considerável de adotantes solteiros que têm tempo e afeto suficientes para acolherem uma criança.

Ao procurar entender os motivos que levam uma pessoa idosa a adotar uma criança, Fonseca (1995) descreve que as pessoas esperam que os adotados lhe dêem a mesma satisfação que seus próprios rebentos e passam a ter prestígio e prazer derivado do convívio com a criança.

Witter, Gatti, Campos e Vargas (1993) realizaram uma pesquisa exploratória sobre opiniões e motivações a respeito da adoção entre pessoas com nível superior completo e outros níveis de escolaridade através de um questionário. As autoras verificaram que entre os participantes há uma valorização positiva da prática e o reconhecimento de sua relevância social. Witter et al. (1993) constataram que o grupo com nível de instrução mais elevado enfatizou a necessidade de possuir muitas condições pessoais para adotarem uma criança. Outro fator bastante citado foi a relevância pessoal, ou seja, priorizam a adoção como forma de solução para suas necessidades.

No grupo de diferentes escolaridades, Witter et al. (1993) verificaram que o motivo principal era a relevância social, seguida pela relevância pessoal. Nas justificativas do porquê de não adotar, o grupo de nível superior alegou que já tinha filhos ou podia tê-los. Os dois grupos apresentaram preocupação com a possibilidade da criança ser “problemática”.

Este talvez seja um dos grandes problemas existentes em relação à adoção, pois há vários tabus e preconceitos em relação ao tema. A possibilidade do tema ser desmistificados, poderá acontecer através de estudos e formação grupos de apoio. Diante de tamanha complexidade não é garantida que o filho biológico, ou adotivo, venha a ter problemas, ou não, na adolescência ou na vida adulta provenientes da questão sangüínea.

Fonseca (1995) cita uma pesquisa realizada por Goody (1982), em que a antropóloga, intrigada com o alto índice de crianças em circulação entre os Gonjas na África, aplicou testes psicológicos para compará-las com as que estavam sendo criadas pelos próprios genitores. No que se refere ao equilíbrio emocional e ao sucesso social, a pesquisadora não conseguiu descobrir nenhuma diferença significativa.

Em uma pesquisa sobre a adoção por estrangeiro, Costa (1998) cita o trabalho de M. Cederblad que abrangeu 152 famílias adotivas na Suécia, num total de 211 crianças chegadas ao país entre 1970 e 1977 em sua maioria oriundas da Índia, Tailândia e Chipre. Após uma comparação entre crianças suecas, chegou-se à conclusão que o grupo de crianças adotivas tinham os mesmos índices de bem estar bio-psico-social que as crianças não adotadas.

Como foi descrita anteriormente, a adoção de crianças está diretamente ligada ao pensamento da época, pois atualmente se fala do amor materno ou do acompanhamento que a mulher tem que dar ao filho. Contudo, foi somente no século XVIII essas idéias passaram a ser difundidas. Fonseca (1995) afirma que Rousseau e Freud lançaram as bases que consolidaram o ideal do amor materno, pois antes do século XX tal ideal não era presente.

Corroborando com Fonseca (1995), Santos (s.d.) afirma que atualmente, a ausência do amor materno é uma patologia ou um desvio feminino. Entretanto investigando o comportamento feminino no transcorrer dos séculos XVII e XVIII, foi desvendado uma gama de diferentes comportamentos das mães em relação aos próprios filhos. Dependendo da época e das circunstâncias materiais, o amor materno seria fruto da evolução social do século XIX, onde este conceito surge a partir da disseminação do discurso de Rousseau. Vale dizer, que não é negado que o sentimento materno exista ou tenha existido, mas expor que sua forma idealizada não existiu o tempo todo e nem em toda parte.

A complexidade e as inúmeras variáveis sobre a psicologia despertam nossa atenção, onde essa nova ciência vem contribuindo para quebrar e ao mesmo tempo impor barreiras. E fica a pergunta em como a psicologia influencia na representação social das pessoas, no senso comum, principalmente no que se refere à criação de crianças.

### **1.3. A psicologia e a criação de filhos**

A seguir, apresentaremos três teorias importantes que influenciam no senso comum das pessoas sobre a criação de crianças. Vale ressaltar que não aprofundaremos em nenhuma destas teorias, pois o nosso interesse neste estudo é verificar como uma teoria científica é assimilada no senso comum. E também como as pessoas representam socialmente uma teoria, através de uma rede de significados simbólicos (Moscovici, 1978). Atualmente, teorias psicológicas são utilizadas pelas pessoas para explicar certos comportamentos cotidianos ou patológicos.

Historicamente, segundo Rappaport (1981), os estudos da psicologia do desenvolvimento foram orientados em duas direções: uma que analisava a influência do adulto sobre a criança em desenvolvimento e, posteriormente, a influência da criança sobre o adulto. A primeira destas linhas de estudo preocupou-se com as práticas de criação infantil e os traços de personalidade dos pais associados com o desenvolvimento da personalidade da criança.

As descobertas de Freud (1856-1939) por volta do início do século XX, trouxeram novas concepções sobre os fenômenos humanos imprecisos e invisíveis, através do estudo dos sonhos, dos atos falhos, das emoções (estudo sobre a histeria) e da sexualidade.

Acreditavam que o feto e a criança recém-nascida, até 2 ou 3 anos, não experimentavam emoções, consideravam que a personalidade não tinha se desenvolvido o suficiente para algum tipo de relação com o mundo. Freud (1856-1939) descobre na infância a existência de fantasias sexuais já se manifestando, porém uma sexualidade fantasiada em torno do grupo familiar. A configuração triangular edípica (ex. mãe, pai e bebê) vai propiciar a organização de base para a sexualidade adulta.

Freud (1924) nos diz que é pelo medo da castração, da vingança retaliatória do pai que o menino abandona seus investimentos libidinais em direção à mãe, saindo do Édipo pelas identificações que irão constituir sua identidade sexual. Pela resolução do Édipo, o menino irá identificar-se com as interdições do pai. Enquanto nos meninos o Complexo de Édipo sucumbe ao temor da castração, nas meninas torna-se possível e é promovido pela castração.

Em seus estudos, Freud (1931) observou que as mulheres cujas ligações com os pais eram particularmente intensas, passaram por uma fase de ligação exclusiva

com a mãe também intensa, o que nos leva a concluir que a fase pré-edípica, nas mulheres, tem grande importância no desenvolvimento da sexualidade feminina. A resolução do conflito edípico possibilitará a sublimação aos meninos e meninas, os quais canalizarão a libido para outros objetos socialmente valorizados como, por exemplo, a aprendizagem (Fernandez, 1994).

Para Freud, o comportamento homossexual (ou inversão) tanto pode datar do princípio da existência do indivíduo, de uma época tão remota quanto a sua memória possa alcançar, como também pode se manifestar um pouco antes ou depois da puberdade. Pode persistir por toda a vida ou desaparecer temporariamente, ou pode ainda constituir um episódio isolado no processo de um desenvolvimento normal. Pode até surgir pela primeira vez tarde na vida, depois de um longo período de atividade sexual normal, ou depois de o indivíduo ter passado por uma experiência penosa com o objeto do sexo oposto.

Também considera que, sem dúvida, os invertidos, nos primeiros anos de sua infância, atravessaram uma fase de fixação muito intensa, porém muito curta, em uma mulher (geralmente sua mãe); e, depois de ultrapassada esta fase, eles se identificam com uma mulher e se consideram, a si próprios, seu objeto sexual. Isto é, partem de uma escolha narcísica, procuram um rapaz que se pareça com eles próprios e a quem possam amar como amaram e foram amados por sua mãe (Freud, 1901; 1905).

Uma concepção diferente, mas também importante, é a de Piaget (1894-1980) que tinha como preocupação do estudo dos processos do pensamento desde a infância até a vida adulta. Piaget (1894 -1980) apresentou uma visão interacionista, onde criança e o homem estariam num ato de contínua interação com o meio. Portanto, a criança vai construir estruturas mentais e adquirir modos de

funcionamento para entender o mundo ao seu redor. Para este estudioso, a forma de raciocinar e de aprender da criança passa por estágios.

Segundo Piaget (1961), é através dos esquemas de ações e representações que as crianças entram em contato com o meio, cada objeto novo as crianças tentam encaixá-las em seus esquemas. É graças aos esquemas que podemos interpretar, dar significado ao meio tornando-o possível apreendê-lo.

Piaget (1961) afirma que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência.

De acordo com Golobomk e Tasker (1996), as teorias construtivistas, contemporâneas de Piaget, afirmam que os sentimentos sexuais não nascem com o indivíduo ou é socializado por experiências da infância. Consideram que a identidade sexual é construída ao longo da vida, pois o indivíduo desenvolve suas fantasias sexuais internas de acordo com a estimulação sexual que recebe. Para a perspectiva construtivista, é esperado que a criança criada num ambiente homossexual irá apresentar comportamentos homossexuais por conviverem com este estilo de vida e perceberem como algo bom (Golobomk e Tasker, 1996).

Por último, há Teoria da Aprendizagem Social (Bandura, 1969) influenciada pela teoria behaviorista, em que, segundo Davis (1981), o comportamento é apreendido e modificado por variáveis de reforçamento que o sujeito entra em contato através da observação. A presença de estímulos (reforços) e incentivos parecem atuar, principalmente, como elemento facilitador da aprendizagem.

Segundo Golombok e Tasker (1996), na perspectiva da aprendizagem social clássica, dois processos são importantes para o desenvolvimento de gênero das crianças: o reforço diferencial e a modelagem, em que a influência principal viria do pai do mesmo sexo da criança (Bandura, 1997; Linton & Romney, 1991 citados por Golombok & Tasker, 1996). De acordo com estas autoras, do ponto de vista desta teoria, uma pessoa criada em um ambiente homossexual seria desencorajada a ter relação heterossexual, não por imitação do comportamento dos pais e sim influenciada pelas atitudes dos familiares.

Davis (1981) ressalta que, de acordo com esta abordagem, grande parte da aprendizagem humana depende de processos perceptuais e cognitivos, tais como as feições distintas de um determinado evento e da observação do meio físico-social.

O problema da adoção de crianças está em conceber que a educação dada pelos pais será determinante na identidade dos filhos. Assim, dentro desta perspectiva, é bem provável que, no imaginário das pessoas, adotantes que não se encaixam dentro das normas estabelecidas socialmente são indesejáveis como pais. A ciência psicológica tem desenvolvido teorias que naturalizam certas formas de relações sociais, marginalizando aquelas relações que não se classificam nas formas consideradas “naturais”.

#### **1.4 Adoção para Homossexuais**

O inquestionável é que o Projeto nº1.1151/95 marca o início da saída da marginalidade dos vínculos afetivos homossexuais, deixando de serem excluídos para serem incluídos no laço social, obtendo o reconhecimento de sua existência pelo Estado.

A mais complicada questão que se coloca, e que mais divide as opiniões, é quando se questiona sobre a possibilidade de os parceiros virem a adotar uma criança. O Projeto de Lei da união civil nada previa, sendo que a vedação da adoção, tutela ou guarda foi introduzida pelo redator, o Deputado Roberto Jefferson.

Não há qualquer impedimento legal pois, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a capacidade para a adoção nada tem a ver com a sexualidade do adotante, pois como foi dito anteriormente, o art. 42 nos diz: “Podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil”.

Além desta contradição, Figueirêdo (2003), em seu livro “Adoção para Homossexuais”, discute que a Constituição Federal afirma absoluta igualdade de direitos, mas impede o casamento entre pessoas do mesmo sexo e nega tal reconhecimento como uma unidade familiar. No que se refere à adoção de crianças por homossexuais, esse autor relata que é inconstitucional negar a adoção baseando-se na opção sexual do adotando.

Embora pareça óbvio, é preciso que se registre que não existe nenhuma lei no país que vede ou restrinja que alguém possa adotar por ser homossexual, até porque seria inconstitucional, sem se falar que materializaria erro de percepção da realidade, na medida em que homens ou mulheres homossexuais também podem gerar filhos biológicos (Figueirêdo, 2003, p.71)

Atualmente, existem crianças que são criadas com pais diferentes provenientes de novos casamentos. E ainda crianças que convivem com pais homossexuais. Nos parece assim que a forma omissa como o direito e outras áreas do conhecimento, continuam agindo possa a aumentar os preconceitos contra essas famílias.

Existem pais e mães homossexuais com filhos biológicos ou adotivos. Não se trata de seres de outros planetas ou de um problema distante e sim, algo natural em cada cidade, em cada esquina, em cada família. É crueldade contra a espécie humana tentar retirar o tema da agenda de discussão e deixar de se buscar soluções que atendam a todas as partes envolvidas (Figuerêdo, 2003 p. 25).

Segundo a revista *Veja* de 25 de junho de 2003, citada anteriormente, existem dois milhões de crianças morando com casais homossexuais apenas nos Estados Unidos. No Brasil não temos dados oficiais de quantos gays e lésbicas residem no país, ainda mais sobre crianças morando com eles.

Quando uma pessoa se posiciona contra a adoção de crianças por homossexuais, Figueirêdo (2003) relata que estas pessoas sustentam a idéia de que o adotando virá a ser homossexual devido à opção sexual dos pais. De acordo com esse autor, o determinismo é improvável, pois várias pessoas nascidas de casais heterossexuais se tornaram homossexuais.

Importante destacar que Dias (2001) relata que na Califórnia há pesquisadores, desde meados de 1970, estudando famílias formadas por lésbicas e gays. Esses pesquisadores concluíram que as crianças com os dois pais do mesmo sexo são tão ajustadas quanto as crianças com os pais dos dois sexos. Nada há de incomum quanto ao desenvolvimento do papel sexual dessas crianças

Tanto homens quanto mulheres homossexuais podem ser ótimos pais, e sua orientação sexual não influi de modo algum na vida de seus filhos. E geralmente tendem a ser mais atentos com os seus filhos, por serem obrigados a lidar com o preconceito, ensinam seus filhos a confiarem si próprios e em seus sentimentos. (Picazio, 1998, p. 115)

Bailey, Dobrow, Wolfe e Mikach (1995) relatam que uma minoria de homossexuais têm crianças, embora atualmente tenha havido um aumento de gays e lésbicas formando famílias. Este aumento talvez esteja ligado à abertura social que os homossexuais estão vivenciando. Duas preocupações têm norteador os trabalhos que investigam o desenvolvimento de crianças com pais gays e lésbicas. A primeira é se as crianças filhas de homossexuais se tornarão homossexuais no futuro. E a segunda, no caso de custódia dos filhos, se os homossexuais têm condições de criar uma criança.

Bailey et al. (1995) afirmam que tanto gays quanto lésbicas podem gerar filhos e se este fato elevaria as taxas de homossexualidade entre os filhos de homossexuais. Os autores discutem que não há estudos que confirmem se os fatores genéticos ou ambientais influenciam na homossexualidade. Com o objetivo de analisar a orientação sexual dos filhos adultos de homens homossexuais, Bailey et al. (1995) recrutaram pais homossexuais e bissexuais por meio de anúncios em publicações homossexuais em várias cidades dos EUA. Os anúncios declaravam que estavam buscando homens homossexuais ou bissexuais com filhos de 17 anos de idade ou mais.

Foram entrevistados 55 pais biológicos, com perguntas sobre a qualidade das relações com filhos e com a mãe desses filhos, a duração em que viveu com eles e a frequência do contato. Ainda era perguntada a orientação sexual dos entrevistados e dos filhos. Após a entrevista com os pais, os pesquisadores pediram autorizações para contactar os filhos e em seguida foram encaminhadas 82 cartas para os mesmos, na qual não era mencionado o interesse pela orientação sexual, o questionário incluía perguntas sobre atitudes sociais, personalidade, relações familiares e cinco perguntas

sobre orientação sexual. Dos 82 filhos contactados, 43 (52%) concordaram em participar do estudo.

Os resultados demonstraram que 89% dos pais se identificaram como homossexuais e, embora já tivessem casados com mulheres, 91% estavam separados ou divorciados. Quando questionados sobre a orientação dos filhos, os pais foram bastante precisos sobre a orientação sexual dos filhos, pois houve um único caso em que o pai classificou o filho como heterossexual e o mesmo disse que era bissexual.

Bailey et al. (1995) verificaram que 91% dos filhos se declaram como heterossexuais e viveram com os pais de 1 a 28 anos. Sobre a questão ambiental, não foi encontrada relação significativa com o tempo em que viveram juntos. A orientação sexual dos filhos não se correlacionou significativamente com a frequência que se encontravam com os pais. Os autores concluem que a maioria dos homossexuais tem filhos heterossexuais.

De acordo com Flaks, Ficher e Masterpasqua (1995) está aumentado o número de lésbicas criando crianças. A maioria destas mulheres teve seus filhos no contexto matrimonial com heterossexuais e depois tiveram relações homossexuais. Recentemente, um número crescente de lésbicas está optando por inseminação artificial ou pela adoção de crianças. Os autores citam que Selegman (1990) calculou que existem 5.000 a 10.000 lésbicas mães biológicas e centenas de mães adotivas nos EUA.

No intuito de comparar as crianças criadas por lésbicas e heterossexuais, Flaks et al. (1995) selecionaram famílias compostas por duas lésbicas criando um filho com idade de 3 a 10 anos. O mesmo critério foi utilizado para heterossexuais. As famílias foram contactadas através de anúncios ou pelos grupos de apoio às famílias homossexuais nos EUA e era oferecido US\$ 20 para cada família. Foram

estudadas 15 famílias heterossexuais e 15 famílias lésbicas, composta inteiramente por brancos, bem educados, a maioria das pessoas trabalhavam pelo menos um período. As mães lésbicas, em média, eram mais velhas que os pais heterossexuais. A média em que os casais viveram juntos era semelhantes - 12,7 anos para lésbicas e 12,8 para heterossexuais.

Foram distribuídos questionários às famílias que aceitavam participar do estudo. Os questionários continham três escalas, a primeira era respondida pelas mães biológicas. Em ocasião diferente eram entrevistados os pais e a companheira lésbica. Na criança era aplicado um teste de inteligência (Wisc-R ou WPPSI-R), dependendo da idade da criança. Além deste teste, foram utilizados instrumentos para verificar a verbalização, a competência social, as relações sociais e atividades extracurriculares. Foram também analisados os relatórios dos professores. Após a análise dos instrumentos e a comparação entre os tipos de família, Flaks et al. (1995) concluíram que as crianças criadas por lésbicas são tão ajustadas socialmente quanto as crianças criadas por heterossexuais.

Estes resultados indicam que psicologicamente as crianças não precisam de pais heterossexuais para serem ajustadas socialmente. Os autores apontam que as leis sobre a adoção de crianças para homossexuais precisam ser revistas. Assim como, as teorias psicológicas sobre o desenvolvimento infantil precisam ser ampliadas e revistas para assimilarem esses novos tipos de famílias.

Em uma pesquisa longitudinal com o objetivo de verificar a influência dos pais no desenvolvimento sexual dos filhos, Golombok e Tasker (1996) investigaram as preferências sexuais dos adultos que cresceram numa família formada por lésbicas. Nos anos de 1976 e 1977 foram estudadas 27 mães lésbicas com 39 crianças e um grupo controle formado por 27 mães heterossexuais e 39 crianças. Nos

dois tipos de famílias as crianças estavam sendo criadas sem os pais e tinham nove anos de idade, em média.

Em 1992 e 1993 os indivíduos tinham 23 anos e 54 mães foram localizadas através do serviço de saúde nacional dos EUA. Destas famílias, três pessoas que eram crianças não foram localizadas, uma família lésbica e duas famílias de mães heterossexuais não foram localizadas, e uma filha de mãe lésbica havia morrido. Dos 37 filhos de mães lésbicas, foram entrevistados 25 (8 homens e 17 mulheres) e 21 filhos de mães heterossexuais (12 mulheres e 9 homens).

Golombok e Tasker (1996) não encontraram diferenças significativas nas características demográficas como idade, gênero, qualificação educacional. A maioria das mães, tanto heterossexuais quanto homossexuais, havia residido com uma pessoa com os filhos residindo em casa. No estudo, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, na qual perguntava-se sobre as primeiras experiências sexuais, as fantasias sexuais com pessoas do mesmo sexo, e assim era formada uma história sobre as relações sexuais com detalhes sobre a idade, a duração e a intensidade.

Após a análise dos dados, os pesquisadores verificaram que não havia diferença significativa nos índices psicossociais entre adultos de famílias lésbicas ou heterossexuais. Somente duas mulheres do grupo de filhas de lésbicas se identificaram como homossexuais de acordo com o exame de Kinsey (1948). No entanto, os filhos de lésbicas apresentaram uma maior aceitação à orientação sexual das pessoas. Golombok e Tasker (1996) concluem que os resultados dessa pesquisa contrariam os pressupostos genéticos e psicológicos que acreditam que a orientação sexual dos filhos é influenciada pelas atitudes parentais.

Em vários países é presente a discussão sobre a adoção por homossexuais. Dullea (1988, citado por Weber, 2001) realizou um estudo com 920 candidatos à

adoção. Nenhum dos participantes se identificou como homossexual, embora alguns não tenham respondido a questão.

Gobbo (2000, p.47) afirma “que não se pode negar, principalmente àqueles que são órfãos, o direito de fazer parte de uma família, de receber proteção e amor, e esse atributos são inerentes a qualquer ser humano, seja ele hetero ou homossexual”. Essa autora relata que a inadmissibilidade da adoção por casais homossexuais só vem como prejuízo para a criança ou adolescente, principalmente ao aspecto patrimonial, pois sendo filho terá direito à filiação, alimentos e herança.

Em um estudo sobre a opinião a respeito da adoção de crianças por homossexuais solteiros e por casais homossexuais, Figueirêdo (2003) realizou uma pesquisa experimental, em que foram aplicados dois tipos de questionários com perguntas idênticas. O que variava é que num tipo de questionário foi incluído um texto constitucional. Foram entrevistados vários grupos: a) juízes e desembargadores; b) promotores e procuradores de justiça; c) psicólogos e assistentes social; d) advogados; e) professores universitários; f) donas de casa; g) outros. Estes grupos foram escolhidos ao considerar que lidam com o tema e são formadores de opinião.

O pesquisador aplicou questionários nos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, totalizando 1.058 pessoas entrevistadas. Os resultados indicaram que menos da metade dos pesquisados (44%) são favoráveis à adoção em favor do homossexual solteiro. Comparativamente entre cidades, destacam-se os participantes de Belém (PA), com maior percentual favorável, com 53%; No Recife (PE) foram encontrados o maior percentual de pessoas contrárias a adoção com 53%.

No que se refere ao casal homossexual, Figueirêdo (2003) encontrou que 36,8% das respostas foram favoráveis, 56,7% foram contrários e 6,5% de indecisos. A cidade onde os entrevistados foram mais favoráveis foi Belém (PA). O restante das cidades pesquisadas teve dados semelhantes no que se refere a ser contrária a adoção pelo casal.

O autor verificou que entre as pessoas que responderam o questionário com o texto constitucional, o percentual dos entrevistados favoráveis foi 4,6% mais elevado do que dos questionários sem o texto. Esta diferença não foi significativa, contrariando às hipóteses iniciais da pesquisa, pois o autor acreditava que com uma justificativa legal as pessoas tenderiam a concordar com a adoção, já que o texto falava de igualdade de direitos independente do sexo.

Sobre as diferenças entre os grupos pesquisados, Figueirêdo (2003) destacou que o percentual dos que avaliaram que um pedido pode ser indeferido em razão da opção sexual foi menos elevado entre as psicólogas e assistentes sociais, com 24,2%, seguindo pela categoria “outros”, com 41,5%. O grupo de promotores e procuradores teve o maior percentual para negar tal pedido, com 56,6%.

O grupo de psicólogas e assistentes sociais se destacou como o grupo que mais opinou como favorável tanto na adoção por um homossexual solteiro, quanto por um casal homossexual, sendo 70% e 57,7% respectivamente. Apenas 26% das donas de casa foram favoráveis à adoção por um homossexual. O grupo de promotores foi o grupo mais desfavorável ao casal homossexual adotar uma criança, com apenas 21% favorável, seguida pelas donas de casa com 21,1%.

Na discussão, desse trabalho, o autor descreve que existe uma carga de preconceito forte contra adoção em favor do homossexual. No entanto, contrariando

as expectativas, os resultados não demonstraram uma oposição significativa. De acordo com os resultados obtidos, o pesquisador acredita que:

A mudança de costumes, o mundo globalizado, a influência dos meios de comunicação indicam que a tendência é no sentido de que cada vez mais sejam levados em conta os aspectos atinentes à afetividade e aos superiores interesses da criança. (Figueiredo, 2003, p.135)

Ainda na discussão, o autor acredita que o grupo de donas de casa apresentou maior resistência por achar que “os homossexuais representam uma ameaça às suas famílias e podem influenciar negativamente seus filhos, além da idéia de que a união homossexual não constitui uma família” (Figuero, 2003, p.136).

Crawford, McLeod, Zamboni, Bria e Michael (1999) analisaram como os psicólogos atuantes nos Estados Unidos vêem a adoção por casais homossexuais. Foram entrevistados 388 psicólogos, dos quais 54% eram homens, 93% heterossexuais, 88% possuíam o título de PHD. Grande parte dos participantes acreditavam que a homossexualidade estava além do controle individual (88%) e já tinham ou já tiveram clientes gays homens (78%) ou lésbicas (70%). A maior parte dos psicólogos (82%) realizava trabalho clínico.

Crawford et al. (1999) encaminharam pelo correio questionários com histórias que descreviam um casal com muitos anos de convivência, que não eram dependentes químicos, não tiveram problemas psiquiátricos, tinha apoio dos pais e mantinham boas relações com os vizinhos. Esse casal desejava adotar uma criança de cinco anos de idade. Os autores criaram seis situações diferentes: um casal gay, lésbica ou formado por heterossexuais, que desejava adotar uma menina ou um menino.

Os resultados indicaram que os participantes acreditavam que era menos recomendável que uma menina ficasse com um casal de gays e lésbicas, no intuito de preservar sua saúde mental. Crawford et al. (1999) verificaram que os psicólogos que acreditavam que a homossexualidade é uma escolha não concordavam com a adoção, devido a dificuldade de ensinar valores. Não foi encontrada diferença significativa no que se referia ter amigo ou parente homossexual. A variável que mais influenciou na decisão de dar ou não a guarda foi a religiosidade dos participantes. Os autores sugerem que a homossexualidade deva ser estudada em cursos de graduação e pós-graduação para evitar o preconceito.

Em uma publicação recente, Braga (2003) comunica o resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, onde 60% das agências de adoção são favoráveis à adoção por homossexuais. Contudo, a resistência foi mais forte fica por parte de agências afiliadas à igreja. Essa autora relata que o Instituto Donaldson, responsável pela pesquisa, entrevistou 307 agências de adoção, entre elas 277 particulares e 30 públicas. Onde os conservadores costumam alegar que as crianças devem ter a figura do pai e da mãe no lar. Enquanto os que apóiam a adoção dizem que pais homossexuais podem oferecer igualmente amor ao filho adotivo, ao invés de mantê-los instituídos.

Acreditamos que, no que se refere à aceitação da adoção de crianças por homossexuais pela sociedade, além de haver o impedimento da lei, aí está incluído um fenômeno social: o preconceito contra homossexuais. Este tema será discutido no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II -- PRECONCEITO**

---

## PRECONCEITO

Neste capítulo, apresentaremos como o preconceito vem sendo conceitualizado na contemporaneidade, em seguida discutiremos as principais teorias formuladas desde a década de 1930, salientando a importância e as críticas realizadas. Optamos por apresentar os modelos explicativos das práticas discriminatórias através dos quatro níveis de análise das teorias psicológicas proposto por Doise (1986): individual, interpessoal, intergrupal e societal. Neste último nível, consideramos importante realizar uma articulação com a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978) enfatizando a perspectiva psicossociológica. Por último, apresentaremos os principais estudos sobre o preconceito contra homossexuais.

Para a Psicologia Social, o preconceito é um dos temas que foi e ainda é ativamente pesquisado, na tentativa de elucidar as suas causas e sua resolução. Ao analisarmos essas teorias, percebemos a importância do contexto histórico, pois segundo Lima (2002) foi a 2ª Guerra Mundial que desencadeou o interesse sobre o preconceito, pois vários teóricos como Adorno (1950) foram influenciados pelas consequências do nazismo.

No entanto, é importante ressaltarmos que, inicialmente, a ideia de encarar o preconceito como um construto científico emergiu apenas ao longo do século XX, 1920, relacionado, sobretudo, à questão racial. Até então, e basicamente durante o século XIX, quase toda a comunidade científica americana e europeia não se preocupava com a questão, porque se baseava na premissa de que realmente havia

diferenças entre as raças, por umas serem inferiores a outras. Naquele momento, falar de preconceito racial não tinha nenhum significado especial (Rodrigues, 1999).

Segundo Lima (2002), a diferença de poder entre os diversos grupos e os processos discriminatórios decorrente delas, são tão antigos quanto a história da humanidade. Snowden (1995, citado por Lima, 2002) relata que o preconceito na Grécia antiga, não se tratava de um preconceito racial e sim um preconceito cultural, pois a maior parte dos escravos eram brancos.

Vala, Brito e Lopes (1998) relatam que a psicologia social tem desenvolvido uma grande diversidade de modelos de análise no sentido da compreensão e explicação das relações intergrupais. Especificamente, através do etnocentrismo e do racismo.

Consideramos importante definir a diferença entre o preconceito e o racismo. De acordo com Lima (2002 p. 20) o racismo é entendido como:

Um processo de hierarquização exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é resignificada em termos de marca cultural interna que define padrões de comportamento” (Lima, 2002 p.27) .

Embora o preconceito expresse principalmente um posicionamento negativo frente a um grupo social, também pressupõe, como o seu nome já indica, "pré-julgamento" negativos sobre os membros de uma raça ou religião ou sobre os ocupantes de qualquer outro setor social (Jones, 1972). Entre os aspectos cognitivos do preconceito, o estereótipo - noção introduzida por Lipmann em 1922 - tem merecido o maior número de estudos por constituir parte da categorização social, processo fundamental na cognição social. Os estereótipos são generalizações sobre

pessoas baseadas no fato destas pertencerem a algum grupo ou categoria social (Oakes, Hasla, & Turner, 1994). Os estereótipos são considerados generalizações imprecisas sobre as características de um grupo.

Myers (2000) descreve o preconceito, na sua essência, como um pré-julgamento negativo de um grupo e seus membros individuais. “O preconceito nos predispõe contra uma pessoa com base apenas no fato de identificarmos a pessoa a um grupo determinado” (p. 182). No entanto, os preconceitos fazem parte de fenômenos sociais mais amplos, podendo ser basicamente considerados como elementos do fenômeno cultural denominado etnocentrismo, com isto não estamos querendo dizer que o preconceito seja uma consequência natural do etnocentrismo, mas que ambos são decorrentes de relações históricas, onde interesses de majorias e minorias são muitas vezes conflitantes.

A constatação do paradoxo da persistência do racismo em sociedades formalmente anti-racistas constitui uma das motivações centrais das pesquisas contemporâneas sobre o problema. Neste sentido, a preocupação em explicar o racismo aberto e ativo está sendo substituído pela investigação de maneiras menos evidentes e mais difundidas de racismo, cujas formas reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo.

Décadas se passaram a partir das primeiras formulações teóricas sobre o preconceito. Várias leis foram formuladas no intuito de proibir a discriminação contra minorias. No entanto, será que o preconceito acabou?

## **2.1. Novas formas de preconceito**

Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) relatam que devido ao fato de a discriminação contra grupos minoritários ser publicamente condenada pela lei,

parece estar ocorrendo uma mudança nas formas de expressão e conteúdo do preconceito.

A discriminação constitui um fenômeno complexo que, por um lado, implica diversos aspectos psicológicos e, por outro, práticas econômicas, sociais e culturais específicas. Tradicionalmente, o preconceito tem sido considerado como atitude genericamente negativa sobre um grupo, atitude esta decorrente da atribuição de traços estereotípicos geralmente negativos. Tem-se observado que, atualmente, o preconceito pode decorrer não tanto da atribuição de traços negativos, mas da negação de traços positivos. De acordo com Vala, Brito e Lopes (1997) pode-se supor que nos países ocidentais o preconceito não se expressa hoje em dia pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, mas pela negação de atributos positivos a este. Esta hipótese mostra que a discriminação pode assumir formas sutis.

Em sua tese, Lima (2002) apresenta teorias que têm em comum estudar as “novas” formas do racismo em sociedades que visam a igualdade de direitos. Afirma que a primeira teoria surge nos EUA na década de 1970 através do conceito de racismo simbólico (Sears & Kinder, 1971; Sears & McConhay, 1973), que se baseia na crença de que os negros violam os valores do individualismo e constituem uma ameaça econômica.

Ainda no contexto norte-americano, Lima (2002) relata outra teoria denominada de racismo moderno, formulada a partir da escala proposta por McConahay e Hough (1976), no qual o “conceito de racismo moderno reflete a percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos”.(Lima, 2002, p.43).

Lima (2002) aponta que as duas teorias citadas nos dois últimos parágrafos são resultado da ambivalência entre sentimentos negativos e a força da crença na

igualdade e liberdade. Sobre a ambivalência, Katz, Wackenhut e Hass (1986) relatam que é uma das características mais acentuada nas relações raciais dos brancos norte-americanos, pois por um lado valorizam a democracia e por outro lado valorizam a liberdade pessoal, gerando conflitos de sentimentos.

Num contexto diferente, Pettigrew e Meertens (1995) constataram que o preconceito racial na Europa apresenta-se sob duas formas: sutil e flagrante. O preconceito flagrante é constituído de dois fatores: a rejeição de intimidade e a percepção de ameaça econômica. O preconceito sutil apresenta três componentes: a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo, a percepção de que estes não aderem aos valores do trabalho e do sucesso e a acentuação das diferenças culturais.

Com o intuito de testarem esse modelo teórico Pettigrew e Meertens (1995) pesquisaram em quatro países da Europa: Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Holanda sobre os diferentes grupos de imigrantes que residia em cada um destes países. Esses autores utilizaram questões relativas à política de imigração, direitos dos imigrantes, tolerância. Combinando a rejeição à intimidade com a expressão emocional, Pettigrew e Meertens (1995) caracterizam três formas de relações raciais: o preconceito flagrante - alta rejeição à intimidade e negação das emoções positivas; o preconceito sutil - pouca rejeição à intimidade e negação de emoções positivas; e o igualitarismo - baixa rejeição à intimidade e expressão de emoções positivas.

Pettigrew e Meertens (1995) verificaram que os preconceituosos flagrantes desejavam restringir os direitos dos imigrantes; os não preconceituosos desejavam alargar os direitos e os preconceituosos sutis assumem uma posição intermediária, desejam deixar os direitos como estão. No que se refere à política de imigração, os autores verificaram que os preconceituosos flagrantes aprovam medidas drásticas

tipo “mandar embora”. Os preconceituosos sutis e flagrantes concordavam com a repatriação, quando havia uma justificção: se o imigrante estivesse ilegal ou tivesse cometido um crime.

Pettigrew e Meertens (1999, p. 11) afirmam que “racismo flagrante é a forma tradicional de racismo, podendo ser caracterizado como quente, próximo e direto. O racismo sutil é frio, distante e indireto”. De acordo com esses autores, os preconceituosos sutis seguem normas que condenam a expressão flagrante do preconceito.

Para testar a hipótese de que a discriminação racial se expressa atualmente não tanto pela atribuição de traços negativos, mas pela não atribuição de traços positivos ao grupo racial, Vala, Brito e Lopes (1997) compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos ao português e aos imigrantes negros, em 435 sujeitos portugueses. Era apresentada aos sujeitos um lista com oito traços, sendo quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nestes traços, era pedido aos participantes que indicassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e um negro típico.

Esses autores observaram que os portugueses escolheram significativamente mais traços positivos para descreverem a si mesmo do que para descrever os imigrantes negros. Sobre os traços negativos, Vala, Brito e Lopes (1997) não encontraram diferenças significativas. Os resultados mostram que, em relação aos afetos, houve um favoritismo ao próprio grupo.

Camino et al. (2001) relataram que apesar dos avanços em relação às teorias tradicionais, os estudos sobre as novas formas de preconceito apresentam problemas metodológicos e conceituais. Sobre a metodologia, vários estudiosos afirmam que as

novas formas do preconceito se expressariam diferentemente do preconceito clássico, mas esses teóricos (McConahay,1986; Pettigrew & Meertens,1995; Vala, 1999) utilizam os mesmos tipos de escalas utilizadas nos estudos clássicos, sem analisar o contexto. Seria necessária a construção de medidas válidas em diferentes situações.

Sobre os problemas conceituais, Camino et al. (2001) descrevem que para os estudiosos do novo preconceito “as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre as atitudes íntimas preconceituosas e as normas contra o preconceito” (p.16). E seria este conflito que elevaria ao preconceito camuflado. Para Camino et al. (2001) estes autores não consideram características contextuais do preconceito e da exclusão social, como por exemplo, o mundo globalizado.

A partir destas afirmações, Camino et al. (2001) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar as novas formas do preconceito racial e os estereótipos que os negros estão adquirindo no Brasil. Para isto, aplicaram 120 questionários em uma universidade na Paraíba. Inicialmente pediram aos participantes que informassem sua cor e sua raça, onde encontraram uma maior indefinição nos que se caracterizaram como sendo de cor morena. Sobre a existência do preconceito, 82% dos estudantes admitem “a existência do preconceito no Brasil, mas não se considera preconceituoso” (p.24).

Nessa pesquisa, os autores incluíram duas estratégias. A primeira consistia em obter as atividades próprias de cada raça e 69% dos estudantes relacionaram as atividades manuais (força, dança e esporte) à raça negra; 69,5 % descrevem as atividades que exigem qualificação profissional à raça branca e 2/3 destes alunos

responderam posteriormente que os sucessos nas atividades independe da cor da pele.

Na segunda estratégia, Camino et al. (2001) pediram aos universitários que selecionassem uma lista de adjetivos positivos e negativos que se referiam às aptidões ou traços das pessoas. Os resultados mostraram que apenas 12% dos estudantes utilizaram características negativas aos negros e para os brancos as características negativas variavam entre 33% e 40%. Quando perguntados sobre como os brasileiros pensam em relação a estes adjetivos, a situação se inverte. A pesquisa mostra claramente a dicotomização em que o brasileiro vive, confirmando o cuidado que se deve ter em estudar o preconceito racial no Brasil, por razões contextuais e históricas, pois vivemos num país que historicamente as pessoas não se vêem como preconceituosas. Lima (2002) relata que o Brasil foi muitas vezes percebido como um país sem preconceito racial e que, somente depois da abolição da escravatura em 1888, o modelo de relações raciais povoado de distanciamento e desigualdade emergiu.

Em seguida, apresentaremos as principais teorias formuladas sobre a discriminação desde a década de 50 do século passado. Como citado no início deste capítulo, apresentaremos as teorias através dos níveis de análise proposto por Doise (1986). Serão apresentados os quatro níveis : individual, interpessoal, intergrupar e societal, e neste último uma articulação com a teoria das Representações Sociais (Moscovici,1978). Vale ressaltar, que para Doise (1986) não tratam de níveis de realidades diferentes, mas de níveis de análise diferentes, no qual cada nível age como filtro, capturando um aspecto da realidade.

Gostaríamos de fazer uma ressalva de que não ocorreram “substituições” das teorias que serão apresentadas, uma vez que não se trata de mudanças cronológicas

lineares, pois muitos desses modelos continuam sendo utilizados. Os estudos realizados servem de instrumentos para concretização de novas pesquisas.

## **2.2. Teorias sobre o preconceito**

### **2.2.1 Teorias no nível individual**

No nível individual, o comportamento social é explicado a partir dos processos psicológicos do indivíduo, que através de disposições internas organiza sua experiência social (Doise, 1986).

Neste nível, podemos classificar três trabalhos considerados pioneiros na psicologia social no estudo do preconceito. O primeiro deles é o trabalho de Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939) que propõem a teoria da Frustração-Agressão, baseada na idéia do deslocamento da agressão, ou melhor, na idéia do *bode expiatório*.

Dollard et al. (1939) analisaram o racismo como uma agressão de um grupo, em situação de privação econômica, relativamente a outro grupo julgado como responsável. Para eles, então, o preconceito e a discriminação dele decorrente seriam uma consequência de situações sociais e/ou econômicas peculiares. Assim, numa sociedade que vive uma recessão econômica, por exemplo, as pessoas se tornariam frustradas por causa da pobreza e das dificuldades inerentes à situação e procurariam resolver psicologicamente essa situação através de comportamentos agressivos. No entanto, esses comportamentos agressivos não seriam direcionados aleatoriamente. Eles seriam direcionados a membros de grupos minoritários.

Segundo Monteiro (1996), esta teoria é oriunda da teoria psicanalítica e da teoria da aprendizagem; para ela, a existência de frustração conduziria a uma

agressão, frustração entendida de forma situacional, “qualquer interferência real ou simbólica em relação a objetivos ou necessidades importantes ao indivíduo” (p.319) A agressão era socialmente controlada, obrigando as pessoas a deslocarem para grupos que possam ser atingidos e socialmente admissíveis.

Essas idéias receberam suporte empírico a partir do levantamento feito por Hovland e Sears (1940) em que foram correlacionados o preço do algodão e o número de linchamentos de negros no sul dos Estados Unidos. Num período de cinquenta anos, esses dois índices estavam negativamente relacionados: quando o preço do algodão caía, provocando níveis de frustração na maioria branca, o número de linchamentos de negros aumentava, corroborando assim as idéias de Dollard et al. (1939).

No entanto, Monteiro (1996) cita o trabalho de Stanger e Cogdon (1955) em que este autores não encontraram nos estudantes - a quem infligiram uma frustração ao nível da avaliação dos trabalhos escolares - aumento do preconceito racista. Pois como citado anteriormente e discutiremos a seguir, o preconceito envolve o contexto histórico-político-social.

O segundo estudo incluído neste nível de análise foi influenciado pela teoria de Dollard et al. (1939). Sendo uma das obras mais importantes que estuda o preconceito intitulado *The authoritarian personality* (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford 1950). A partir de estudos sobre o anti-semitismo, esses autores construíram uma escala de etnocentrismo (escala F) - que incluía tanto atitudes negativas para as minorias étnicas como atitudes positivas em direção ao grupo étnico do próprio indivíduo - no qual pretendiam mostrar que o comportamento etnocêntrico seria o resultado de uma educação rígida, e a agressão reprimida durante este processo seria deslocada em direção a minorias étnicas.

Conforme Adorno et al. (1950) as diferentes personalidades podem ser localizadas na família, ou seja, na socialização da criança com sua família. Crianças que eram criadas num ambiente de repressão, essa repressão era redirecionada para grupos sociais existentes.

Para Adorno et al. (1950), os parentes, principalmente os pais, usavam medidas punitivas para disciplinar as crianças e elas teriam uma agressão contra os familiares, mas que não poderia ser utilizadas contra eles e seria deslocada para fora e substituída para outros grupos. A escolha do “*bode expiatório*” seria feita tendo em vista grupos ou indivíduos mais fracos, assim se realizaria uma “catarse” da agressão para minorias étnicas, no nosso caso específico: os homossexuais.

Adorno et al. (1950) acreditavam que as crianças desenvolvem um modo de pensamento simplista sobre o mundo em que as pessoas são categorizadas como certas e erradas. Segundo Brown (1995) é como se as crianças vissem o mundo em termos de brancos e negros, sendo impossibilitadas de tolerar a ambigüidade cognitiva. Adorno et al. (1950) chamou esse tipo de comportamento de *personalidade autoritária*.

A escala F do inventário de personalidade, construída por Adorno e seus colegas, foi amplamente utilizada, sendo constituída por 48 afirmações (ex. A obediência e respeito pela autoridade são as virtudes mais importantes que devemos ensinar às crianças), de acordo com as quais as pessoas poderiam variar numa escala de sete posições, de concordo plenamente a discordo plenamente. As pessoas eram caracterizadas sobre um *continuum*, cujos pólos são as tendências fascistas e racistas e as tendências democráticas.

Foram realizadas dezenas de pesquisas utilizando a escala F, com o intuito de provar sua veracidade. Pettigrew (1958) considerava fidedigna a relação entre a

escala F e o preconceito contra negros. Passado mais meio século de sua formulação, a teoria tem influenciado pesquisas recentes. Crochik (2001) defende a necessidade de dar continuidade nos trabalhos de Adorno, devido à sua importância teórica e metodológica.

Brown (1995, p.19) afirma que a teoria da *personalidade autoritária* “é uma mistura da filosofia marxista e da análise freudiana da dinâmica familiar”, sendo uma pesquisa psicométrica de atitude, que rapidamente estabeleceu generalizações sobre a natureza do preconceito.

Uma terceira forma de explicação intrapsíquica do preconceito consiste na idéia segundo a qual o preconceito é uma manifestação da afirmação das diferenças culturais em geral. As raízes desta concepção encontram-se em Rockech (1960) que fez algumas críticas referentes ao trabalho de Adorno et al. (1950) em relação à metodologia utilizada, mas também assinalou que na teoria da *personalidade autoritária*, os indivíduos eram definidos em termos de crenças que eram projetadas nos grupos, mas para este autor o conteúdo das crenças era menos importante do que sua estrutura.

Para Rockeach (1956), o indivíduo muito preconceituoso tinha a “mente fechada” (closed mind), tendendo ver as coisas de modo rígido. Para investigar esta questão, ele elaborou duas escalas, de dogmatismo que procurava verificar o autoritarismo, que segundo Brown, (1995) continha vários itens semelhantes a escala F, apesar de haver mais respostas “livres”. E a escala de obstinação com declarações sobre a esquerda e a direita política para medir a intolerância.

Rockeach, Smith e Evans (1960) propuseram que o preconceito racial não era causado pela percepção de diferenças físicas entre brancos e negros, e sim pela percepção das diferentes crenças que os grupos compartilham. Assim, o grupo de

brancos tende a ter antipatia pelos negros por acreditarem ele têm crenças diferentes. Desta forma, esses autores afirmaram que um sujeito branco deveria gostar mais de um negro que compartilhasse as mesmas crenças do que de um branco que tivesse crenças diferentes. O estudo de Byrne e Wong (1962) demonstrou que o indivíduo branco mostra preferência maior por um indivíduo negro com as mesmas crenças do que um indivíduo branco. Portanto, segundo Rockeach (1960), as causas do preconceito estariam em processos puramente cognitivos, colocando em segundo plano as características contextuais das relações intergrupais.

As explicações teóricas para o preconceito baseadas em explicações individuais ou psicológicas vêm sofrendo diversas críticas. Vários teóricos (Billig,1991; Brown, 1995; Monteiro, 1996) concordam que a principal crítica a ser feita, tanto no trabalho de Adorno, quanto no de Rockeach, é de que eles procuram explicar o preconceito baseado na personalidade sem levar em conta o contexto social e histórico.

De acordo com Goldstein (1983), a teoria do *bode expiatório* não responde questões importantes, como por que certos grupos são escolhidos para serem bodes expiatórios. Para esse autor, “certos conflitos intergrupais são realistas e representam não um deslocamento, mas antagonismo em relação à fonte de frustrações” (p.258). Desta forma, um indivíduo é atacado por ser membro de um grupo e “escolhido” aleatoriamente.

Sobre a dificuldade de prever qual o grupo será escolhido para ser o *bode expiatório*, Monteiro (1996) descreve que existem outras variáveis de ordem histórica e cultural que influenciaram neste processo, “tornando a análise puramente psicológica insuficiente para compreender os fenômenos com este grau de dimensão” (Monteiro, 1996, p.32).

Sobre a *personalidade autoritária*, Brown (1995) relata que foram encontradas em trabalhos posteriores correlações quase nulas entre autoritarismo e rejeição ao exogrupo, e aponta três problemas metodológicos. Primeiro no que se refere às amostras, que apesar de ser muito grande eram tiradas de organizações formais; segundo, que os itens da escala foram formulados de acordo com o indicativo de respostas autoritárias; e por último, que os entrevistadores sabiam o que avanço do escore de cada participante indicavam uma personalidade autoritária, e inconscientemente ou não podem ter influenciado as respostas dos sujeitos.

Brown (1995) aponta algumas limitações da análise intrapsíquica por ignorar completamente a situação social, as normas do grupo, a relação entre os diversos grupos. Esse autor cita o trabalho de Segel e Segel (1957) que observaram durante um ano uma amostra formada por dois grupos de mulheres americanas. Um grupo morava numa república bastante conservadora e a outra em uma mais “liberal”; os estudiosos verificaram várias características semelhantes de personalidade, que indicavam que não era o tipo de república que iria influenciar nas atitudes contra outros grupos e sim outras variáveis.

Uma segunda limitação apontada por Brown (1995) é a extrapolação do nível individual para o nível societal e cultural. Então, exemplifica citando um pesquisa realizada por Pettigrew (1958) que examinou o preconceito na África dos Sul e nos EUA descobrindo que as mulheres brancas apresentaram níveis mais altos de preconceito contra negros do que as mulheres brancas do sul dos Estados Unidos. Embora exista uma correlação no nível individual de autoritarismo e preconceito nas duas regiões estudadas em geral, o significado das amostras para o autoritarismo não é maior do que em grupos menos preconceituosos. O autor conclui que a origem do racismo estava mais relacionada à normas sociais do que com personalidade

desajustada. Brown (1995) aponta que a diferença geográfica se mostra como um melhor preditor do preconceito, independente do nível de autoritarismo.

A terceira limitação relatada por Brown (1995) é a dificuldade de descrever a atitude uniforme do preconceito de um grupo de pessoas, conferindo atributos de personalidade, como se o preconceito estivesse arraigado no sujeito. A última limitação se refere à historicidade do preconceito, quando podemos refletir sobre atitudes da igreja desde a Idade Média e ressaltar que, atualmente, a igreja católica expressa sua oposição à relação entre casais homossexuais. Estes fatos históricos e sociais têm que ser levados em conta para se entender o preconceito contra homossexuais.

Brown (1995) assinala que todas as teorias de personalidade sobre o preconceito são limitadas, porque existe a tendência de ignorar fatos situacionais e negligenciar a influência de níveis sociais. Além disso, essas teorias não podem prontamente explicar a difundida uniformidade do preconceito em algumas sociedades.

Desta forma, para se estudar o preconceito é necessário estudar a estrutura grupal, a história, a política, a economia e o contexto. Pois se trata de um fenômeno social, o que torna necessário considerar uma perspectiva macrossocial de análise.

### **2.2.2. Teorias no nível interpessoal**

No nível interpessoal, de acordo com Doise (1986), o comportamento social é explicado a partir das relações estabelecidas entre determinadas pessoas, numa determinada situação, ou seja, a partir das formas concretas que as relações entre as pessoas tomam.

Em uma das obras marcantes do pós-guerra “A Natureza do Preconceito”, Gordon Allport (1954) descreve o preconceito como “pensar mal dos outros sem suficiente fundamento” (p.6), ou seja, “ atitudes adversas ou hostis em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo, presumindo-se que ela possui as características contestáveis que são atribuídas a esse grupo”. (p.7)

De acordo com Brown (1995), esse livro surge como um ponto de partida para as investigações modernas da natureza do preconceito e os métodos para sua redução. Onde Allport se preocupou com a origem da discriminação intergrupar antecipando descobertas da cognição social e do comportamento grupal.

Allport (1954) relata que as pessoas são preconceituosas devido à generalização e à hostilidade errôneas, sendo estas duas capacidade naturais e comuns na mente humana. Assim, para Allport (1954), o pensamento expresso em categorias faz parte do processo cognitivo normal. As categorias mais importantes para os indivíduos, e mais relevantes para gerar preconceitos, são os próprios valores que os grupos utilizam para orientar o seu comportamento. Os valores são categorias com peso positivo ou negativo, manifestando-se, sobretudo, sob a forma de sentimentos socialmente aprendidos e partilhados no seio dos grupos.

O processo de categorização, segundo Allport (1954), forma grandes classes e conjuntos para guiar a adaptação, interpretando o máximo de informações. De acordo com Goldstein (1983), “temos a tendência de classificar as pessoas em grupos de modo a podermos percebê-las com maior facilidade e reagir a elas” (p.251).

Sobre as categorizações, Allport (1954) afirma que elas podem ser racionais ou não, que no caso de categorizações científicas é bem provável que sejam

verdadeiras. Mas será verdade que os portugueses são menos inteligentes? Ou que os baianos sejam preguiçosos? É bem provável que tais afirmações não confirmem, mas, segundo este autor, o mecanismo cognitivo forma categorias irracionais e racionais com a mesma facilidade.

Sobre a expressão do preconceito através da hostilidade, Allport (1954) diferencia cinco graus diferentes de intensidade: a verbalização negativa, o evitamento, a discriminação, o ataque físico e o extermínio. Podemos perceber através do relato do Grupo Gay da Bahia (2001) que no Brasil vários homossexuais sofrem variadas formas de hostilidade descritas por Allport (1954) desde o xingamento em via pública ao assassinato. Mott e Cerqueira (2001) relatam que no ano de 2000 três sedes de grupos homossexuais sofreram diferentes graus de vandalismo: em Maceió, a sede do Grupo Gay de Alagoas foi pichada com a mensagem: *Violências sim, Veados não. Vão embora!* Mais graves atos de vandalismo sofreram as Associações de Gays, Lésbicas e Travestis de Goiás e do Amazonas: a primeira foi invadida e seus arquivos e computadores roubados, enquanto a segunda teve todo seu patrimônio destruído por um incêndio criminoso.

Vale ressaltar que, embora a concepção de Allport (1954) situe a explicação do preconceito nos aspectos cognitivos, nós estamos a apresentando no nível interpessoal, porque este autor sustenta que o contato interpessoal entre membros de diferentes categorias pode, em determinadas condições, contribuir para uma diluição do preconceito.

De acordo com Brown (1995), a hipótese do contato é uma das mais importantes teorias formuladas na psicologia social para a redução da hostilidade entre grupos. Monteiro (1996) esclarece que a hipótese do contato foi formulada numa época de grandes conflitos raciais nos Estados Unidos na década de 1950 do

século passado, a partir dos estudos de relações interpessoais (Newcomb, 1956, 1961) e da atração interpessoal (Byrne, 1969).

De acordo com Monteiro (1996), a teoria da atração interpessoal defende que “o contato entre membros de grupos diferentes permitiria aos indivíduos descobrirem que, afinal, têm mais semelhanças – nos sentimentos, valores ou nas atitudes semelhantes” (p.353). No entanto, Allport (1954) especificou em quais condições o contato facilitaria a resolução do conflito intergrupar.

O preconceito (a não ser que esteja profundamente enraizado no caráter das pessoas) pode ser reduzido através do contato, em condições de igual status entre grupos majoritários e minoritários que perseguem objetivos comuns. O efeito é altamente potencializado se este contato for sancionado institucional (isto é, pela lei, pelos costumes ou pelo clima ambiental). (Allport, 1954, p.267).

Allport (1954) afirma ser muito importante a igualdade de status entre os membros dos grupos no momento do contato, pois a percepção de igualdade facilitaria a atração entre os membros. Monteiro (1996) aponta uma discussão sobre a igualdade nos status, citando Riordan (1978) que afirma que onde a disparidade racial é muito intensa, não tem como manipular no laboratório tal igualdade necessária para a resolução do conflito. Monteiro (1996) ainda cita uma pesquisa realizada por Mackenzie (1948) em que só conseguiram reduzir atitudes preconceituosas entre negros e brancos norte-americanos quando um membro negro tinha status superior ou igual ao do membro branco.

A existência de objetivos em comum foi considerada por Allport (1954) como uma das condições mais importantes para o sucesso do contato intergrupar, pois a partir da colaboração entre membros de diferentes grupos para atingir um

objetivo, seria facilitada a constatação de semelhança entre eles. Sherif (1966) testou, através de estudos longitudinais, o efeito do contato cooperante na diminuição do conflito, constatando que quando havia êxito nas tarefas realizadas, o contato era importante na resolução do conflito.

Sobre o apoio social e institucional, vários países, como o Brasil adotaram leis severas de anti-discriminação contra raça, religião ou etnia, que na prática parecem não funcionar de forma significativa pois, como foi discutido anteriormente, o preconceito adquiriu formas mais sutis de expressão. Mas concordamos com Brown (1995) que o apoio é benéfico pois “força” os indivíduos a se comportarem de forma menos preconceituosa e faz com que as pessoas internalizem suas próprias atitudes.

Em seu estudo sobre o racismo em Portugal, Vala, Brito e Lopez (1999) observaram o efeito do contato do português branco com o negro, no que se refere a amizade, vizinhança, do status social relativo, da agradabilidade das relações sobre as emoções e os estereótipos sobre os negros. Concluíram que o fato dos sujeitos terem vizinhos negros não era significativo na atribuição de emoção e estereótipos aos negros. No entanto, aqueles que tinham vizinhos negros com status semelhante, à atribuição de emoções positivas foi maior e entre aqueles que declararam ter amigos negros, o status do negro não teve importância. Para Pettigrew (1999) a amizade tem efeitos sobre a diminuição do preconceito fragante, o que não ocorreria com a relação de vizinhos.

Vários estudos foram realizados a partir da teoria proposta por Allport (1954) que tem sofrido diversas críticas. Monteiro (1996) questiona qual seria o nível do contato: interpessoal ou intergrupar? De acordo com essa autora, os estudos posteriores mostram certa ambigüidade, pois os processos envolvidos são bastante

diferentes, pois no de categorização social são acentuados a identificação grupal, a diferenciação grupal e os estereótipos e no de categorização individual é acentuada a identidade pessoal. De acordo com a teoria do contato, indivíduos de dois grupos em conflito, numa situação favorável à cooperação, aumentam a percepção de semelhança entre eles e reduzem o sentimento de hostilidade, mas isto não quer dizer que estes sentimentos possam exceder para os grupos (Monteiro, 1996).

Monteiro (1996) aponta outra questão no que se refere à generalização, ou seja, se o contato em determinada situação pode ser extrapolada para outras situações e cita o trabalho de Harding e Hogrefe (1952) com empregados brancos que trabalhavam com negros em um armazém. Quando questionados se desejam continuar a trabalhar com os colegas negros, as respostas eram positivas, mas a respostas se tornavam negativas quando a pergunta se referia a outros tipos de proximidade (ex: sentarem juntos no restaurante).

Além dessas questões, Monteiro (1996) questiona sobre as diferenças grupais existentes e se a informação que um grupo possui do outro grupo influenciará no contato. Como citamos anteriormente, o preconceito é um fenômeno social complexo que envolve variáveis sócio-histórico-culturais e naturalmente a diluição da hostilidade abarca muitos fatores, mas consideramos de suma importância os estudos que visam entender e melhorar as relações humanas.

### **2.2.3. Teorias no nível intergrupar**

No nível intergrupar, o comportamento social é explicado a partir das diferenças nas posições sociais dos indivíduos. As posições sociais estariam ligadas às diversas pertencas ou filiações sociais.

Na história da psicologia social, as teorias das relações intergrupais, segundo Amâncio (1996), representam um deslocamento de uma análise microssocial para uma análise macrossocial, ou seja, dos estudos entre indivíduos para estudos das interações reais ou simbólicas dos grupos sociais.

No nível de análise das relações intergrupais, descrevem-se três teorias: a teoria da privação relativa (Ruciman, 1966), a do conflito real (Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969) e a da identidade social (Tajfel, 1981).

O conceito de Privação Relativa foi utilizado, pela primeira vez, numa célebre investigação publicada com o título "O Soldado Americano" (Stouffer et al, 1949), conduzida durante a II Guerra Mundial. Define-se como sentimento de injustiça associado à percepção de ausência de um recurso (poder, prestígio, dinheiro) a que se julga ter direito, por comparação com a posse do mesmo recurso por parte de um "grupo de referência" (Merton, 1957).

Gurr (1970) reformulou esse conceito, chamando a atenção para a importância dessa diferença percebida entre o que se tem e o que se esperaria ter, considerando este fato um dos mais importantes motores do sentimento de injustiça social e do desencadeamento da violência coletiva. A extensão e a frequência da privação relativa seriam, conseqüentemente, indicadores da privação sentida e de intensidade do conflito potencial emergente.

A demonstração empírica mais importante dessa proposta teórica foi feita por Ruciman em 1966, que comparou as respostas de dois grupos: trabalhadores manuais e não manuais, e verificou, por exemplo, que em relação às perguntas: "que tipo de pessoas vive melhor do que você e sua família?" e o "que sente acerca disto, isto é, aprova ou desaprova?", a maioria dos trabalhadores manuais, que recebia menos e tinha menos poder, indicou membros de grupos profissionais semelhantes ao seu;

enquanto parte das pessoas com profissões administrativas, que recebiam mais e tinha mais poder, indicou membros do grupo de trabalhadores manuais. Estas respostas exemplificam bem o conceito de privação relativa, significam que não é a posição social objetiva que determina o sentimento de privação relativa. O sentimento se apóia numa relativização dos fenômenos sociais.

Na maioria dos estudos, verifica-se que no grupo o sentimento de privação relativa é externo em relação ao grupo de pertença. Mas podem ocorrer situações em que alguns indivíduos exprimam um sentimento de privação em relação ao seu próprio grupo. Ruciman (1966) estabeleceu, precisamente, a distinção entre *privação fraterna*, ou seja, quando o grupo de referência é externo ao próprio grupo e *privação egoísta*, quando o grupo de referência é o próprio grupo.

Pettigrew (1984) propõe que a teoria da *privação relativa* constitui um instrumento de complemento para a teoria da Categorização, Identidade e Comparação de Tajfel, que será descrita a seguir.

A importância da privação fraterna no desencadeamento das ações de hostilidade intergrupais foi corroborada por Walker e Man (1987) num estudo sobre o desemprego na Austrália. Pettigrew e Meertens (1995) verificaram que a privação contra grupos externos (privação fraterna) era importante para entender o preconceito flagrante e a que privação egoísta não apresentou correlação significativa com o preconceito.

Em um estudo realizado após uma greve de caminhoneiros no Brasil, Torres, Vianna, Falcão e Barros (2000) analisaram um conjunto de variáveis psicossociais: privação relativa fraterna e egoísta, percepção de conflito, eficácia da participação e identificação social associadas com a participação em ações coletivas. Os resultados demonstraram que, das variáveis analisadas, apenas a privação relativa fraterna e o

nível de identificação social foram antecedentes significativos para a decisão de aderir ao movimento grevista.

De acordo com Sherif (1966), as Relações Intergrupais referem-se às relações entre dois ou mais grupos e seus respectivos membros:

Sempre que indivíduos pertencentes a um grupo interagem, individualmente ou coletivamente, com outro grupo ou seus membros em termos das suas identificações grupais, nós teremos uma instância de comportamento intergrupais. (Sherif, 1966, p.12).

Aqui, “grupo” é definido como uma unidade social constituída por um número de indivíduos que têm relações de papéis e status entre eles, e que também têm em comum um conjunto de normas e valores que guiam as suas atitudes e comportamentos (Sherif, 1966).

Para demonstrar a validade desta nova perspectiva, Sherif e seus colaboradores conduziram três famosos experimentos de campo, que se tornaram conhecidos como os experimentos dos campos de verão.

Estes experimentos eram longitudinais, durando em média três semanas e foram planejados para demonstrar as mudanças sistemáticas no comportamento de indivíduos como resultados de mudanças no contexto intergrupais. Resumidamente, o planejamento experimental era composto de três estágios. A formação do grupo, o conflito de interesses entre esses grupos e a resolução desse conflito. Todos os participantes eram meninos, com as mesmas características sócio-econômicas e familiares e tinham em média doze anos. Uma importante característica desses experimentos era que nenhum dos participantes se conheciam anteriormente.

Pode-se concluir que a competição da segunda fase constitui-se um mecanismo gerador de atitudes e comportamentos desfavoráveis diante do outro

grupo, ao passo que a cooperação na terceira fase, gerada pela adesão a um objetivo comum, deu origem a percepções e comportamentos positivos.

Os experimentos de Sherif et al. (1966) mostram claramente que a hostilidade existente entre grupos não pode ser atribuída a atrações de personalidade e sim as características objetivas que a relação intergrupar possui nas condições reais de conflito entre grupos. Ou seja, de uma explicação a partir de traços individuais - como nos trabalhos de Adorno e Dollard - passou-se a uma explicação mais sócio - estrutural.

A partir desses estudos, Brewer (1979) relata que as atitudes negativas direcionadas à membros do outro grupo estavam presentes antes da introdução da competição entre os grupos, argumentando que a simples antecipação da concorrência seria suficiente para o aparecimento da diferenciação. De fato, vários experimentos tentaram iluminar esse paradoxo através do controle da antecipação de interações competitivas entre grupos.

No entanto, uma questão dentro do nível intergrupar (Doise, 1986) precisava de resposta: somente em situação de conflito que o sentimento de pertencer ao grupo aflorava e conseqüentemente a diferenciação?

A partir dos experimentos usando o *paradigma do grupo mínimo*, Tajfel, Flament, Billig e Bundy (1971) tinham como objetivo principal entender os processos pelos quais os indivíduos tendem a discriminar membros de outros grupos, mesmo quando são explicitamente e visivelmente designados para um ou outro grupo. Por outro lado, esses autores também queriam explicitar quais as condições em que a diferenciação intergrupar seria mais fácil de ocorrer.

Com estes objetivos, os autores construíram o paradigma experimental, *paradigma do grupo mínimo*, onde cada participante do experimento sabia apenas

que pertencia a um determinado grupo, o sujeito não sabia quem seriam os membros do seu próprio grupo (endogrupo) ou do outro grupo (exogrupo). O procedimento geral dos experimentos era o seguinte: primeiramente, os indivíduos participariam de uma tarefa simples, como, por exemplo, dizer qual a pintura era mais bonita (Klee ou Kandinsky). Os sujeitos nessa situação eram classificados segundo a suposta preferência por um dos pintores. Após essa fase classificatória, os participantes eram informados que deveriam alocar pontos a membros de dois diferentes grupos, a um participante desconhecido. Os participantes, mesmo sem conhecer as pessoas do próprio grupo e nem do outro grupo, tendiam a maximizar o ganho do endogrupo, e ao mesmo tempo tendiam a tentar ganhar do exogrupo.

Para Amâncio (1996), o resultado mais surpreendente das experiências realizadas por Tajfel era os sujeitos manifestarem claramente “preferência pelas estratégias de diferenciação, em particular o autofavoritismo relativo, mesmo perdendo em valores absolutos relativamente às outras possibilidades de respostas” (p.295).

Destes experimentos iniciais, resultou a Teoria da Identidade Social (TIS). O conceito de identidade social é definido como: “a consciência que o indivíduo tem que ele pertence a um determinado grupo social, juntamente com a significância evolutiva e emocional dessa pertença grupal” (Tajfel, 1982, p.255).

Esse processo de obtenção e conservação de uma identidade social positiva seria alcançado através de comparações sociais que o indivíduo faria entre os membros de seu grupo. A partir dessas hipóteses, pode ser argumentado que quanto maior o sentimento de identificação com seu grupo, maior seria a tendência do indivíduo de diferenciar entre o outro grupo (exogrupo), para obter e conservar uma identidade social positiva.

Segundo Torres, Barros e Nascimento (1998) existem dois processos básicos que estão por trás do processo de identificação social: comparações sociais e categorização social, que permitiria que o indivíduo dividisse o mundo entre nós (endogrupo) e eles (exogrupo). Dessa forma, através desses processos básicos, o indivíduo está tentando fazer com que o seu grupo seja melhor e mais importante do que os outros. Conseqüentemente, “o fenômeno da diferenciação intergrupais seria uma característica fundamental das relações intergrupais” (Tajfel & Turner, 1979, p.38)

Vale ressaltar que para Tajfel (1957) a categorização constitui um processo cognitivo que não depende da personalidade ou do grau de informação dos indivíduos e se aplica tanto a aspectos físicos quanto a aspectos sociais. Tajfel (1972) considerava que os grupos só poderiam possuir uma identidade social positiva se distinguíssem positivamente de outros grupos.

Para Woodward (2000), a identidade é o entendimento que tenho de mim e que está diretamente ligado à minha compreensão do outro, algo que está fora, mas, ao mesmo tempo, fornece condições para que o sujeito exista. Nesse sentido, a construção da identidade, assim como sua manutenção, se constituirá dentro do processo social, quando o olhar do outro poderá ou não proporcionar o reconhecimento ou sentimento de pertença ao grupo social.

De acordo com Lima (2002) a partir da TIS que o preconceito deixa de ser entendido como um defeito cognitivo e começa a ser analisado enquanto um comportamento estratégico e racional dos grupos sociais.

Segundo Amâncio (1996), uma das críticas mais contundentes realizadas sobre os experimentos de Tajfel et al. (1972) foi que os autores extrapolaram para as condições reais os resultados de um experimento realizado em um “vácuo” social. E

cita que Billig (1976) questionou se todos necessitam de auto-estima positiva sem levar em conta a ideologia e o contexto social.

Torres, Barros e Nascimento (1998) demonstraram que para entender melhor a correlação entre a identidade social e a diferenciação, temos que levar em conta a diversidade grupal, o contexto intergrupal e o próprio conceito de identidade social pode ter diferentes funções psicossociais para os membros de um mesmo grupo, pois nem todos os grupos são psicologicamente iguais para seus membros. Esses autores verificaram que a identificação estava ligada ao coletivismo e centralidade, ou seja, a coesão grupal e a importância do grupo para seus membros.

Para Billig (1991), a maioria das pesquisas em psicologia social sobre preconceito limita-se ao estudo das imagens negativas que os grupos majoritários tem dos grupos minoritários, e da distância social que desejam manter deles. Para entender este aspecto processual, seria necessário analisar o significado ideológico e psicológico do preconceito no contexto das ideologias modernas do racismo. No nosso estudo, estamos utilizando as representações sociais sobre a homossexualidade, criação de filhos e casamento.

#### **2.2.4. Teorias no nível societal**

No nível societal, o comportamento social é explicado a partir das ideologias, sistemas de crenças, representações e normas que as sociedades criam.

Como acreditamos que o preconceito seja um fenômeno social amplo, as representações sociais podem auxiliar no entendimento do preconceito, pois, de acordo com Moscovici (1978), os preconceitos raciais e sociais não são manifestações isoladas, elas assentam num fundo de sistemas, de raciocínio de

linguagens, no tocante à natureza biológica e social do homem e suas relações com o mundo.

A partir da sua obra *Representação da Psicanálise*, Serge Moscovici (1978) inaugura um movimento inovador. Segundo esse autor, sua ambição ao escrever este livro era redefinir a psicologia social, que tradicionalmente estava ligada ao behaviorismo, limitada a estudar o indivíduo através do experimento e de observações. Segundo Sá (1995) o maior desafio era conceituar as representações sociais entre a psicologia e as ciências sociais.

No livro citado anteriormente, Moscovici (1978) queria entender como a psicanálise “abandonou” o mundo das idéias para ingressar no terreno da vida cotidiana, pois as pessoas interpretam, formam opiniões a respeito de si e dos outros. Portanto, a representação social “é um produto e processo do qual o indivíduo ou grupo reconstitui a realidade com a qual ele se confronta e para a qual ele atribui significado específico” (Abric, 1987, p. 54, citado por Abric, 1998, p.28).

As representações sociais são um conjunto dinâmico, seu status é o de uma produção de comportamento e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desse comportamento ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (Moscovici, 1978, p.50).

Na época, Moscovici (1978) procurou estudar as representações sociais da psicanálise, pois a linguagem comum estava povoada de expressões psicanalíticas que estavam presentes na religião, nos textos jornalísticos e também na economia. Segundo Moscovici (1978, p.26) “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”.

Cada grupo social apresenta uma representação social do mesmo fenômeno de acordo com sua visão de homem e suas ideologias. Moscovici (1978) observou que as representações sociais expressam a relação de um objeto socialmente valorizado, na medida em que ela diferencia um grupo do outro, ou seja, de acordo com a pertença do indivíduo em determinado grupo social sua representação será diferente de um membro pertencente a outro grupo.

De acordo com Sá (2002), uma das primeiras proposições quanto a estrutura das representações, formuladas por Moscovici (1976), estabelecia três dimensões. A primeira, denominada de informação, se referia ao conhecimento que o grupo social possui de determinado objeto social. A segunda, campo de representação, remete ao conteúdo concreto e limitado acerca do objeto representacional. E por último, a atitude que orienta em relação ao objeto da representação social.

As representações sociais de acordo com Moscovici (1978) são formadas a partir de dois processos: a objetivação e a ancoragem.

A objetivação faz com que se torne real um esquema conceitual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva. (...) Objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observações o que era apenas uma inferência símbolo. (Moscovici, 1978, p.111).

O processo de objetivação envolve três momentos. O primeiro é a construção seletiva, que seleciona, descontextualiza e organiza de acordo com valores e normas grupais; o segundo momento é esquematização, ou seja, organização das informações básicas permitindo sua materialização e, por último, a naturalização

onde objeto representacional passa a fazer parte da realidade, como algo natural (Vala, 2000).

O segundo processo é o da ancoragem que permite compreender como elementos representados numa sociedade contribuem para modelar as relações sociais. (Moscovici, 1978). Segundo esse autor, a ancoragem:

(...) designa a firme inserção de uma ciência na hierarquia de valores e entre as operações realizadas pela sociedade. Em outras palavras, mediante o processo de ancoragem, a sociedade converte o objeto social num instrumento de que ela pode dispor, e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes. (Moscovici, 1978, p. 173).

Para Moscovici (1978), a objetivação mostra como os elementos representados de uma ciência se integram a uma realidade social, a ancoragem permite compreender o modo como eles contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem.

Para se entender a diferenciação intergrupar e outros fenômenos sociais, Doise (1984) propõe a integração entre a Identidade Social (Tajfel, 1972), os trabalhos de Sherif (1961) e as Representações Sociais e, conseqüentemente, a articulação de vários níveis de análise.

Desta forma, o modelo da diferenciação categorial considera a categorização como um processo psicológico integrado como uma análise do processo contextual e estrutural das relações intergrupos (Doise, 1984).

Para Doise (1984), as representações sociais desempenham três funções sociocognitivas nas interações grupais: seleção, justificação e antecipação. A função seletiva, de acordo com Amâncio (1996, p.300), “traduz-se uma centralidade dos

conteúdos relevantes para a relação intergrupos ao nível das representações mútuas relativamente aos conteúdos irrelevantes para a situação”.

A segunda função, denominada de justificadora, mostra como os conteúdos das representações estão vinculados com a imagem do outro grupo e justifica sua posição no contexto da interação entre grupos. A função antecipatória orienta o próprio desenvolvimento de relação entre os grupos.

De acordo com Amâncio (1996, p.301), “o pressuposto que os indivíduos constroem, no plano cognitivo, a situação em que estão inseridos, reproduzindo-as ou antecipando-as, que faz com que a diferenciação não possa ser universal”. Pois são em certos momentos que certas representações são ativadas.

Assim, a representação é um conjunto de informações, de atitudes, de crenças e informação referentes a um objeto ou uma situação. É determinada ao tempo pelo sujeito (sua história), sua vivência, pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social. (Abric, 2001, p.156).

Portanto, as representações sociais dependem de fatores históricos, do contexto social, da inserção social do indivíduo. De acordo com Abric (1998), as representações aparentemente apresentam um caráter contraditório e simultaneamente uma estabilidade. Para esse autor, a estabilidade é possível a partir do momento que possuem um núcleo central, bastante consistente; e por outro lado, a flexibilidade vem da integração de dados da experiência dos indivíduos e da prática social.

Pereira e Soares (2003) apontam que o conceito de representação social foi inovador para a psicologia social, por constituir uma perspectiva ampla. O campo das representações sociais é composto por diferentes abordagens e metodologias.

A partir da análise do estudo de Moscovi (1978), Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1993) desenvolveram um quadro de análise teórico – metodológico, chamado de Modelo Quantitativo da Análise das representações Sociais, com o objetivo de analisar diversos fenômenos sociais. De acordo com Pereira e Soares (2003, p.73), “as pesquisas que utilizam esse modelo superam as fragilidades metodológicas frequentemente verificadas nos estudos que utilizam o conceito de representação social”. Segundo esses autores, o modelo integra o conceito de representações sociais aos de minoria ativa e identidade social para a compreensão desse fenômeno.

Doise (2002) afirma que ao formular o modelo Quantitativo das Representações Sociais Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1993), tinham algumas hipóteses. A primeira era que membros de uma população compartilhavam certas crenças em comum, devido às relações sociais e trocas simbólicas. A segunda hipótese referia-se à natureza das tomadas de posição individuais, ou seja, porque os indivíduos se diferenciam entre si. E última hipótese, a ancoragem é construída através dos valores, pelas percepções construídas nas relações com os grupos e pelas experiências sociais compartilhadas.

Então, Doise et al. (1993) propõem que para examinar as representações sociais devem ser estudados três aspectos: a organização do campo representacional, os princípios organizadores das diferenças individuais e a ancoragem em sistemas de significativos simbólicos.

A organização do campo representacional corresponde ao processo de objetivação (Moscovici, 1978). Refere-se ao modo que um objeto abstrato é materializado, sendo um processo cognitivo dotado de operações cognitivas: categorização, seleção (Doise et al, 1993).

Segundo Pereira e Soares (2003), quatro técnicas de análise são relatadas por Doise et al. (1993) para analisar a organização do campo representacional. São elas: *Hierarchical Cluster Analysis*, Análise Fatorial de Correspondência, a *Multidimensional Scaling* e Análise de Similitude, que permitem analisar o conteúdo representacional como uma organização compartilhada com o ambiente social. Entretanto, Pereira e Soares (2003, p.76) relembram que “a objetivação é um processo dinâmico e não pode ser apreendido estaticamente” (Moscovici, 1978). A identificação do conteúdo não revela uma estrutura interna do funcionamento cognitivo do indivíduo, mas faz parte da transformação dos elementos produzidos na lógica do sistema social em teorias do senso comum (Pereira & Soares, 2003).

A segunda dimensão, denominada de princípios organizadores das diferenças individuais, corresponde às variações interindividuais dos membros de um grupo nas diferentes dimensões subjacentes ao campo representacional.

Nesse sentido, a noção de R.S. não pode se limitar a um conjunto de crenças e opiniões consensuais sobre um objeto social. Ao contrário, deve mostrar precisamente como, mediante uma diversidade de opiniões, manifestam-se seus princípios de organização. (Pereira & Soares, 2003, p.77).

Vale ressaltar que as diferenças individuais são construídas socialmente. De acordo com Pereira e Soares (2003), o modelo de análise quantitativa sugere duas técnicas de análise estatística: a Análise Fatorial e a *Multidimensional Scaling*, as duas técnicas explicam as variabilidades individuais.

A terceira dimensão corresponde à ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais. A ancoragem, como foi descrito anteriormente, é o processo no qual o objeto representado é incorporado e integrado num sistema social preexistente. Para Doise et al. (1993) a ancoragem refere-se à

análise do que ocorre quando os atores sociais coletivamente tomam um posicionamento no panorama social, posição definida em comparação com o posicionamento de outros grupos. A ancoragem das representações social pode ser estudada sob três perspectivas: ancoragem psicológica, psicossociológica e sociológica (Doise et al., 1993).

A ancoragem psicológica recorre ao posicionamento individual nas atitudes e valores; a ancoragem psicossociológica está ligada à percepção de relações intergrupais e a sociológica está ligada a pertencas específicas e suas relações e experiências sócio-compartilhadas (Doise et al., 1993).

Nesse sentido, as representações sociais de um objeto não podem ser compreendidas sem uma análise de suas associações com um sistema mais geral de relacionamento simbólico (Pereira & Soares, 2003).

Concordamos com Vala, Brito e Lopes (1999) que salientam que para estudarmos o preconceito é necessária a articulação entre teorias para seu entendimento e suas expressões.

Dentro desta perspectiva, o preconceito seria consequência de uma rede de representações sociais construídas no seio das contradições existentes na sociedade. Desta forma, acreditamos que a representação social que as pessoas têm dos homossexuais influenciará nas atitudes sobre a adoção de crianças por gays ou lésbicas, o que constitui uma das formas de analisar o preconceito em nossa sociedade.

A seguir apresentaremos estudos que tratam especificamente do preconceito contra homossexuais.

### **2.3. O preconceito contra homossexuais**

Apresentaremos algumas pesquisas encontradas sobre o preconceito contra homossexuais. O primeiro estudo foi a única pesquisa encontrada sobre o preconceito contra homossexual no Brasil. Em seguida, apresentaremos outros estudos realizados nos EUA, sobre o preconceito ou atitudes contra homossexuais.

Whitley (1990) relata que existem muitas pesquisas psicológicas sobre personalidade, causas e até mesmo a “cura” para homossexuais e poucas pesquisas que procuram analisar o preconceito contra homossexuais.

Foi a partir da leitura da pesquisa realizada por Lacerda, Pereira e Camino (2002) que despertamos o interesse de estudarmos o preconceito contra o casal homossexual no contexto específico da adoção de crianças. Vale ressaltar que quase não existe material bibliográfico sobre a homofobia, ou seja, aversão a homossexuais.

O trabalho realizado por Lacerda, Pereira e Camino (2002) tinha por objetivo analisar, na perspectiva das representações sociais, as formas como os universitários expressam o preconceito contra homossexuais e a relação deste preconceito com as explicações da homossexualidade. Foram aplicados 220 questionários em estudantes dos cursos de engenharia civil, medicina e psicologia de uma universidade na cidade de João Pessoa (PB).

Os autores utilizaram um questionário que continha a escala de Rejeição à Intimidade desenvolvida por Pettigrew e Meertens (1995), a escala de Expressão Emocional desenvolvida por Dijker (1987) contendo uma lista com seis emoções: três positivas (admiração, respeito e amor) e três negativas (desprezo, raiva e nojo) e, por último, uma escala de Explicações da Homossexualidade desenvolvida por Pereira e Camino (1998) contendo cinco explicações da homossexualidade:

biológicas, psicossocial, psicológicas, religiosas e ético-morais. Todas as escalas eram do tipo Likert (1970) e como foram construídas ou modificadas para este estudo os autores analisaram a validade e fidedignidade das mesmas.

Lacerda et al. (2002) analisaram o preconceito a partir da rejeição à intimidade e a expressão de emoções positivas e negativas, ancorado nas pertenças dos sujeitos (sexo, curso e tipo de religião). Os resultados permitiram aos autores, a partir do posicionamento dos estudantes, classificá-los em três grupos: flagrantes, sutis e não preconceituosos (Pettigrew & Meertens, 1995). O grupo de preconceituosos flagrantes tinha alta pontuação na escala de rejeição à intimidade e expressaram muitas emoções negativas. Os preconceituosos sutis apresentaram baixa pontuação na escala de intimidade e expressaram uma quantidade baixa expressão de emoções negativas e negam emoções positivas. E por último, os não preconceituosos apresentam baixa rejeição à intimidade, pouca expressão de emoções negativas e expressão de muitas emoções positivas.

Mais de três quartos dos estudantes analisados neste estudo foram classificados como preconceituosos, sendo metade preconceituosos flagrantes e outra metade preconceituosos sutis. Os autores discutem que este resultado corrobora com o fato do Brasil ser um dos líderes em assassinato de homossexuais. Esta análise contraria os estudos que analisam as novas formas de preconceito (Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995) os quais relatam que nas sociedades ocidentais o preconceito sutil se apresenta com mais frequência do que o preconceito flagrante.

Sobre as explicações da homossexualidade, Lacerda et al. (2001) verificaram que os universitários se posicionaram de acordo com as cinco explicações encontradas na literatura, traduzindo uma das características das representações sociais, ou seja, o de transformar um conceito científico em teoria do senso comum.

Os autores constaram que as explicações atribuídas à homossexualidade são as variáveis que mais contribuem para a ancoragem social do preconceito. O grupo de não preconceituosos e preconceituosos sutis é constituído por estudantes de psicologia que concordam que a homossexualidade não é uma doença (explicação psicossocial) e discordam que a homossexualidade seja uma falta de carácter (explicação ético-moral), ou seja, uma falta de fé em Deus (explicação religiosa). Já o grupo formado por preconceituosos flagrantes é constituído por estudantes de engenharia, que ao contrário dos estudantes de psicologia, concordam com as explicações religiosas e ético-morais e discordam das explicações psicossociais.

Os autores analisaram as diferenças entre os preconceituosos sutis e não preconceituosos e verificaram que os não preconceituosos acreditam que a homossexualidade é uma orientação como outra qualquer (explicação psicossocial) e o grupo de preconceituosos sutis não concordavam que a homossexualidade estava ligada à falta de carácter e explicam a homossexualidade a partir das explicações biológicas e psicológicas.

Sobre a influência do sexo, Lacerda et al. (2001) verificaram que as mulheres apresentam índices de preconceito inferiores aos dos homens, corroborando com estudos anteriores (Brandyberry & Macnair, 1996; Hogan & Rentz, 1996).

O trabalho de Lacerda et al. (2001) aponta questões importantes sobre o preconceito contra homossexuais, pois os resultados assinalam que a maioria dos brasileiros é preconceituosa sutil ou flagrante. Demonstrando também, a importância dos estudos do preconceito articulado com o de representações sociais. Assim, consideramos importante continuar procurando resposta às questões sobre o preconceito contra homossexuais no Brasil.

A partir das teorias de atribuição e atitudes, Whitley (1990) desenvolveu um estudo para examinar a percepção que os estudantes tinham das causas da homossexualidade relacionadas às atitudes relacionadas a homossexuais e verificar as diferentes atitudes para gays e lésbicas. Participaram deste estudo 210 mulheres e 189 homens estudantes de psicologia, e destes universitários 193 mulheres e 173 homens indicaram ter relações sexuais somente heterossexuais. O autor dividiu as pessoas aleatoriamente em grupos de 10 a 25 pessoas para responderem a um questionário.

O questionário utilizado por Whitley (1990) era composto por uma Escala de Causalidade (Russel, 1982, citado por Whitley, 1990), que continha uma lista de causas da homossexualidade e uma medida de causas para medir o lócus de causalidade, estabilidade, controle e, ainda, duas escalas de atitudes contra gays e lésbicas que foram modificadas para esse estudo com o intuito de analisar as atitudes contra gays e lésbicas. Os resultados indicaram que os heterossexuais tinham atitudes mais negativas contra pessoas do sexo igual ao seu, apesar de que geralmente os universitários tinham atitudes mais negativas contra gays do que contra lésbicas. O autor verificou que, quando o sujeito acreditava que a homossexualidade poderia ser controlada, este sujeito tinha mais atitudes negativas do que as pessoas que relacionavam a homossexualidade a aspectos biológicos.

Com o objetivo de analisar as atitudes para homossexuais, Hadock, Zanna e Esses (1993) realizaram dois estudos. No primeiro estudo, 145 (73 mulheres e 72 homens) estudantes universitários responderam a um questionário sobre as atitudes, estereótipos, crenças simbólicas, afeto e, posteriormente, a uma escala de autoritarismo desenvolvida por Altemeyer (1988). No estudo, os autores utilizaram as atitudes para estudar os aspectos cognitivo e afetivo; os estereótipos foram

utilizados para acessar a parte cognitiva do preconceito e as crenças simbólicas baseada no racismo simbólico (Sears & Kinder, 1971; Sears & McConhay, 1973), onde os homossexuais estariam transgredindo os valores, as crenças culturais.

Nesse primeiro estudo, foram utilizadas cinco escalas: a primeira para verificar as atitudes para homossexuais denominada de “termômetro de avaliação”; uma de estereótipos contendo uma lista de características para descrever um membro típico; uma terceira escala para verificar as crenças simbólicas com uma lista de valores, costumes e normas de um membro típico do grupo de homossexuais. Para verificar a afetividade, foi incluída uma quarta escala para verificar os sentimentos e, por último, a escala de autoritarismo com 30 itens. Os resultados mostraram que as variáveis se correlacionam e os estereótipos explicam melhor as atitudes contra homossexuais. Verificou-se, ainda, que quanto maior o escore na escala de autoritarismo maiores eram as atitudes negativas contra homossexuais, e quanto maior a crença que os homossexuais violam os costumes, crenças e valores da sociedade maiores o autoritarismo e maiores as atitudes negativas.

No segundo estudo, Hadock, Zanna e Esses (1993) verificaram que o contato se correlaciona negativamente com o autoritarismo, para tanto eles utilizaram uma adaptação da escala de Gardner, Lalonde, Nero e Yong (1988) sobre ter amigo homossexual ou se relacionar na escola. Por último, verificaram que, quando os sujeitos percebem valores distintos entre os grupos, aumentam as atitudes negativas para homossexuais.

Ao estudar o termo homossexualidade, Hadock, Zanna e Esses (1993) constataram que a maior parte dos estudantes pensa que a palavra se refere a homens gays e uma minoria pensa em mulheres homossexuais. Este dado nos reporta à análise histórica feita por Spencer (1999) que encontrou um escasso material sobre o

lesbianismo, pois nas culturas machistas pouco foi escrito sobre a vida das mulheres, demonstrando uma indiferença à vida delas.

Herek (1988) diz que para se entender as atitudes para homossexuais é importante analisar a religiosidade, a adesão à família tradicional, ao sexo, a percepção dos amigos e a interação com homossexuais. Estas variáveis explicam de 2% a 45% das atitudes para homossexuais.

Na pesquisa de Lacerda et al. (2002) 38% dos estudantes paraibanos foram classificados como preconceituosos flagrantes. Este tipo de indivíduo é objeto das teorias tradicionais do preconceito (Adorno, 1950; Allport, 1954). Os preconceituosos flagrantes apresentam alto índice de rejeição a intimidade e muitas emoções negativas (Pettigrew & Meertens, 1995). Temos como hipótese que o preconceito contra homossexuais será mais flagrante dentro do contexto específico da adoção de crianças, pois supomos que a maioria das pessoas será contrária à adoção por homossexuais, por acreditar que a educação dada pelos pais influenciará na identidade dos filhos (Dias, 2001).

A seguir serão apresentados os três estudos empíricos realizados com o objetivo de analisar o posicionamento dos estudantes universitários sobre a adoção de crianças por homossexuais, ancorando esse posicionamento: a) percepção da influência das relações homossexuais na criação dos filhos; b) explicações da homossexualidade; c) pertencimentos sociais dos estudantes. Além disso, tínhamos como objetivo verificar como os estudantes universitários expressam seu preconceito contra homossexuais.

### **CAPÍTULO III -- MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO**

## MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os três estudos empíricos realizados para este trabalho. O primeiro nós o denominamos *Relações entre a aceitação da adoção de crianças por homossexuais e as explicações da homossexualidade*. O segundo foi intitulado *Opiniões sobre casamento homossexual*. Ao último, demos o título *Adoção de crianças para homossexuais: as crenças e as formas de preconceito*.

Os estudos estão subdivididos entre métodos, onde nós apresentamos os participantes, os instrumentos utilizados e o procedimento; na segunda parte, apresentamos os resultados juntamente com discussão. Em todos os estudos, nós utilizamos como instrumentos questionários com perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados foi feita através do programa estatístico SPSS.

### **3.1. Primeiro Estudo: Relação entre a aceitação da adoção de crianças por homossexuais e as explicações da homossexualidade:**

Os objetivos deste estudo consistiam em:

- Desenvolver a Escala de Atitudes sobre Adoção de Crianças por Homossexuais;
- Analisar as relações entre as atitudes sobre a adoção de crianças por homossexuais e as explicações da homossexualidade (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).
- Analisar a influência do gênero, profissões e religiões nas atitudes sobre a adoção de criança por homossexuais.

#### **3.1.1. Método: amostra, procedimento e instrumento.**

No primeiro semestre de 2003 foram aplicados 288 questionários em estudantes universitários de um universidade privada de Goiânia, cuja idade média é igual a 22 anos ( $DP=3,55$ ).

Dos estudantes que participaram da amostra, 34% cursavam a área de humanas, 34% a área de exatas e 32% a área biológica. A amostra foi composta por 49% de homens e 51% de mulheres. Destes alunos, 50% eram católicos, 22% evangélicos e 15% disseram não ter nenhuma religião.

O questionário continha duas escalas, a primeira escala foi elaborada para este estudo com 37 itens sobre a atitude em relação à adoção de crianças por homossexuais (Anexo I). Os itens foram construídos a partir das explicações das teorias do desenvolvimento para a criação de crianças, baseada principalmente nas teorias psicanalíticas e comportamentais. Havia itens positivos e negativos sobre a adoção por homossexuais, que foram intercalados na escala.

Avaliou-se a percepção sobre as causas do homossexualismo através da Escala de Explicações da Homossexualidade desenvolvida por Camino, Lacerda e Pereira (2002). A escala é composta por quinze itens, dividida em cinco causas: religiosa, biológica, ético-moral, psicológica e psicossocial.

Nas duas escalas os estudantes indicaram o grau de concordância com cada um dos itens numa escala do tipo Likert (1970) que varia de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os parâmetros psicométricos dessas escalas são apresentados na seção de resultados. Todos os questionários foram respondidos individualmente pelos estudantes, mas em situação coletiva, após autorização do professor responsável pela turma.

### **3.1.2. Resultados e discussão**

Para investigar a estruturação das escalas utilizadas, realizou-se uma análise fatorial, considerando apenas cargas fatoriais maiores ou iguais a 0,40.

Os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) da escala sobre a adoção de crianças homossexuais (Tabela 2) indicaram a existência de um único fator bipolar com valor próprio igual a 16, que explica 52% da variabilidade do posicionamento dos participantes. Contudo, sete itens da escala não apresentaram cargas fatoriais satisfatórias e foram eliminados da escala final (os itens 05, 21, 29, 30, 34, 35 e 37 do anexo I). Esta escala apresenta um coeficiente de fidedignidade muito bom, com  $\alpha=0,97$ , permitindo a construção de um indicador do posicionamento dos estudantes com relação à adoção por homossexuais. Após a inversão dos itens cujo conteúdo era contrário à adoção por casais homossexuais, a direção da escala ficou que quanto maior a média, maior é a aceitação da adoção de crianças por homossexuais.

**Tabela 2.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio e Variância Explicada da Escala de Atitudes sobre Adoção de Crianças por Homossexuais.

Análise dos principais Componentes	Cargas Fatoriais
	<u>F1</u>
Com valores morais um adulto normal.	-0,81
Criança irá se desenvolver normalmente.	-0,81
Várias patologias e inseguranças.	0,79
Permaneça na instituição	0,78
Aprenderá a imagem se tornará homossexual	0,77
Condições de oferecerem lares dignos	-0,77
O amor é mais importante	-0,77
Valores morais: adulto adaptado	-0,76
Adotado por lésbicas:medo de homem	0,76
Personalidade desajustada	0,76
Criança será promíscua	0,75
Observando será homossexual	0,74
Através do diálogo não guardará traumas	-0,73
Menino:medo de mulheres	0,73
Um jovem se tornará delinqüente	0,73
Essencial um homem e uma mulher	0,73
Aprenderá que a homossexualidade é normal	-0,72
Aceitar e desenvolver normalmente	-0,72
Lar homossexual com direitos	-0,71
Não ensinará valores morais	0,71
Não apresentar comportamento homossexual	-0,70
Suprir a falta do amor materno	-0,69
Terá problemas psíquicos no futuro	0,68
Se receber amor e atenção, não influenciará.	-0,68
Se tornará gay pela falta de referência masculina	0,68
As crianças serão tão ajustadas	-0,68
Estímulos iguais	-0,67
A criança poderá ser abusada por eles	0,61
Adotada por gays mais traumas de que lésbicas	0,58
Não têm condições de ensinar valores morais.	0,64
Homo adaptados e hetero desadaptados	0,57
Valor Próprio	16
Variância Explicada	52%
Coeficiente de Fidedignidade	0,97

Nota: Apenas as cargas superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser- Meyer - Olkin*= 0,95; Teste de esfericidade de *Barlett*= 5,857;  $p < 0,001$ .

A análise fatorial (pelo método dos eixos principais com rotação varimax) usada para identificar os tipos de explicações da homossexualidade foi calculada seguindo as indicações proposta na Escala de Causas da Homossexualidade (Lacerda et al, 2002), fixando o limite de cinco fatores. Os resultados mostram (Tabela 3) que todos os fatores possuem os valores próprios superiores ou igual 1, explicando 71% da variância. O primeiro fator, que explica 25% da variabilidade, reuniu as causas ético-morais. O fator 2 explica 14% da variabilidade e aglomerou as causas religiosas. O fator 3 reuniu as causas psicossociais explicando 13%. O quarto fator com as causas biológicas explicou 12%. E o último fator constituído pelas causas psicológicas explica 7%. A análise de fidedignidade nas escalas mostra alfas 0,75; 0,84; 0,76; 0,65; e 0,70 respectivamente, permitindo a confirmação da adesão dos estudantes aos cinco tipos de explicações.

**Tabela 3.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio e Variância Explicada da Escala de Explicações da Homossexualidade.

<b>Tipos de Explicações da Homossexualidade</b>					
<i>Explicações</i>	<i>Ético- Moral</i>	<i>Religiosa</i>	<i>Psicossocial</i>	<i>Biológica</i>	<i>Psicológica</i>
Falta de respeito	0,81				
Falta de caráter	0,80				
Falta de valores morais	0,63				
Falta de fé religiosa		0,79			
Fraqueza espiritual		0,75			
Descumprimento da palavra de Deus		0,67			
Orientação sexual			0,88		
Não é doença, nem distúrbio.			0,75		
Deve ser compreendida na totalidade			0,65		
Hereditariedade				0,77	
Disfunções hormonais				0,76	
Problemas na gestação				0,73	
Abusos sexuais na infância					0,84
Conflitos com os pais					0,91
Traumas na primeira infância					0,60
<i>Valor próprio</i>	3,8	2,0	1,9	1,8	1,0
Variância Explicada	25%	14%	13%	12%	7%
Coefficiente de Fidedignidade	0,75	0,84	0,76	0,65	0,70

*Nota.* Apenas as cargas fatoriais superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser-Meyer-Olkin*= 0,81; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 1,607,14;  $p < 0,001$ .

Com base na adesão dos estudantes na escala de atitudes à adoção de crianças por homossexuais analisou-se a relação com as explicações da homossexualidade, a área do curso, a religião, a frequência em que participa da religião e o sexo dos participantes. Os resultados (Tabela 4) da regressão múltipla pelo método *stepwise* ( $R=0,76$   $R^2= 0,57$ ;  $F =6,188$ ;  $p < 0,001$ ) permite constatar que a aceitação da adoção de crianças por homossexuais se correlaciona positivamente com as explicações psicossociais ( $\beta = 0,32$ ;  $p < 0,001$ ), com a religião católica ( $\beta = 0,13$ ;  $p < 0,01$ ) e as

mulheres são mais favoráveis ( $\beta = 0,13$ ;  $p < 0,01$ ); enquanto as explicações ético-morais ( $\beta = -0,38$ ;  $p < 0,001$ ), as explicações psicológicas ( $\beta = -0,13$ ;  $p < 0,01$ ) e o alunos dos cursos de exatas ( $\beta = 0,14$ ;  $p < 0,05$ ) apresentam uma relação negativa com a aceitação da adoção por homossexuais. Não foram observadas relações significativas entre as explicações biológicas, religiosas; nas áreas de humanas e biológicas; nas religiões espíritas e evangélicas; e a frequência em cultos.

**Tabela 4.** Resultados da Regressão Múltipla, pelo método *Stepwise*, utilizando como Variável - Critério adoção de crianças por homossexuais, e como Variáveis Antecedentes os indicadores sócio – demográficos, a pertença religiosa e causas da homossexualidade.

<b>Atitude sobre adoção de crianças por homossexuais</b>			
	Beta <sup>3</sup>	t	P<
Causa Ético-moral	-0,385	-6,67	0,001
Causa Psicossocial	0,323	5,60	0,001
Causa Psicológica	-0,129	-,257	0,01
Causa Religiosa	-	-	n.s.
Causa Biológica	-	-	n.s.
Mulher	0,130	2,65	0,01
Exatas	-0,142	-2,81	0,05
Biológicas	-	-	n.s.
Católica	0,121	2,51	0,01
Evangélica	-	-	n.s.
Espírita	-	-	n.s.
Frequência a cultos	-	-	n.s.
Coeficiência de Regressão		R = 0,76	
Variância Explicada		R <sup>2</sup> =0,57; R <sup>2</sup> ajustado= 0,56	
Significância do Modelo		F(6,188)= 42,0666; p < 0,001	

Para a inclusão das variáveis nominais foram construídas dummy variables, onde homem=1 e mulher=2; biológicas = 1, exatas= 2 e humanas=3; sem religião=1, católica =2, espírita = 3, evangélica= 4 e outra=5.

Estes dados corroboram com os resultados das pesquisas anteriores em que as mulheres apresentam índices de preconceito inferiores aos dos homens (Brandyberry & MacNair, 1996; Hogan & Rentz, 1996; Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

As pessoas que acreditam que a homossexualidade não é doença e que deve ser compreendida em sua totalidade também são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais. No trabalho de Lacerda et al. (2002) foram classificados como preconceituosos sutis e não-preconceituosos. Os preconceituosos sutis são pessoas que negam a expressão de emoções positivas e negativas, não contrariando de maneira explícita as normas antipreconceituosas (Vala, Brito & Lopes, 1998). Os não preconceituosos apresentam baixa rejeição à intimidade, expressam poucas emoções negativas e muitas emoções positivas.

Já aqueles que acreditam que a homossexualidade está relacionada à falta de caráter e valores morais do sujeito são contrários à adoção por homossexuais e foram classificados como preconceituosos flagrantes no trabalho de Lacerda et al. (2002). Este tipo de indivíduo é objeto de estudo nas pesquisas clássicas sobre o preconceito (Allport, 1954; Tajfel, 1972; 1982) e apresentam alta pontuação na escala de rejeição à intimidade, expressam muitas emoções negativas e poucas emoções positivas.

Tomados em conjunto estes resultados apontam que as crenças sobre a etiologia da homossexualidade afetam diretamente as atitudes dos participantes sobre a adoção de crianças por homossexuais.

### **3.2. Segundo Estudo: Opiniões sobre casamento homossexual.**

Este estudo tinha por objetivo fazer um levantamento do campo representacional (Doise et al., 1993) sobre o que os estudantes pensam a respeito do casamento homossexual. A partir daí, procuramos descobrir quais os princípios que organizam as diferentes posições individuais nestes conteúdos e ancorar esses princípios nas pertencas sociais dos participantes (sexo, curso e religião). Além disso, pretendíamos construir um instrumento capaz de investigar as posições individuais a respeito do casamento homossexual.

Acreditamos que os universitários não irão aceitar a adoção por homossexuais devido às representações que fazem do casamento como um meio de procriação de filhos. Tínhamos como hipóteses que as representações seriam diferentes nos diversos tipos de religião, nas áreas do conhecimento e no sexo pois, como foi visto no estudo anterior, as mulheres e os católicos são favoráveis à adoção por homossexuais, diferente dos estudantes de exatas.

#### **3.2.1. Método: amostra, procedimento e instrumento.**

Foram aplicados 134 questionários em estudantes universitários de uma universidade privada de Goiânia. Estes questionários foram respondidos individualmente em aplicação coletiva realizada nas salas de aula, após autorização prévia dos professores (Anexo II).

Dos estudantes que participaram da amostra, 28% cursavam a área de exatas, 35% a área de humanas (exceto os cursos de psicologia, serviço social e direito que serão investigados no estudo posterior) e 37% área de biológicas. A amostra foi

composta por 30% de homens e 70% de mulheres. A média de idade destes participantes é de 24 anos ( $DP= 6,5$ ).

Sobre a religião, 58% dos universitários disseram ser católicos, 16% evangélicos, 13% espíritas e 10% disseram ter outra religião, diferente destas.

O instrumento continha uma pergunta “Você é a favor de uma legislação que reconheça o casamento homossexual (gays e lésbicas)?”, onde os estudantes teriam que opinar entre sim ou não. Ainda havia uma pergunta aberta onde os participantes deveriam justificar sua opinião na questão anterior, além de completar os dados sócio-demográficos (sexo, idade, curso e religião).

Vale ressaltar que utilizamos a palavra casamento, pois acreditamos que seja a que melhor expressa a união entre duas pessoas. E colocamos entre parênteses as palavras gays e lésbicas para que os estudantes não pensassem que estávamos nos referindo somente ao homossexual masculino pois, como citado anteriormente, a maioria das pessoas pensa que o termo homossexualidade de refere somente ao homem gay (Hadock et al., 1993).

### **3.2.2. Resultados e Discussão**

Após aplicação dos questionários, nós dividimos os participante entre os que eram favoráveis e os que eram contrários ao casamento homossexual. Em seguida, realizamos a leitura dos questionários e categorizamos a questão onde os universitários justificaram sua opinião sobre o casamento homossexual. Encontramos seis categorias.

- Base Afetiva: as pessoas falaram em sentimentos (amor, convivência, respeito), revelando que o que importa é a felicidade das pessoas.

- Direito de Escolha: os universitários falaram que as pessoas têm o direito de escolherem o sexo do parceiro.
- Direito Legal: os universitários se referiam à constituição como pensão, herança.
- Religiosa/ Ético Moral: se referia à vontade de Deus e aos princípios bíblicos/ ou à falta de caráter.
- Doença: que a homossexualidade é um distúrbio e precisa ser tratada. Segundo Mott (2003), por mais que a Organização Mundial de Saúde desde o início dos anos 90, tenha excluído a homossexualidade do rol de doenças, várias pessoas ainda acreditam que a homossexualidade seja uma doença.
- Não é família: os estudantes justificavam que não é uma família principalmente no que se refere à criação de filhos. Em nosso imaginário quando pensamos em família, de acordo com Fonseca (1995) o pensamento se restringe à família conjugal em co-residência de um casal com seus filhos.

A partir da categorização, montamos um banco de dados no programa estatístico SPSS e realizamos o teste Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para dados não paramétricos, onde comparamos as opiniões e justificativas nas áreas, religiões e cursos.

De acordo com os resultados do teste Qui-quadrado, comparando a frequência das opiniões na primeira questão com as variáveis sócio – demográficas (sexo, curso e religião), verificamos que não houve diferença significativa no sexo ( $\chi^2_2 = ,988$  n.s) e nos cursos ( $\chi^2_2 = ,114$  n.s.). Somente a religião foi significativa (Tabela 5). Esperávamos que houvesse diferença significativa no sexo, acreditando que as mulheres seriam mais favoráveis como no estudo anterior, mas isto não foi visto neste estudo. Portanto, apresentaremos somente os dados que foram significativos.

Na tabela 5, apresentaremos os resultados das opiniões nas diferentes religiões ( $\chi^2_2 = 19,974$ ;  $p < 0,001$ ). Iniciando pelos índices de aceitação e rejeição, temos que 60% dos participantes aceitam o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Destes, os estudantes que são mais favoráveis são os espíritas, com 72%, seguidos pelos católicos com 64%. Entre os que não aceitam esse tipo de união (40% dos participantes), a maioria é de evangélicos (81%). Destes, apenas 19% são favoráveis, sendo quase a metade do número de favoráveis das religiões católica e espírita.

**Tabela 5.** Porcentagem das Opiniões ao Casamento Homossexual em função da Religião.

Religiões	Opinião		Total
	SIM	NÃO	
Católica	64%	36%	100%
Evangélica	19%	81%	100%
Espírita	72%	28%	100%
Outra	85%	15%	100%
Total	60%	40%	100%

$\chi^2_2 = 19,974$ ;  $p < 0,001$

Em seguida, verificamos as justificativas sobre o casamento homossexual e as variáveis sócio - demográficas. Como na análise anterior a variável sexo ( $\chi^2_2 = ,711$  n.s.) e a variável tipo de curso ( $\chi^2_2 = ,870$  n.s. ) não foram significativas. Somente a religião foi significativa ( $\chi^2_2 = 31,406$ ;  $p < 0,05$ ), dados apresentados na tabela 6.

Das seis categorias encontradas, o direito de escolha (28%) e as repostas de base religiosas (25%) foram as mais citadas pelos participantes. Já a categoria que se referia à homossexualidade como sendo uma doença foi a que menos foi evocada pelos participantes.

Qualificando essas categorias a partir da religião dos participantes, temos que, entre os católicos, 28% alegaram que a homossexualidade era um direito de escolha e 7% afirmaram que era uma doença. Temos também que 21% desses participantes deram respostas de base religiosa para justificar seu posicionamento com relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Entre os evangélicos, 52% acreditam que o casamento homossexual vai contra os princípios bíblicos (justificativa religiosa), 10% disseram que são contrários pois a homossexualidade é distúrbio que precisa ser tratado e 11% disseram que não é uma família. Estes dados correspondem aos 81% que disseram que não concordam com o casamento homossexual na tabela anterior.

Os espíritas não concordam que a homossexualidade seja um distúrbio e a maioria acha que as pessoas têm o direito de escolherem quem quiserem para se relacionarem. Dos 22% espíritas que deram justificativa religiosa, 13% concordam com o casamento homossexual, alegando “alma não tem sexo”. A maioria (33%) fala que as pessoas tem o direito de escolherem seus parceiros independente do sexo.

Os evangélicos, católicos e espíritas dão justificativas religiosas, no entanto, os espíritas dão repostas favoráveis ao casamento e os evangélicos juntamente com os católicos dão justificativas religiosas contrárias à união de pessoas do mesmo sexo. Dos três grupos, os evangélicos é o grupo que mais justifica sua posição dando repostas do tipo religiosa.

**Tabela 6.** Porcentagem das Justificativas ao Casamento Homossexual em função da Religião.

Religiões	Justificativas						Total
	Base afetiva	Direito de escolha	Direito legal	Religiosa	Doença	Não é família	
Católica	14%	28%	19%	21%	7%	11%	100%
Evangélica	14%	5%	0%	52%	10%	19%	100%
Espírita	17%	33%	17%	22%	0%	11%	100%
Outra	31%	61%	0%	8%	0%	0%	100%
Total	16%	28%	14%	25%	6%	11%	100%

$\chi^2_2 = 31,406; p < 0,05$

Por último, verificamos que os universitários que acreditam que é o sentimento que une duas pessoas, todos (100%) concordam com o casamento homossexual. Já entre os estudantes que acreditam que as pessoas têm o direito de escolher com quem se relacionar, a maioria (98%) concordam com a união homossexual. Os universitários que relataram que os homossexuais devem ter preservados seus direitos perante a lei assim como um casal heterossexual concordam 100% com o casamento homossexual.

Dos universitários que justificaram de acordo a religião, 90% são contrários ao casamento homossexual por acreditarem que “vai contra a lei de Deus” e 10% são favoráveis, pois “todos somos iguais perante Deus”. Os estudantes que vêem a homossexualidade como doença, que precisa ser tratada, não concordam com o casamento homossexual (100%). Por último, os sujeitos que relataram que o casamento homossexual não é possível, pois não constitui um família, principalmente no que se refere à procriação de filhos, 100% deles são contrários ao

casamento homossexual. Vale ressaltar que estes dados são estatisticamente significativos ( $\chi^2_2 = 118,365$ ;  $p < 0,001$ )

**Tabela 7.** As Opiniões dos Universitários em função das Justificativas.

Opinião	Justificativas					
	Base afetiva	Direito de escolha	Direito legal	Religiosa	Doença	Não é família
SIM	100%	98%	100%	10%	0%	0%
NÃO	0%	2%	0%	90%	100%	100%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

$\chi^2_2 = 118,365$ ;  $p < 0,001$

Os dados apresentados corroboram com o estudo de Lacerda et al. (2002) onde estes autores verificaram que os universitários que explicam a homossexualidade como falta de fé em Deus ou falta de caráter foram os que apresentaram o preconceito flagrante na escala de preconceito. No nosso estudo, os universitários que são desfavoráveis a união homossexual dão justificativa religiosa / ético moral.

Verificamos que os estudantes que acreditam que as pessoas têm o direito de escolha são favoráveis ao casamento homossexual (Tabela 7). No estudo de Lacerda et al. (2002) os universitários que explicavam a homossexualidade como uma orientação sexual outra qualquer apresentaram preconceito sutil ou não apresentaram preconceito. Já os estudantes que explicam a homossexualidade como um distúrbio, são contrários ao casamento homossexual e apresentaram o preconceito flagrante.

Ao analisarmos os questionários, percebemos que apesar da pergunta realizada não fazer referência à adoção de criança, 21 pessoas descreveram que são contrárias a adoções por homossexuais dando justificativas dos tipos distúrbio, não é

família e religiosa. O que nos chama atenção é que nove estudantes disseram ser favoráveis ao casamento homossexual com justificativas do tipo direito de escolha e base afetiva, mas afirmaram que são contrárias a adoção de crianças, pois poderia prejudicar o bem estar psicológico das mesmas. Somente uma pessoa, dos 134 questionários, descreveu ser a favor da adoção de criança por homossexuais, corroborando com Dias (2001 p. 93).

A mais tormentosa questão que se coloca e que mais tem dividido opiniões, mesmo entre os que vêem as relações homossexuais como uma expressão da afetividade, é a que diz respeito à adoção por parceiros do mesmo sexo. Como as relações sociais são marcadas pela heterossexualidade é enorme a resistência face à crença de haver um dano potencial futuro por ausência de referências comportamentais e, por conseqüência, a possibilidade de ocorrer seqüelas de ordem psicológicas.

Um outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato de que alguns universitários disseram ser favoráveis aos homossexuais, mas eram contrários ao casamento entre eles, o quê nos fez refletir sobre a relação entre o público e o privado. Os homossexuais são aceitáveis desde que fiquem reclusos em seu ambiente reservado, e não queiram evidenciar em público sua homoafetividade.

Nossos resultados demonstraram que grande parte dos evangélicos é contrária à união homossexual e, segundo Darde (1999), a grande dificuldade encontrada no Brasil para aprovação da lei de parceria civil registrada (Lei nº 1.151/95) foi a rejeição da bancada dos evangélicos em votarem na Câmara dos Deputados.

Os resultados demonstram que as representações que os estudantes têm sobre o sexo, o casamento são importantes para entender as atitudes dos estudantes em

relação a união entre pessoas do mesmo sexo. Esses resultados serviram de base para a construção de uma escala em formato Likert (1970) que será utilizada no estudo posterior.

### **3.3. Terceiro Estudo - Adoção de crianças por homossexuais: as crenças e as formas de preconceito.**

Os objetivos deste estudo consistiam em:

- Verificar o posicionamento dos estudantes sobre a adoção de crianças por homossexuais ancorando-o nas crenças sobre a homossexualidade, relacionamento homossexual e nas variáveis sócio demográficas (sexo, curso e religião).
- Analisar, através das escalas de intimidade e de emoções positivas ou negativas, como os estudantes expressam o preconceito contra homossexuais.
- Avaliar como as atitudes sobre adoção de crianças para homossexual se correlacionam com as formas do preconceito e com as crenças sobre a homossexualidade.

#### **3.3.1. Método: amostra, instrumento e procedimento.**

No segundo semestre de 2003, foram aplicados 297 questionários (Anexo III) em estudantes universitários dos últimos semestres dos cursos de psicologia, serviço social e direito de uma universidade privada de Goiânia, cuja idade média é igual a 26 anos (DP=8,58).

Nós escolhemos estes cursos porque, como foi descrito no capítulo sobre a adoção de crianças, são estes profissionais que irão atuar no processo de adoção de crianças. Da amostra, 33% cursavam o curso de direito, 34% psicologia e 33% eram alunos do serviço social. A maioria eram mulheres, correspondendo a 80% dos estudantes pesquisados e 68% estavam solteiros.

Destes alunos, 57% se identificaram como católicos, 18% como evangélicos, 12% espíritas e 12% afirmaram não possuir religião.

O instrumento foi um questionário que, além dos dados sócio-demográficos (sexo, idade, estado civil, curso e religião) continha as seguintes escalas:

*Escala de Rejeição a Adoção de Criança por Homossexuais:* a escala foi elaborada a partir das explicações das Teorias do Desenvolvimento sobre a criação de crianças, utilizada no primeiro estudo deste trabalho, apresentando ótima variabilidade explicada e fidedignidade. A escala era composta por 30 itens, havia itens que eram favoráveis à adoção de crianças por homossexuais e itens contrários. Os estudantes podiam variar o seu grau de concordância numa escala tipo Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

*Escala de Explicações da Homossexualidade:* elaborada por Lacerda, Pereira e Camino (2002), foi utilizada no primeiro estudo deste trabalho e procura avaliar a percepção sobre as causas da homossexualidade. A escala é composta por quinze itens, dividida em cinco causas: religiosa, biológica, ético-moral, psicológica e psicossocial. Os estudantes indicaram o grau de concordância com cada um dos itens numa escala do tipo Likert (1970) que variava de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

*Escala sobre o Casamento Homossexual:* elaborou-se os itens baseados nas respostas encontradas no segundo estudo deste trabalho. A escala foi construída com 23 itens, com itens positivos: “as pessoas têm o direito de escolher com quem desejam se casar”; e itens negativos: “o casamento homossexual é um pecado segundo as leis de Deus”. A ordem de apresentação dos itens no questionário foi definida por sorteio e para cada um dos itens os estudantes indicaram seu grau de

concordância numa escala tipo Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

*Escala de Rejeição à Intimidade:* desenvolvida por Pettigrew e Meertens (1995) e adaptada por Lacerda et al (2002), a escala procura avaliar os aspectos mais flagrantes do preconceito. No estudo de Lacerda et al (2002), foram utilizados cinco itens relacionados à vida quotidiana. Nós acrescentamos mais dois itens relacionados à intimidade com homossexuais (amizade, colega de trabalho, filho homossexual, chefe, vizinhos e amigos dos filhos). Os estudantes indicaram o quanto se sentem constrangidos com cada uma das situações variando de 1 (nada constrangido) a 7 (muito constrangido).

*Escala de Expressão Emocional:* desenvolvida por Dijker (1987) e utilizada por Lacerda et al (2002) para avaliar as dimensões emocionais envolvidas no preconceito. No estudo de Lacerda et al (2002) foram utilizadas seis emoções, sendo três negativas e três positivas. Neste estudo, nós incluímos mais quatro emoções, dando um total de dez emoções, sendo cinco emoções positivas (admiração, satisfação, carinho, respeito e felicidade) e cinco negativas (tristeza, pena, nojo, raiva e desprezo). Nesta escala, os estudantes indicaram com que frequência já sentiu cada emoção, variando de 1 (nunca) a 7 (sempre).

Vale ressaltar que os itens acrescentados nas escalas de rejeição à intimidade e expressão emocional visavam tornar a validade e fidedignidade das escalas mais fortes.

Todos os questionários foram respondidos individualmente pelos estudantes, em situação coletiva, após autorização prévia do professor responsável pela turma. Os parâmetros psicométricos dessas escalas são apresentados na seção de resultados.

### **3.3.2. Resultados e Discussão**

Nessa seção, optamos em apresentar os resultados juntamente com a discussão no intuito de facilitar a compreensão.

Na tabela 8 estão os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) da escala sobre a adoção de crianças homossexuais, desenvolvida no primeiro estudo deste trabalho. Nesta análise fatorial, um item foi retirado por não ter apresentado carga fatorial satisfatória. O item retirado dizia que um casal homossexual ajustado tinha condições psicológicas de adotarem uma criança (item 12 anexo III). Esta escala foi formulada a partir de uma revisão teórica das teorias do desenvolvimento, principalmente behavioristas e psicanalíticas sobre a criação de crianças.

Como no primeiro estudo, um fator bipolar foi suficiente para organizar os 29 itens. Este fator explicou 45% da variância com valor próprio igual a 13. A direção da escala ficou então no sentido que, quanto maior a média, maior a concordância com a adoção de criança por homossexuais, apresentando uma de fidedignidade de 0,95, considerada excelente.

**Tabela 8.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio e Variância Explicada da Escala de Atitudes sobre Adoção de Crianças por Homossexuais.

Análise dos principais Componentes	Cargas Fatoriais	
		<u>F1</u>
Valores morais: adulto adaptado		-0,78
Criança será promíscua.		0,77
Com valores morais um adulto normal.		-0,75
Através do diálogo não guardará traumas		0,75
Permanença na instituição		0,75
Menino:medo de mulheres		0,74
Várias patologias e inseguranças		0,74
Personalidade desajustada		0,73
Observando será homossexual		0,73
Condições de oferecerem lares dignos		-0,73
Essencial um homem e uma mulher		0,72
Terá problemas psíquicos no futuro		0,71
As crianças serão tão ajustadas		-0,70
Aprenderá a imagem se tornará homossexual		0,70
Não ensinará valores morais		0,69
Se tornará gay pela falta de referência masculina		0,68
O amor é mais importante		-0,68
Lar homossexual com direitos		-0,67
Aprenderá que a homossexualidade é normal		0,66
Um jovem se tornará delinqüente		0,65
Adotada por gays mais traumas de que lesb.		0,64
Suprir a falta do amor materno		-0,64
Não apresentar comportamento homossexual		-0,63
Adotado por lésbicas:medo de homem		0,62
Estímulos iguais		-0,60
A criança poderá ser abusada por eles		0,57
Homo adaptados e hetero desadaptados		-0,56
Se recebe amor e atenção, não influenciará.		-0,55
Irá aceitar e se desenvolver normalmente.		-0,41
Valor Próprio		13
Variância Explicada		45%
Coeficiente de Fidedignidade		0,95

Nota: Apenas as cargas superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*;

*Kaiser- Meyer - Olkin*= 0,95; Teste de esfericidade de *Barlett*= 4,096;  $p < 0,001$ .

Análise fatorial (pelo método dos eixos principais) sobre as atitudes relacionadas ao casamento homossexual, desenvolvida a partir dos resultados encontrados no estudo

anterior. Os resultados (Tabela 9) indicaram a existência de um único fator bipolar com valor próprio igual a 10, que explica 44% da variabilidade do posicionamento. Nesta análise fatorial, três itens foram retirados por não apresentarem carga fatorial satisfatória (os itens 07, 08 e 21 do anexo III)

Esta escala apresenta uma fidedignidade muito boa, com  $\alpha=0,94$ , permitindo a construção de um indicador do posicionamento dos estudantes ao casamento homossexual. Devido aos itens negativos terem ficado invertidos, a direção da escala ficou: quanto mais alta a média mais as pessoas concordam com o casamento homossexual.

**Tabela 9.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Atitudes sobre o Casamento Homossexual.

Análise dos principais Componentes	Cargas Fatoriais
	F1
Se duas pessoas se amam.	0,83
Os homossexuais têm os mesmos direitos	0,79
O Brasil não deve legalizar.	-0,79
Os homossexuais devem procurar tratamento	-0,76
O direito a pensão e herança	0,76
A pessoa tem o direito de escolher	0,75
É necessário que se formule leis	0,74
A pessoa deve escolher	0,74
Um casamento homossexual é anormal.	-0,73
Um casamento o que importa é a felicidade	0,73
Os políticos devem legalizar.	0,72
Deus não aceitaria	-0,72
Deus aceitaria o casamento	0,70
O amor é fundamental.	0,70
Os homossexuais tem direito a pensão	0,69
O casamento homossexual é pecado.	-0,67
Os homossexuais podem se casar são filhos de Deus	0,64
O casamento homossexual vai contra a família.	-0,62
Aceitar o casamento é banalizar um desvio	-0,61
Se duas pessoas de amam não precisam casar.	-0,40
Valor Próprio	10
Variância Explicada	45%
Coefficiente de Fidedignidade	0,94

Nota: Apenas as cargas superiores ou igual 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*;

*Kaiser-Meyer-Olkin* = 0,93; Teste de esfericidade de *Barlett* = 3,157;  $p < 0,001$ .

A análise fatorial (pelo eixo principal com rotação varimax) foi usada para identificar os tipos de explicações para a homossexualidade. Os resultados (Tabela 10) mostram a existência de quatro fatores, diferente do primeiro estudo e da pesquisa realizada por Lacerda et al (2002), onde foram encontrados cinco fatores. No entanto, na abordagem psicossocial não se espera uma replicação exata de estudos anteriores, já que os processos cognitivos são influenciados pelo contexto. Assim, mudanças neste contexto podem levar a mudanças nos conteúdos representacionais, bem como nas relações existentes entre eles.

Estes resultados mostram que os quatro fatores possuem valores próprios superiores a 1, explicando 67% da variância total. O primeiro fator aglutinou as explicações ético-morais e religiosas, explicando 28% da variabilidade e apresenta uma fidedignidade boa com  $\alpha=0,91$ . O segundo fator explica 14% da variância com um alfa de 0,73, este fator reuniu as explicações psicológicas.

O terceiro fator reuniu as explicações que não atribuem uma causa determinada à homossexualidade explicando 13% da variância, apresentando um alfa de 0,69. Finalmente, o quarto fator, que explica 12% da variabilidade, aglutinou as explicações biológicas e a análise de fidedignidade indicou um alfa de 0,73.

**Tabela 10.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Explicações da Homossexualidade.

<i>Explicações</i>	<b>Tipos de Explicações da Homossexualidade</b>			
	<i>Ético-Moral</i>			
	<i>Religiosa</i>	<i>Psicológicas</i>	<i>Psicossocial</i>	<i>Psicológica</i>
Falta de fé religiosa	0,85			
Fraqueza espiritual	0,80			
Descumprimento da palavra de Deus	0,78			
Falta de valores morais	0,75			
Falta de respeito	0,74			
Falta de caráter	0,71			
Traumas na primeira infância		0,82		
Abusos sexuais na infância		0,70		
Conflitos com os pais		0,69		
Deve ser compreendida na totalidade			0,78	
Orientação sexual.			0,73	
Não é doença, nem distúrbio			0,72	
Disfunções hormonais				
Problemas na gestação				0,86
Hereditariedade				0,65
				0,58
<i>Valor próprio</i>	4,3	2,2	1,9	1,8
Variância Explicada	28%	14%	13%	12%
Coefficiente de Fidedignidade	0,91	0,73	0,69	0,73

*Nota.* Apenas as cargas fatoriais superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser- Meyer- Olkin* = 0,89; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 1,804,88;  $p < 0,001$ .

A análise fatorial, através dos eixos principais, aplicada aos escores atribuídos aos sete itens usados para avaliar a escala de rejeição à intimidade, apresenta (Tabela 11) um único fator com valor próprio superior a 1, que explica 65% da variabilidade total. Além disso, a fidedignidade da escala, medida através do alfa, foi de 0,90, sendo considerado muito boa. Nossos resultados foram semelhantes aos resultados encontrados por Lacerda et al (2002) na Paraíba. Nesta escala, quanto

maior a média mais a pessoa se sente constrangida em se relacionar com um homossexual.

**Tabela 11.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Rejeição À Intimidade

Escala de Rejeição à Intimidade	Cargas Fatoriais
Se um filho (a) tivesse amizades com homossexuais.	0,85
Ter um amigo homossexual assumido.	0,83
Ter homossexual, com as competências adequadas como chefe.	0,82
Ter um amigo como seu colega de trabalho.	0,80
Morar com homossexual assumido.	0,79
Ver casais homossexuais namorando.	0,78
Ter um filho (a) homossexual.	0,75
Valor Próprio	4,5
Variância Explicada	65%
Coefficiente de Fidedignidade	0,90

Nota: Apenas as cargas superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*;

*Kaiser- Meyer - Olkin*= 0,87; Teste de esfericidade de *Barlett*= 1,329,26;  $p < 0,001$ .

Finalmente, a análise fatorial (pelo método dos eixos principais com rotação *varimax*) foi usada para verificar a expressão emocional. Os resultados (Tabela 12) mostram a existência de dois fatores com os valores próprios superiores a 1, que explicam 63% da variância total. O primeiro fator explica 33% da variabilidade e foi formado pelas emoções positivas (satisfação, felicidade, respeito, carinho e admiração) e com o coeficiente de fidedignidade de 0,86. O fator 2, indicado pelas emoções negativas (nojo, desprezo, raiva, tristeza e pena), explica 30% da variabilidade, com o coeficiente de fidedignidade de 0,81.

**Tabela 12.** Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância e Fidedignidade dos Tipos de Emoções Expressas pelos Estudantes em Relação a Homossexuais.

<i>Emoções</i>	<i>Tipos de Emoções</i>	
	<i>Emoções Positivas</i>	<i>Emoções negativas</i>
Satisfação	0,87	
Felicidade	0,83	
Carinho	0,83	
Admiração	0,82	
Respeito	0,52	
Desprezo		0,84
Raiva		0,79
Nojo		0,72
Tristeza		0,67
Pena		0,66
<i>Valor próprio</i>	3,3	3,0
Variância Explicada	33%	30%
Coefficiente de Fidedignidade	0,86	0,81

*Nota.* Apenas as cargas fatoriais superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser-Meyer-Olkin*= 0,83 Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 1,388,476  $p < 0,001$ .

Após a análise das diversas escalas com a confirmação de sua estrutura teórica e de sua fidedignidade, realizamos uma Análise de Variância (ANOVA) com o objetivo de verificarmos como os três grupos de estudantes explicam a homossexualidade. Os resultados (Tabela 13) mostram que os estudantes analisados não concordam que a homossexualidade esteja relacionada à falta de caráter ou à falta de fé em Deus (ético/religiosa) ( $F(2,262)=0,43$  n.s.); também não explicam a homossexualidade como problema hormonal (explicação biológica) ( $F(2,288)=2,15$  n.s.).

Os estudantes de psicologia e direito aceitam mais a explicação psicológica, ou seja, que a homossexualidade esteja ligada a situações traumáticas vividas na primeira infância,  $F(2,284)= 4,74$ ;  $p < 0,005$ . Chama-nos a atenção que na universidade pesquisada, os alunos de direito não têm nenhuma disciplina de

psicologia, no entanto estes alunos pensam de forma semelhante aos alunos de psicologia. Já os de serviço social, que cursam duas disciplinas de psicologia, são os que menos aceitam as explicações psicológicas.

Vale ressaltar também que no estudo de Lacerda et al (2002) as mulheres aderem mais às explicações psicológicas para a homossexualidade e, neste estudo, a maioria dos pesquisados são mulheres (80%).

Os estudantes de psicologia são os que mais aderem às explicações psicossociais, seguidos pelos alunos de serviço social, ou seja, vêem a homossexualidade como orientação sexual outra qualquer. ( $F(2,285) = 4,26$ ;  $p < 0,05$ ). Estes resultados corroboram com o estudo de Lacerda et. al (2003) no qual os estudantes de psicologia aderiram às explicações psicossociais.

**Tabela13.** Médias, Desvios Padrões (entre parênteses) das Explicações a Homossexualidade em Função do Curso.

Explicações	Grupos de Pertença		
	<i>Direito</i>	<i>Psicologia</i>	<i>Serviço Social</i>
<i>Biológicas</i>	2,7a (1,22)	2,7a (1,34)	3,0a (1,10)
<i>Ético/ Religiosa</i>	2,5a (1,50)	2,6a (1,44)	2,7a (1,43)
<i>Psicológica</i>	3,2ab (1,41)	3,6b (1,49)	3,0a (1,13)
<i>Psicossocial</i>	4,2a (1,44)	4,9b (1,51)	4,5ab (1,50)

*Nota.* As médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas a  $p < 0,05$  no teste de Scheffé.

Como fizemos no primeiro estudo, analisamos a adesão dos estudantes na escala de adoção de crianças por homossexuais em relação às explicações da homossexualidade, dados sócio demográficos (curso, religião e sexo) e incluímos a

adesão ao casamento homossexual. Os resultados (Tabela 14) da regressão múltipla pelo método *stepwise* ( $R=83$   $R^2= 0,69$ ;  $F=66,192$ ;  $p< 0,001$ ) permitem constatar que a aceitação da adoção para gays ou lésbicas se correlaciona positivamente com a aceitação ao casamento homossexual ( $\beta= 0,552$ ;  $p< 0,001$ ). Constatamos também que os espíritas são mais favoráveis a adoção de crianças por homossexuais ( $\beta=0,114$ ;  $p< 0,05$ ). Enquanto as explicações biológicas ( $\beta= -0,158$ ;  $p< 0,001$ ), as explicações ético-religiosa ( $\beta= -0,158$ ;  $p< 0,01$ ) e os estudantes de psicologia ( $\beta= -0,95$ ;  $p< 0,05$ ) apresentam uma relação negativa com a aceitação da adoção por homossexuais. Não foram observadas relações significativas entre as explicações psicológicas e psicossociais, nos cursos de direito e serviço social e nas três religiões (espíritas, evangélicas e católica).

Como no primeiro estudo os estudantes que explicavam a homossexualidade como falta de valores morais (explicação ético/moral) não concordam com a adoção de crianças para o casal homossexual. Da mesma forma, os estudantes que explicam a homossexualidade como problemas vividos na gestação (explicação biológica), também não concordam. É interessante notar que nas explicações ético-morais, a causa da homossexualidade está no próprio sujeito e nas explicações biológicas, a causa está relacionado a problemas hereditários ou gestacionais, ou seja, o sujeito “não tem culpa”; no entanto, as duas explicações são contrárias à adoção de crianças. Estes resultados revelam-se diferentes dos resultados encontrados por Whitley (1990), nos quais as pessoas que acreditavam que a homossexualidade poderia ser controlada tinham atitudes mais negativas do que as pessoas que a relacionavam a aspectos biológicos.

Diferente do que esperávamos, os estudantes de psicologia foram menos favoráveis à adoção de uma criança por um casal homossexual. No trabalho de

Figueirêdo (2003), o grupo formado por psicólogos e assistentes sociais foi o grupo que mais aceitou a adoção de crianças por casal homossexual, com 57% de aceitação.

Ao analisar a tabela 13, percebemos que os estudantes de psicologia são os que mais aderem às explicações psicossociais da homossexualidade e no primeiro estudo nós verificamos que as pessoas que aderem a tal explicação são mais favoráveis à adoção de crianças por casal homossexual, no entanto, os futuros psicólogos não são favoráveis à adoção. Retomamos a discussão do público e do privado, pois a homossexualidade é vista como uma orientação como outra qualquer, mas desde que não queiram criar uma criança como filho. Nos parece que quando envolve a possibilidade de duas pessoas do mesmo sexo saírem nas ruas de mãos dadas como um casal, os sujeitos não concordam e também não aceitam que esse casal inclua uma criança neste passeio público, por mais que não tenham “nada contra” a homossexualidade. Desta forma, os sujeitos não assumem uma atitude que contraria a norma antidiscriminatória, mas também querem distância deste tipo de relação.

Neste estudo, os espíritas aceitam a adoção de crianças por homossexuais e, no segundo estudo, foram favoráveis ao casamento entre gays e lésbicas. Verificamos que as pessoas que concordam com a união entre pessoas do mesmo sexo tendem aceitar que elas tenham um filho adotivo.

**Tabela 14.** Resultados da Regressão Múltipla, pelo método *Stepwise*, utilizando como Variável - Critério adoção de crianças por homossexuais, e como Variáveis Antecedentes os indicadores sócio-demográficos, a pertença religiosa e causas da homossexualidade.

<b>Atitude sobre adoção de crianças por homossexuais</b>			
	<i>Beta</i> <sup>3</sup>	<i>t</i>	<i>P</i> <
Casamento	0,552	8,04	0,001
Causa Ético/religiosa	-0,187	-2,49	0,01
Causa Psicossocial	-	-	n.s
Causa Psicológica	-	-	n.s
Causa Biológica	-0,158	-2,80	0,005
Sexo	-	-	n.s
Direito	-	-	n.s
Serviço Social	-	-	n.s
Psicologia	-0,095	- 2,09	0,05
Católica	-	-	n.s.
Evangélica	-	-	n.s.
Espírita	0,114	2,43	0,05

  

Coeficiência de Regressão	R= 0,83
Variância Explicada	R <sup>2</sup> = 0,69; R <sup>2</sup> ajustado= 0,67
Significância do Modelo	F (5,152) = 66,192; p < 0,001

*Para a inclusão das variáveis nominais na equação de regressão, forma construídas dummy variables, onde homem=1 e mulher; biológicas = 1, exatas= 2, humanas=3; sem religião=1, católica =2, espírita = 3, evangélica= 4, outra=5.*

Para descobrimos se os participantes poderiam ser classificados em preconceituosos flagrantes ou sutis e não preconceituosos, aplicamos a Análise Hierárquica de Aglomerados (Cluster Analysis) para indivíduos nos escores dos participantes nas escalas de rejeição à intimidade e de expressão de emoções positivas e negativas. Foi utilizado o método de Ward (1963) para a construção dos aglomerados. Os resultados indicaram a existência de três grupos de indivíduos. Esses grupos foram interpretados através da Análise de Variância (ANOVA) das médias de adesão às três escalas utilizadas. Os resultados das ANOVAS (Tabela 15) revelam que todas diferenças são significativas: F rejeição à intimidade (2,243)= 233,1,

$p < 0,001$ ;  $F$  emoções positivas (2,243)= 219,6,  $p < 0,001$ ;  $F$  emoções negativas (2,243)= 111,7;  $p < 0,001$ . Desta forma, o grupo 1, formado por 44% dos estudantes, constituído pelos preconceituosos flagrantes, expressa muitas emoções negativas ( $m=3,60$ ), poucas emoções positivas ( $m=2,51$ ) e alta rejeição à intimidade ( $m=4,75$ ). O grupo 2, composto por 33% dos estudantes, aglomerou os preconceituosos sutis, pois apresentam algumas emoções positivas ( $m=3,57$ ), poucas emoções negativas ( $m=1,65$ ) e aceita algum tipo de intimidade ( $m=2,35$ ). Por último, o grupo 3, formado por 23% dos estudantes, sendo composto pelos não preconceituosos, uma vez que expressam muitas emoções positivas ( $m=5,99$ ), poucas emoções negativas ( $m=1,67$ ) e são os que menos aderem à escala de rejeição a intimidade ( $m=1,58$ ).

Da amostra analisada, 77% foram classificados como preconceituosos, sendo 44% preconceituosos flagrantes e 33% de preconceituosos sutis. Este fato corrobora com o artigo publicado no Jornal do Comércio de 01 de maio de 2001 (citado por Figueiredo, 2003) onde o Brasil é considerado campeão de violência contra homossexuais, pois são assassinados centenas de homossexuais anualmente.

No trabalho de Lacerda et al (2002), realizado na Paraíba, a porcentagem de preconceituosos foi de 76%, sendo 38% de preconceituosos flagrantes. Ambos resultados contrariam os pressupostos das teorias sobre as novas formas de preconceito (Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995) que postulam que após a formulação de leis que coíbem a discriminação o preconceito teria adquirido formas mais sutis, diferente do preconceito clássico (flagrante). No nosso estudo, os preconceituosos flagrantes correspondem a 44% da população estudada, sendo o grupo mais representativo.

Temos como hipótese que a quantidade de preconceituosos flagrantes foi mais acentuada do que no estudo de Lacerda et al (2002) devido ao tema da adoção

de crianças por homossexuais envolver vários mitos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento “normal” dessa criança, pois, no imaginário das pessoas, as crianças criadas por pessoas do mesmo sexo terão traumas psicológicos. Segundo Dias (2001), a adoção de crianças por homossexuais é a questão mais tormentosa do debate sobre a união homossexual. Ambos resultados, corroboram com o fato do grupo de homossexual ser o grupo mais discriminado no Brasil (Mott, 2003).

**Tabela15.** Frequências, Porcentagens e Médias da Adesão dos grupos de Estudantes que foram definidos pela Análise Hierárquica nas Escalas de Expressão Emocional Rejeição à Intimidade em Relação aos Homossexuais.

Designação dos grupos	Grupos de Indivíduos Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados		
	Grupo1 Flagrantes	Grupo2 Sutis	Grupo 3 Não Preconceituosos
<i>N</i>	109	81	56
<i>%</i>	44%	33%	23%
<i>Emoções Positivas</i>	2,51 <sup>a</sup>	3,57 <sup>b</sup>	5,99 <sup>c</sup>
<i>Emoções Negativas</i>	3,60 <sup>a</sup>	1,65 <sup>b</sup>	1,67 <sup>b</sup>
<i>Intimidade</i>	4,75 <sup>a</sup>	2,35 <sup>b</sup>	1,58 <sup>c</sup>

*Nota.* As médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas a  $p < 0,05$  no teste de *Scheffé*. A rejeição à intimidade varia de 1 (nada constrangido) a 7 (muito constrangido). A expressão de emoções negativas e positivas também varia de 1 (nunca) a 7 (sempre).

Com o objetivo de verificar o posicionamento na escala de adoção de crianças por homossexual em função do tipo do preconceito, realizamos uma análise de variância (ANOVA)  $F = (2,179) = 50,839$ ;  $p < 0,001$ . Os resultados (Tabela 16 ) apontam que os três grupos de estudantes (preconceituosos flagrantes, sutis e não preconceituosos) pensam de forma diferente, os preconceituosos flagrantes são os que mais rejeitam a adoção de crianças por homossexuais ( $m = 4,01$ ), seguido pelos

não preconceituosos ( $m= 5,25$ ) e os que mais aceitam são os preconceituosos sutis ( $m=5,69$ ).

Como era previsto, os preconceituosos flagrantes apresentam uma maior rejeição à adoção por um casal homossexual. O que nos chamou a atenção foi o fato dos preconceituosos sutis serem mais favoráveis do que os não preconceituosos. Com isso podemos supor que os preconceituosos sutis absorvem o debate que somos todos iguais e que segundo Acuri e Boca (1999), quando os preconceituosos sutis não sentem ameaça do outro grupo, conformam-se a uma espécie de norma politicamente correta. Os sutis rejeitam algum tipo de intimidade, expressa algumas emoções positivas e poucas negativas, o que nos faz com que reportemos ao discurso: “eu aceito os homossexuais desde que eles não fiquem muito próximos”.

Segundo Camino et al (2001), os estudiosos do preconceito descrevem as novas formas do preconceito como se as pessoas experimentassem consciente ou inconscientemente um conflito psicológico entre as atitudes íntimas e as normas e desse conflito resultaria o preconceito camuflado. É válido lembrar os estudiosos (McConahay,1986; Pettigrew & Meertens,1995; Vala, 1999) não levam em conta o contexto. Os nossos resultados parecem demonstrar que o conflito entre atitudes e normas existe nos preconceituosos sutis.

**Tabela 16.** Médias, Desvios Padrões (entre parênteses) Adesão à Escala de Adoção de Crianças por Homossexuais em função dos tipos de Preconceito.

---

*Adesão a escala de adoção por homossexuais*

---

<i>Preconceituosos Flagrantes</i>	4,01a (1,05)
<i>Preconceituosos Sutis</i>	5,69b (0,87)
<i>Não Preconceituosos</i>	5,25b (0,70)

---

*Nota.* As médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas a  $p < 0,05$  no teste de *Scheffé*.

A seguir, serão apresentadas as considerações finais dos três estudos empíricos e das teorias apresentadas nos dois primeiros capítulos. Como optamos por apresentar os resultados juntamente com a discussão, neste próximo capítulo nós retomaremos algumas discussões iniciadas no decorrer do trabalho.

## **CAPÍTULO IV -- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo era analisar o que os estudantes universitários pensam a respeito da adoção de crianças por homossexuais, relacionando este posicionamento com uma rede de representações sociais sobre a homossexualidade, sobre a melhor forma de educar as crianças e sobre a influência da relação homossexual na formação de identidade dos filhos. Ainda pretendíamos analisar se a rejeição à possibilidade da adoção de crianças por homossexuais estava ligada aos níveis de homofobia existentes na sociedade brasileira.

Vimos que os homossexuais desde a década de 1980 do século passado estão exigindo seus direitos e se mostrando socialmente. Mas a violência no Brasil ainda é muito grande, onde são assassinados centenas de gays, lésbicas e travestis (Grupo Gay da Bahia, 2001). Descrevemos a situação das uniões homossexuais no mundo e no Brasil, que ainda não aprovou uma lei que regulamente tais uniões. Segundo Dias (2001), a forma omissa com que o direito e outras áreas do conhecimento vem agindo tende a aumentar o preconceito.

No Capítulo 1, apresentamos as mudanças ocorridas no conceito de família e como a adoção foi influenciada pelo contexto social, principalmente na visão de infância. Em seguida, apresentamos estudos empíricos sobre a adoção de crianças e como a psicologia influencia na percepção da criação dos filhos e, conseqüentemente na adoção. Por último, descrevemos um conjunto de pesquisas que relatam que as crianças criadas por homossexuais se desenvolvem normalmente.

No Capítulo 2 analisamos as novas formas que o preconceito vem assumindo, apresentamos as teorias clássicas do preconceito e procuramos articular o estudo dos

preconceito com a teoria das representações sociais. Por último, descrevemos o preconceito específico contra homossexuais.

No primeiro estudo, denominado *Relações entre a aceitação da adoção de crianças por homossexuais e as explicações da homossexualidade*, verificamos que as duas escalas utilizadas apresentavam bons índices de validade e fidedignidade. Verificamos, ainda, que as atitudes que as pessoas tinham sobre a adoção de crianças por homossexuais se ancoram nas explicações dadas para a homossexualidade, pois as pessoas que acreditam que a homossexualidade não é doença e que deve ser compreendida em sua totalidade (explicação psicossocial) são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais; já as pessoas que acreditam que a homossexualidade está relacionada à falta de caráter, de respeito e de valores morais do sujeito são contrárias à adoção por homossexuais e foram classificadas como preconceituosas flagrantes no trabalho de Lacerda et al. (2002),

Segundo Figueirêdo (2003), algumas pessoas não concordam com a união homossexual por não considerar este tipo de união uma família ou até mesmo acreditam que pode prejudicar a família tradicional. Pensando sobre isto, realizamos nosso segundo estudo, para entender o que as pessoas pensam a respeito da união de homossexuais, para tentarmos compreender, no estudo posterior, se havia uma relação entre o que as pessoas pensam do casamento e a adoção de crianças por homossexuais.

No segundo estudo, verificamos que a concordância ao casamento homossexual se ancora em como as pessoas percebem as relações homoafetivas. Os estudantes que acreditavam que as pessoas tinham o direito de escolher com quem se casar aceitavam o casamento entre gays ou lésbicas. Por outro lado, os estudantes que falavam que a homossexualidade era uma doença, não concordavam com o

casamento homossexual, diferente dos resultados de Whitley (1990) que verificou que as pessoas que acreditam que a homossexualidade esteja ligada a problemas biológicos tiveram atitudes mais favoráveis aos homossexuais.

Ao analisarmos os questionários, percebemos que apesar da pergunta realizada no questionário não fazer referência à adoção de criança, 21 pessoas descreveram que são contrárias à adoção por homossexuais e nove disseram ser favoráveis ao casamento homossexual, mas afirmaram que são contrárias à adoção de crianças, pois poderia prejudicar o bem estar psicológico das crianças. Segundo Dias (2001) mesmo entre as pessoas que aceitam as relações homoeróticas, existe uma resistência muito grande no que diz respeito à adoção de crianças por homossexuais. Devido a crença de um possível prejuízo de ordem psicológica à criança adotada, decorrente da falta de referências comportamentais.

Ao analisarmos a opinião dos estudantes sobre o casamento homossexual, alguns diziam que não tinham nada contra a pessoa homossexual, todavia, não aceitavam que homossexuais se casassem ou adotassem uma criança. Com estes resultados, ficamos pensando sobre a relação entre o ambiente público e o privado, pois o homossexual é “aceitável” desde que não expresse sua orientação sexual em público. Este tipo de comportamento é visto como uma forma de preconceito sutil, pois não contraria as normas antidiscriminatórias e aponta a necessidade de estudar o aspecto situacional do preconceito.

No terceiro estudo, intitulado de *Adoção de crianças para homossexuais: as crenças e as formas de preconceito*, tivemos como objetivos verificar o posicionamento dos estudantes sobre a adoção de crianças por homossexuais, ancorando-o nas crenças sobre a homossexualidade, relacionamento homossexual e nas variáveis sócio demográficas (sexo, curso e religião) e analisar, através das

escalas de intimidade e de emoções positivas ou negativas, como os estudantes expressam o preconceito contra os homossexuais. Vale ressaltar que todas as escalas utilizadas apresentaram bons índices de validade e fidedignidade.

Verificamos que, semelhante ao primeiro estudo, os estudantes que explicavam a homossexualidade como falta de valores morais (explicação ético/moral) não concordam com a adoção de crianças pelo casal homossexual. Da mesma forma, os estudantes que explicam a homossexualidade como problemas vividos na gestação (explicação biológica), também não concordam. No primeiro tipo de explicação, a homossexualidade é atribuída ao sujeito e na segunda atribuição é relacionada a aspectos biológicos, em ambos os casos as pessoas não concordam com a adoção por homossexuais. Demonstrando que as atitudes sobre a adoção de crianças por homossexuais se ancoram nas causas dadas para a homossexualidade.

As pessoas que tiveram opiniões positivas acerca do casamento entre gays e lésbicas concordavam com a adoção de crianças por homossexuais.

Decidimos que iríamos aplicar os questionários em estudantes de psicologia, serviço social e direito devido à possibilidade destes profissionais trabalharem na área de adoção de crianças. Tínhamos como hipótese que os estudantes de direito seriam mais contrários à adoção de crianças do que os outros cursos, devido a lei brasileira não permitir a adoção por homossexuais e na pesquisa de Figueirêdo (2003) os profissionais do direito foram o que menos aceitaram a adoção pelo casal homossexual. No entanto, nossos resultados mostram que os estudantes de psicologia não aceitam a adoção por gays ou lésbicas, e justificam que a homossexualidade está relacionada a problemas parentais ou que não é doença. Retomamos a discussão entre o público e o privado, pois os futuros psicólogos aceitam que a homossexualidade é uma orientação como outra qualquer, mas não queiram criar

filhos, devido a crença que os pais serão os principais responsáveis pela formação da identidade dos filhos.

Estes resultados nos reportam à sugestão feita por Crawford et. al (1999), na qual sugerem que a homossexualidade deve ser estudada no curso de graduação e pós-graduação, no intuito de desmistificar certos conceitos sobre a homossexualidade, pois as pessoas representam no senso comum teorias científicas (Moscovici, 1978). Os dados apontam a necessidade de discutir o código de ética, salientando a resolução do conselho federal de psicologia Nº 001/99 sobre a homossexualidade com os futuros psicólogos. De acordo Camino e Pereira (2000) boa parte dos psicólogos tratam a homossexualidade como um distúrbio que deve ser se possível superado ou então assumido.

Ainda sobre a importância do debate dentro da academia, Mott (2003) relata que muitos docentes divulgam opiniões negativas em relação à homossexualidade e pesquisadores não são estimulados e são até barrados a investigar temas relacionados à sexualidade humana. Existe uma barreira de silêncio na sociedade em geral, nas escolas e universidades, como se os temas não tivessem importância nos meios culturais. Acreditamos que o debate sobre a sexualidade humana deva acontecer em escolas do ensino fundamental e médio no intuito de respeitarmos a orientação sexual de cada um.

A classificação dos estudantes nas três categorias do preconceito, reveladas pelos resultados da Análise Hierárquica de Aglomerados, está de acordo com os estudos de Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito racial, permitindo classificá-los em três grupos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos. Desta forma, o grupo constituído pelos preconceituosos flagrantes expressa muitas emoções negativas, poucas emoções positivas e alta rejeição à

intimidade. O grupo formado pelos preconceituosos sutis apresentam algumas emoções positivas, poucas emoções negativas e aceitam algum tipo de intimidade. O grupo constituído pelos não preconceituosos expressam muitas emoções positivas, poucas emoções negativas e são os que menos aderem à escala de rejeição a intimidade.

De acordo com Vala, Brito e Lopes (1999, p.38) “em todas as amostras europeias, os valores de adesão ao racismo sutil apresentam-se mais elevado do que a adesão ao racismo flagrante, o que mostra que o primeiro é percebido mais normativo do que o segundo”. Nossos resultados mostram que no Brasil o preconceito contra homossexuais se conjectura de outra forma, pois 77% dos estudantes foram classificados como preconceituosos flagrantes e sutis, sendo que 44% foram classificados como preconceituosos flagrantes, e no estudo de Lacerda et al. (2002) 76% dos estudantes foram classificados como preconceituosos flagrantes ou sutis e 38% foram considerados flagrantes.

Estes dados corroboram com Mott e Cerqueira (2002) que afirmam que os homossexuais é o grupo mais discriminado em todas as regiões do nosso país, que vai do insulto, ameaças, golpes, discriminação em todos os locais e esferas sociais, chegando aos assassinatos frequentes e brutais, praticados no mais das vezes com requintes de crueldade. Ainda citam que o governo federal, em seu Programa Nacional de Direitos Humanos, reconheceu que os homossexuais estão entre os grupos mais vulneráveis de nossa sociedade.

Vale ressaltar que, devido à adoção de crianças por homossexual ser um tema que ainda é pouco explorado no Brasil e envolver vários mitos, nós imaginávamos que o preconceito flagrante iria se destacar dentre as outras formas de preconceito,

pois no imaginário das pessoas, as crianças criadas em um ambiente homossexual guardarão traumas psicológicos e sociais.

Sobre a religião, no primeiro estudo os católicos foram favoráveis à adoção de crianças por homossexuais, no segundo estudo foram favoráveis ao casamento homossexual e o terceiro estudo não foi significativo, apesar de demonstrar uma tendência que os católicos não concordavam mais com a adoção e o período entre as coletas de dados corresponde com a publicação do relatório do Vaticano contra a união homossexual. Os espíritas concordavam com o casamento homossexual e no terceiro estudo foram favoráveis à adoção de crianças por homossexuais. A maioria dos evangélicos foi contrária à união homossexual, e não foi significativa a atitude em relação a adoção, apesar de evidenciar uma tendência que eles não concordam. Estes dados correspondem ao fato de que no dia da possível votação (25.06.95) do projeto de lei nº 1.151/95, dezenas de pastores das igrejas evangélicas (batistas, presbiterianos, do Reino de Deus etc) foram se manifestar na porta do Congresso Nacional. Crawford et al. (2000) verificaram que a religiosidade dos participantes, foi a variável que mais influenciou na decisão de dar ou não a guarda de uma criança a um casal homossexual.

Ao analisarmos as atitudes sobre a adoção de crianças por homossexuais nos três grupos propostos por Pettigrew e Meertens (1995), verificamos que os flagrantistas são os que menos aderem à adoção por gays ou lésbicas, seguidos pelos não-preconceituosos e os preconceituosos sutis são os que mais aceitam a adoção. De acordo com Acuri e Boca (1999), quando os preconceituosos sutis não sentem ameaça do outro grupo, conformam-se a uma espécie de norma politicamente correta. Na era do “politicamente correto”, demonstrações explícitas de opiniões

preconceituosas sobre minorias sociais (homossexuais, mulheres, negros etc.) têm se tornado cada vez menos aceitáveis socialmente.

Pettigrew e Meertens (1999, p. 11) afirmam que “racismo flagrante é a forma tradicional de racismo, podendo ser caracterizado como quente, próximo e direto. O racismo sutil é frio, distante e indireto”. De acordo com esses autores, os preconceituosos sutis seguem normas que condenam a expressão flagrante do preconceito. Kovel (1970, citado por Pettigrew e Meertens 1999) relata que a natureza racista sutil passa despercebida para aqueles que expressam estas crenças.

No entanto, como dissemos anteriormente, nos parece que o preconceito contra o casal homossexual se conjectura de forma diferente do preconceito racial, devido a grande quantidade de preconceituosos flagrantes. Os nossos estudos corroboram com vários teóricos (Brown, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1998; Lacerda, Pereira & Camino, 2002) que apontam que, para se estudar o preconceito, tem que levar em conta o contexto histórico, político e cultural de um povo.

Pettigrew e Meertens (1995) verificam que as pessoas jovens com maior nível educacional proíbem a expressão ao racismo flagrante e a discriminação de minorias. Pensando nos resultados encontrados nos nossos estudos, as amostras foram compostas por universitários, que de um modo geral eram jovens solteiras e, mesmo assim, o número de preconceituosos flagrantes foi alto. Como seriam, então, os resultados na população com baixo nível de escolaridade?

Sobre a relevância do tema, gostaríamos de frisar que existem provavelmente 17 milhões de homossexuais no Brasil (Mott, 2003) e muitos possuem relações estáveis. Deste modo, muitos homossexuais possuem filhos biológicos, precisando haver mais clareza legalmente, quanto à guarda ou custódia dos filhos. O caso mais

célebre foi da cantora Cássia Eller falecida no início de 2002, em que a justiça brasileira decidiu que a criança seria criada pela companheira da cantora.

Um ponto que nos chama a atenção é o caso específico da adoção de crianças, pois segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) uma pessoa, independente do sexo ou estado civil, pode adotar uma criança. Então, uma pessoa homossexual solteira adota uma criança, já que a lei não permite que o casal homossexual adote, e essa pessoa educa a criança tendo por companhia uma pessoa do mesmo sexo. Como ficaria a criança caso a pessoa que adotou venha a falecer?

Acreditamos que deva existir o debate sobre a criação de filhos por homossexuais entre as diversas áreas do conhecimento, principalmente sobre os direitos legais, no que se refere à guarda e custódia dos filhos, sejam eles adotivos ou não.

Os próximos estudos devem analisar o que as pessoas pensam a respeito de um casal formado por duas mulheres ou dois homens adotarem uma menina ou um menino. Se o tipo de casal ou o gênero da criança irá influenciar nas atitudes sobre a adoção por homossexuais.

Esperamos que este estudo contribua para o entendimento do preconceito contra o casal homossexual em nossa sociedade e possa subsidiar cientificamente o debate legal sobre a adoção de crianças por casais homossexuais e sobre a união civil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J.C. (1998) A abordagem estrutural das representações sociais. Em A.S.P. Moreira & D. Oliveira (orgs.), *Estudos interdisciplinares das representações sociais*, (pp. 27-37). Goiânia: AB.
- Abric, J.C. (2001) *Pratiques sociales et' representations*. França: PUF.
- Acuri, L. & Boca S. (1999) Posicionamento Políticos. Racismo subtil e racismo flagrante na Itália. (R. Brito, trad.) Em J. Vala (org) *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. (pp.61-75), Oeiras: Celta Editora.
- Adorno, T.W. Frenkel-Brunswik, Levinson, E.D. & Sanford R. N. (1950) *The authoritarian personality*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Allport, G. (1954) *The Nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (1996) Identidade Social e Relações Intergrupais. Em J. Vala, & M. B Monteiro (coords) *Psicologia Social* (2ª ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- American Psychology Association (1975). *Minutes of the council of representatives*. American Psychology.
- Assmar, L.M.E., Ferreira, C.M., Novaes H. & Tomaz, M. (2000) Premissas históricas - socioculturais sobre a família brasileira em função do sexo e da idade. *Psicologia Reflexão e Critica*, 13, 89-96.
- Bailey, J.M., Dobrow, D., Wolfe, M. & Mikack, S. (1995) Sexual orientation of adult son of gays fathers. *Developmental Psychology*. 31, 124-129.

- Bierrenbach, M.C. (1998) Violência – sociedade e família – o lugar do jovem. Em D. Levisky (org) *Adolescência pelos caminhos da violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Billig, M.G. (1976) *Social and psychology and intergroup relations*. Londres: Academic press.
- Billig, M. (1991) *Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology*. Londres: Sage Publications.
- Braga, A. (2003) *Pesquisa diz que a maioria das agências de adoção aceitam casais gays* Retirado em: 31/10/2003, do site <http://glspalnet.terra.com.br/cgi-bin/veiwnew.cgi?category>
- Brasil (1916) Código Civil. São Paulo (SP):.Editora Saraiva.
- Brasil (1957) Lei 3.133 Alterações no Código Civil. São Paulo (SP):.Editora Saraiva.
- Brasil (1965) Lei 4655. São Paulo (SP): Editora Saraiva
- Brasil (1979) Lei 6.697. São Paulo (SP): Editora Saraiva.
- Brasil (1990) Estatuto da criança e do adolescente. Lei Federal 8.069/1999, Goiânia: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- Brasil (1995) Projeto de Lei nº 1.151/95 – Ex. Dep. Mara Suplicy (PT)
- Byrne, D. & Wong, T. J. (1962) Racial prejudice, interpersonal attraction and assumed dissimilarity of attitudes. *Journal of Abnormal & Social Psychology*, 65, 246-253.
- Brewer, M.B. (1979). In-group bias in the minimal intergroup situation: A cognitive-motivational analysis. *Psychological Bulletin*, 86, 307-324.

- Brown, Rupert (1995) *Prejudice, it's social psychology*. Blackwell. Oxford.UK & Cambridge. USA.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: uma análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Perfil Revista de Psicologia*,13, 49-69.
- Camino, L., Silva, P., Machado, P. & Pereira, C. (2001) A face oculta do preconceito no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Carvalho, S.R. & Ferreira, M. R. (2000). *1º Guia de adoção de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo-SP.
- Chauí, M. (1991) *Repressão Sexual. Essa nossa (des) conhecida*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense.
- Conselho Federal de Psicologia (1999) Resolução 001/1999. *Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual*. Brasília : CFP.
- Costa, F.J. (1999).*A Face e o Verso - Estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo (SP): Escuta.
- Costa, M.J.T. (1998) *Adoção transnacional um estudo sociojurídico e comparativo da legislação atual*. Belo Horizonte (MG): Editora Del Rey .
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, A., Bria D. & Michael, B. (1999) Psychologist's attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30, 304-401.
- Crochik, J. (2001) Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito. *Revista Psicologia Política*, 1, 67-99.

- Darde, W.S. (1999), *União entre pessoas do mesmo sexo. Projeto de Parceria Civil retratado na imprensa*. Monografia apresentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social. Porto Alegre -RS.
- Davis. C. (1981) Psicologia do Desenvolvimento: teorias dos desenvolvimento conceitos fundamentais. Em C. R Rappaport (org.) *Psicologia do Desenvolvimento*. (pp.176-89). São Paulo (SP): E.P.U.
- Dias, M.B. (2001) *União Homossexual. O preconceito e a justiça*. (2ª ed). Porto Alegre (RS): Livraria do Advogado.
- Doise, W. (1984) Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R. M. Farr e S. Moscovici (eds), *Social representations*. Londres: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1986) Les representations sociales: définition d'un concept. In W. Doise & A Pallmonari (orgs). *L' etude des représentations sociales*. Paris : Delachaux e Niestlé
- Doise, W. (2002) Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993) *The quantitative analyses representations*. Hemple Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O. & Sears R. (1939) *Frustration and aggression*. New Haven: Yale University Press.
- Elias. J.R. (1994) *Comentários ao estatuto da criança e do adolescente* (Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990). São Paulo (SP):Editora Saraiva.
- Ebrahim.G.S (2001) Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia Reflexão e Critica*, 14, 73-80.

Flaks, D., Ficher F. & Masterpasqua, F. J. G. (1995) Lesbian Choosing Motherhood: A comparative study of Lesbian and heterosexual parents and a their children. *Developmental Psychology* 31, 105-114.

Feres-Carneiro, T. (1997) A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia e Reflexão e Crítica*, 10, (2), 351-368.

Figueirêdo, B.C.L. (2003) *Adoção para Homossexuais*. Curitiba (PR): Editora Juruá.

Fonseca, C. (1995) *Caminhos da Adoção*. São Paulo (SP): Editora Cortez.

Freud, S. (1924) A dissolução do complexo de Édipo (1924). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Eletrônica Brasileira.

Freud, S. (1901-1905) Três ensaios sobre a sexualidade. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1931) A Sexualidade Feminina. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Eletrônica Brasileira.

Freud, S. (1948) Observaciones Psicoanalíticas sobre um caso de Paranóia. (Dementia Paranoides) Autobiograficamente Descrito. *Obras Completas*. Buenos Aires: Editora Nueva.

Gobbo, E. (2000) Adoção por casais homossexuais. *Revista Consulex*. 47. São Paulo.

Goldestein, H.J. (1983) *Psicologia Social*. (J. L. Muerer, trad.). Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Dois .

- Golombok, S. & Tasker, F. (1996) Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian familiars. *Developmental Psychology*, 32, 03-11.
- Gurr, T.R. (1970) . *Why men rebel*. Princeton, N.L.: Princeton University Press.
- Hadock, G., Zanna, M. Esses, V. (1993) Assessing the Structure of Prejudicial Attitudes: the case of attitudes toward homosexual. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65 (6), 105-118
- Herek, G.M. (1988) Heterosexuals' attitudes toward lesbians and men: Correlates and gender differences, *The Journal of Sex Research*, 25, 451-477.
- Hovland, C.I. & Sears, R. (1940) Minor studies of aggression: Correlation of Lynchings Whith Economic Indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (1990). Relatório Técnico. São Paulo, SP.
- Jones (1972) *Prejudice and Racism*, Reading. M A Addison, Wesley.
- Juizado da Infância e Juventude do Estado de Goiás (2003). *Procedimentos para adoção de crianças*.Retirado no dia 21/10/2003, do site <http://www.jij-go.gov.br>
- Katz,I., Wackenhut, J., & Hass, R. G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J.F. Dovidio, & S.L. Gaertner (eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp.35-59). Nova Iorque :Academic Press.
- Lacerda, M. Pereira, C. & Camino, L (2002) Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectivas da representações sociais . *Psicologia Reflexão e Critica*,15 (1), 165-178.

- Lacerda, M. (2001) *A representação social da homossexualidade: o que pensam os estudantes universitários?*. Dissertação defendida pela Universidade Federal da Paraíba no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
- Likert, R. (1970). The technique for the measurement of attitudes. In G. F. Summers (Org.), *Attitude measurement*, (pp. 149-158). London: Kershaw.
- Lima, M. E. (2002) *Normas sociais e racismo: efeitos dos individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado defendida pelo Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa. Lisboa.
- Lisboa, M.S. (1996) *Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente (doutrina e jurisprudência)*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Forense.
- McCononahay e Hought (1976) Symbolic racism. *Journal of Social Issues*. 32, 23-45.
- Merton, R. K. (1957) *Social theory and social structure*. Glencoe II: Free Pace.
- Mettens e Pettigrew (1999). Será o racismo sutil mesmo racismo? (D. Lopes, trad.) Em J. Vala (org) *Novos Racismo Perspectivas Comparativas*, (pp. 11-29). Portugal: Celta Editora.
- Monteiro, M. B. (1996). Conflito e Cooperação nas Relações Intergrupais Em .J. Vala, & M. B. Monteiro. *Psicologia Social*. (3<sup>a</sup>. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Monteiro, M.B. e Castro, P. ( 1999) *Cada cabeça sua sentença*. Portugal: Celta Editora.
- Mott, L (2002) *Relatório do Grupo Gay da Bahia*, nº22. Salvador (BA): Editora Grupo Gay da Bahia.

- Mott, L. (2003) *Homossexualidade : Mitos e Verdades*. Salvador (BA): Editora Grupo Gay da Bahia.
- Mott, Luiz & Cerqueira, Marcelo (2001), *Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil, 2000*. Salvador (BA): Editora Grupo Gay da Bahia.
- Moscovici, S. (1978). *A representação da psicanálise*. (Á. Cabral, trad.) Rio de Janeiro (RJ): Zahar . (Original publicado em 1961).
- Myers, D. G. (2000) *Psicologia Social*. Rio de Janeiro (RJ): LTC Editora.
- Nader, M.B. (1997). *Mulher : Do destino biológico ao destino social*. Vitória (ES): EDUFES.
- Newcomb, T. M. (1956) The prediction of interpersonal attraction. *American Psychologist*, 11, 575-587.
- Nogueira, P. L. (1988) *Adoção e procedimento Judicial*. São Paulo (SP): Editora Saraiva.
- Pereira, C. & Soares, A. (2003) Reflexões acerca da Perspectiva das Representações Sociais. *Revista Estudos*, 30 (1), 61-83.
- Pettigrew, T.F. (1958) Personality and social cultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42.
- Pettigrew, T.F., & Meertens R.W. (1995) Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476.
- Piaget, J. (1962) The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. In *Bulletin of the Menninger clinic*, 26 (3).

Picazio, C. (1998) *Diferentes desejos: Adolescentes homo, bi e heterossexuais*. São Paulo (SP): Summus.

Poeschl, G.(2003) Representações das diferenças entre os sexos, práticas familiares e relações entre homens e mulheres. *Revista Estudos*, 30 (1), 31-49.

Rappaport, C. R. (1981) Psicologia do Desenvolvimento: a infância inicial o bebê e sua mãe. Em C. R Rappaport (coord) *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo (SP): E.P.U.

Relatório do Grupo Gay da Bahia, (28.02.02). *Em comemoração ao aniversário do grupo gay da Bahia*. nº22. Salvador (BA): Editora do Grupo Gay da Bahia.

Relatório do Vaticano (2003). *Considerações a sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*. Elaborado por Joseph Card Ratzinger e Ângelo Amato. Retirado em 15/08/2003 do site: <http://glsplanet.terra.com.Br/artigoraro/vaticano.shtml>

Ribeiro, I. & Ribeiro, A.C.T (1994) *Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise*. Rio de Janeiro (RJ): Centro João XXIII.

Rodrigues, A., Assmar, E.M. L., & Jablonski, B. (1999). Preconceito, estereótipos e discriminação. Em A. Rodrigues, E.M.L. Assmar, & B. Jablonski (orgs). *Psicologia social*, (pp. 147-176). Petrópolis (RJ): Editora Vozes.

Rokeach (1960). *The open and closed mind*. Nova Iorque: Basic Books.

Rokeach, M., Smith, P. W., & Evans, R. I. (1960). Two kinds of prejudice or one ? In M. Rokeach, *The open closed mind*. Nova Iorque: Basic Books.

Runciman, W.G. (1966). *Relative Deprivation and Social Justice*. Berkeley (CA): University of California Press.

- Sá, C. P. (1995) Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em M.J. Spink (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social*, (pp.19-45). São Paulo (SP): Editora Brasiliense.
- Sá, C.P. (2002) *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.
- Santos, L.S. (s.d) *Adoção: da maternidade à maternagem: Uma crítica ao mito do amor materno*. Doutoranda em Ciências Sociais pela Puc-SP.
- Sherif, M. (1966). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Sherif, M. & Sherif, C. W. (1969) *Social psychology*. Nova Iorque: Harper e Row.
- Sherif, M., Harvey, D. J., White, B. J., Hood, W.R. & Sherif, C.W. (1961). *Intergroup cooperation and competition: The robbers cave experiment*. Norman: University Book Exchange.
- Spencer, Colin (1999). *Homossexualidade: uma história*., Tradução de Rubem Mauro Machado. (2 ed.) Rio de Janeiro (RJ): Editora Record.
- Tajfel, H. (1957) Value and Perceptual judgment of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.
- Tajfel, H. (1972). Experiments in a vacuum. In J. Israel & H.Tajfel (eds.), *The context of Social Psychology: A critical assessment*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982) *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. & Bundy, R. (1971) Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.

- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, E.S. Worchel (eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*. Monterey, CA: Brooks / Cole.
- Torres, A., Barros, T. & Nascimento, L. (1998). Análise da Diferenciação Intergrupar: desenvolvimento de um modelo de análise. *Anais do VII Fórum de Pesquisa da UCG*. Goiânia, 5-9 de outubro.
- Torres, A., Vianna, C., Ribeiro, E., Falcão, L., Nascimento, L., Brito, S. & Barros, T. (2000). Preconceito Sutil: Causas e Conseqüências. Relatório Interno. *Mestrado em Psicologia. UCG*.
- Torres, A., Vianna, C., Ribeiro, E., Falcão, L., & Barros, T. (2000). Identidade Social e Ações Coletivas: o caso da greve de caminhoneiros. *Anais do IX Encontro de Iniciação Científica*. Campos Grande-MS, 4-6 de dezembro.
- Vala, J. (2000) Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. Em J. Vala & M. Monteiro (orgs), *Psicologia Social* (pp. 547-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (julho de 1997). Racismo, identidades sociais e representações sobre a estrutura social. Comunicação apresentada no Simpósio “A Identidade Social: Abordagens na perspectiva Psicossociológica” no XXVI Congresso Interamericano de psicologia. São Paulo –SP.
- Vala, J. Brito, R. & Lopes, D. (1998) *Expressões do Racismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões do racismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Veja (23 de junho de 2003). *Gays. A vida fora do armário*. Editora Abril. Edição 1808, ano 66, nº25.

- Walker, I. & Mann, L. (1987). Unemployment, relative deprivation and social protest. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 13, 275-283.
- Walker, I. & Pettigrew, T. F. (1984) Relative deprivation theory: An overview and conceptual critique. *British Journal of Social Psychology*, 23, 301-310.
- Ward, J. H. (1963). Hierarchical grouping to optimize an objective function. *Journal of American Association*, 58, 236-244.
- Weber, L.N.D. (1996) Filhos Adotivos. *XXVI Congrès International de Psychologie*. Montreal, Canadá.
- Weber, L.N.D. (2001) *Pais e Filhos por adoção no Brasil*. Curitiba (PR): Editora Juruá.
- Wiley, M.G.(1995) Sex category and gender in a social psychology. In K.S. Cook; J.S. House (eds). *Sociological perspectives on social psychology* (pp. 362-386).
- Whitley, E. B.(1990) The relations of heterosexuals' attributions for the causes of homosexuality to attitudes toward lesbian and gay men. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, 369-377.
- Witter, G. P., Gatti, A. L., Campos, D.C., & Vargas, M.M. (1993) Estudo exploratório sobre opiniões e motivações acerca da adoção. *Estudos de Psicologia – Revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP*, 10, 63-79.
- Woodward, K. (2000) Identidade e Diferença: Uma Introdução teórica e conceitual Em T. Silva (org.), *Identidade e Diferença. A perspectiva de estudos Culturais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.



## Universidade Católica de Goiás

### Núcleo De Estudos Psicossociológicos Grupo de Pesquisas em Processos Grupais e Intergrupais

Fazemos parte do Grupo de Pesquisas em Processos Grupais (GPPG) da UCG que está realizando uma série de pesquisas sobre o que as pessoas pensam a respeito de fenômenos sociais. A sua colaboração respondendo com sinceridade todas as questões é fundamental para o bom desenvolvimento dessas pesquisas. Por favor, colabore conosco respondendo todos os itens deste questionário. Você não deve se identificar, pois o nosso interesse é conhecer o que as pessoas pensam, enquanto um grupo, sobre os temas que estão neste questionário. Lembre-se que não há respostas erradas, todas as suas respostas são corretas.

Nós estamos utilizando o termo CASAL para definir a união de duas pessoas do mesmo sexo. Assim, quando nos referimos a casal homossexual estamos nos referindo tanto a gays quanto a lésbicas.

Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.	Discordo Totalmente		Discordo Muito		Discordo		Indeciso		Concordo		Concordo Muito		Concordo Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
01 – Uma criança criada por gays terá problemas psíquicos no futuro pela falta da figura materna.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
02 – As crianças adotadas por um casal homossexual (masculino ou feminino) certamente irão apresentar personalidades desajustadas.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
03 – Se uma criança recebe amor e atenção, o fato de ser criada por homossexuais não influenciará seu desenvolvimento.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
04 – Uma criança adotada por um casal homossexual aprenderá essa imagem de família e se tornará homossexual no futuro.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
05 – Uma criança adotada por lésbicas receberá muito mais carinho do que uma criada por dois homens.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
06 – É melhor que uma criança permaneça numa instituição aguardando um casal heterossexual do que ser adotada por homossexuais.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
07 – Uma criança adotada por homossexuais irá desenvolver a capacidade de aceitar sua família e se desenvolver normalmente.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
08 – Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de referência masculina em casa.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
09 – Para que uma criança possa se desenvolver é essencial que seja educado por um homem e uma mulher adaptados e estáveis emocionalmente.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
10 – Um casal de gays pode suprir o amor materno de tal forma que a criança se sinta amada e respeitada.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7

Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.	Discordo Totalmente		Discordo Muito		Discordo		Indeciso		Concordo		Concordo Muito		Concordo Totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
11 – Na criação de filhos o amor é mais importante que a opção sexual dos pais.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
12 – Uma criança criada por gays homens apresentará várias inseguranças e patologias psicológicas pela falta de figura materna.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
13 – Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas, a criança irá se desenvolver normalmente	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
14 – Uma criança adotada por lésbicas no futuro terá medo de homens.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
15 – Uma criança pode ser adotada por homossexuais e não apresentar comportamentos homossexuais.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
16 – As crianças criadas por homossexuais são tão ajustadas como as criadas por heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
17– Um casal homossexual (masculino ou feminino) não ensinará para uma criança os valores morais que a sociedade exige.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
18 – Um menino criado por um casal de gays homens terá medo de mulheres no futuro	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
19 – Num lar composto por homossexuais onde existe muito dialogo, a criança adotada não guardará traumas da infância.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
20 – Uma criança educada com os valores morais numa família homossexual será um adulto adaptado socialmente.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
21 – O problema de uma criança adotada por homossexuais é que outras crianças a humilharão.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
22- Casais homossexuais têm condições emocionais de oferecerem lares dignos para crianças.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
23 - Num lar composto por homossexuais, onde são respeitados os direitos da criança, no futuro ela terá direito de optar o sexo do seu parceiro.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
24– Os filhos apreendem observando os comportamentos dos pais e uma criança educada por homossexuais (masculino ou feminino) irá desenvolver comportamentos diferentes das criadas por um homem e uma mulher.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
25 – Uma criança adotada por gays ou lésbicas aprenderá que a homossexualidade é algo natural e terá comportamentos homossexuais desde pequena.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
26-Os estímulos oferecidos para uma criança se desenvolver num lar composto por homossexuais são iguais de um lar formado por heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
27 – Uma criança adotada por gays ou lésbicas poderá ser abusada sexualmente por eles.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
28– Um criança educada com valores morais numa família homossexual será um adulto normal.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
29 – Os vizinhos não deixarão os filhos brincarem com uma criança proveniente de um lar	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7

formado por um casal homossexual.							
<b>Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.</b>	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
30 – Num lar é importante os ensinamentos religiosos independente de ser composto por homossexuais ou heterossexuais.	1	2	3	4	5	6	7
31 – Devido os homossexuais serem mais promíscuos, uma criança adotada por gays ou lésbicas futuramente será promiscua.	1	2	3	4	5	6	7
32 - Um jovem adotado ao chegar na adolescência irá questionar a opção sexual dos adotantes (gays ou lésbicas) e provavelmente se tornará um delinqüente.	1	2	3	4	5	6	7
33 - Uma criança adotada por dois homens sofrerá mais traumas psicológicos do que uma adotada por lésbicas	1	2	3	4	5	6	7
34 - A sociedade em geral irá discriminar uma criança adotada por homossexuais (gays ou lésbicas)	1	2	3	4	5	6	7
35- O apoio material é essencial na criação de filhos, assim se casal gay tiver boas condições financeiras irá suprir a falta de uma mãe e de um pai.	1	2	3	4	5	6	7
36 – Uma casal de gays e lésbicas bem adaptados tem mais condições de adotar uma criança do que uma casal formado por um homem e uma mulher desajustados.	1	2	3	4	5	6	7
37 – Um casal homossexual não tem condições de oferecer os valores morais que a sociedade exige.	1	2	3	4	5	6	7

<b>Gostaríamos de saber seu grau de concordância sobre cada uma das afirmações abaixo sobre a homossexualidade. Por favor, circule o número que melhor expressa sua opinião, quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.</b>	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
01 – As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunção hormonais.	1	2	3	4	5	6	7
02 – As causa da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito.	1	2	3	4	5	6	7
03 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa	1	2	3	4	5	6	7
04 – As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade.	1	2	3	4	5	6	7
05 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter.	1	2	3	4	5	6	7
06 – As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância.	1	2	3	4	5	6	7

Gostaríamos de saber seu grau de concordância sobre cada uma das afirmações abaixo sobre a homossexualidade. Por favor, circule o número que melhor expressa sua opinião, quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.							
	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
07 – As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários.	1	2	3	4	5	6	7
08 – As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus.	1	2	3	4	5	6	7
09– As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica pois a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer.	1	2	3	4	5	6	7
10 – As causas da homossexualidade estão relacionadas às situações traumáticas vividas na primeira infância.	1	2	3	4	5	6	7
11 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito.	1	2	3	4	5	6	7
12- As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas de má formação no período da gestação.	1	2	3	4	5	6	7
13- As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.	1	2	3	4	5	6	7
14 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual.	1	2	3	4	5	6	7
15 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com a figuras parentais.	1	2	3	4	5	6	7

Qual é o seu sexo:  Masculino  Feminino;

Qual é a sua idade: \_\_\_\_\_; Seu curso: \_\_\_\_\_

Estado civil:  Solteiro  Casado  Divorciado  Outros

Sua Religião:  Sem Religião;  Católica;  Evangélica;  Espírita;  Outra.

Caso você tenha uma religião, indique a frequência com que você participa das celebrações dessa religião (ir a cultos/ missas, participa de encontros religiosos etc.)

Nunca Participa  Pouco  As vezes  Muito  Sempre



**Universidade Católica de Goiás**  
**Núcleo De Estudos Psicossociológicos**  
Grupo de Pesquisas em Processos Grupais e Intergrupais

Fazemos parte do Grupo de Pesquisas em Processos Grupais (GPPG) da UCG que está realizando uma série de pesquisas sobre o que as pessoas pensam a respeito de fenômenos sociais. A sua colaboração respondendo com sinceridade todas as questões é fundamental para o bom desenvolvimento dessas pesquisas. Por favor, colabore conosco respondendo todos os itens deste questionário. Você não deve se identificar, pois o nosso interesse é conhecer o que as pessoas pensam, enquanto um grupo, sobre o tema que está neste questionário. Lembre-se que não há respostas erradas, todas as suas respostas são corretas.

*Muito obrigada pela sua colaboração.*

Você é a favor de uma legislação que reconheça o casamento entre homossexuais (gays ou lésbicas)?

Sim ( )

Não ( )

**Por que?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Religião:** ( ) católica ( ) evangélica ( ) espírita ( ) outra

**Curso:** \_\_\_\_\_



**Universidade Católica de Goiás**  
**Núcleo De Estudos Psicossociológicos**  
**Grupo de Pesquisas em Processos Grupais e Intergrupais**

Fazemos parte do Grupo de Pesquisas em Processos Grupais (GPPG) da UCG que está realizando uma série de pesquisas sobre o que as pessoas pensam a respeito de fenômenos sociais. A sua colaboração respondendo com sinceridade todas as questões é fundamental para o bom desenvolvimento dessas pesquisas. Por favor, colabore conosco respondendo todos os itens deste questionário. Você não deve se identificar, pois o nosso interesse é conhecer o que as pessoas pensam, enquanto um grupo, sobre os temas que estão neste questionário. Lembre-se que não há respostas erradas, todas as suas respostas são corretas.

**Nós estamos utilizando os termos CASAL ou CASAMENTO para definir a união de duas pessoas do mesmo sexo. Assim, quando nos referimos a casal homossexual estamos nos referindo tanto a gays quanto a lésbicas.**

Qual é o seu sexo:  Masculino  Feminino;

Qual é a sua idade: \_\_\_\_\_; Seu curso: \_\_\_\_\_

Estado civil:  Solteiro  Casado  Divorciado  Outros

Sua Religião:

Sem Religião;  Católica;  Evangélica;  Espírita;  Outra Qual ?

\_\_\_\_\_

Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.						
	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito
01 – Uma criança criada por gays terá problemas psíquicos no futuro pela falta da figura materna.	1	2	3	4	5	6
02 – As crianças adotadas por um casal homossexual (masculino ou feminino) certamente irão apresentar personalidades desajustadas.	1	2	3	4	5	6
03 – Se uma criança recebe amor e atenção, o fato de ser criada por homossexuais não influenciará seu desenvolvimento.	1	2	3	4	5	6
04 – Uma criança adotada por um casal homossexual aprenderá essa imagem de família e se tornará homossexual no futuro.	1	2	3	4	5	6
05 – É melhor que uma criança permaneça numa instituição aguardando um casal heterossexual do que ser adotada por homossexuais.	1	2	3	4	5	6
06 – Uma criança adotada por homossexuais irá desenvolver a capacidade de aceitar sua família e se desenvolver normalmente.	1	2	3	4	5	6
07 – Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de referência masculina em casa.	1	2	3	4	5	6
08 – Para que uma criança possa se desenvolver é essencial que seja educado por um homem e uma mulher adaptados e estáveis emocionalmente.	1	2	3	4	5	6
09 – Um casal de gays pode suprir o amor materno de tal forma que a criança se sinta amada e respeitada.	1	2	3	4	5	6
10 – Na criação de filhos o amor é mais importante que a opção sexual dos pais.	1	2	3	4	5	6
11 – Uma criança criada por gays homens apresentará várias inseguranças e patologias psicológicas pela falta de figura materna.	1	2	3	4	5	6
12 – Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas, a criança irá se desenvolver normalmente	1	2	3	4	5	6
13 – Uma criança adotada por lésbicas no futuro terá medo de homens.	1	2	3	4	5	6
14 – Uma criança pode ser adotada por homossexuais e não apresentar comportamentos homossexuais.	1	2	3	4	5	6
15 – As crianças criadas por homossexuais são tão ajustadas como as criadas por heterossexuais.	1	2	3	4	5	6
16 – Um casal homossexual (masculino ou feminino) não ensinará para uma criança os valores morais que a sociedade exige.	1	2	3	4	5	6

Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.						
	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito
17 – Um menino criado por um casal de gays homens terá medo de mulheres no futuro	1	2	3	4	5	6
18 – Num lar composto por homossexuais onde existe muito dialogo, a criança adotada não guardará traumas da infância.	1	2	3	4	5	6
19 – Uma criança educada com os valores morais numa família homossexual será um adulto adaptado socialmente.	1	2	3	4	5	6
20- Casais homossexuais têm condições emocionais de oferecerem lares dignos para crianças.	1	2	3	4	5	6
21 - Num lar composto por homossexuais, onde são respeitados os direitos da criança, no futuro ela terá direito de optar o sexo do seu parceiro.	1	2	3	4	5	6
22– Os filhos apreendem observando os comportamentos dos pais e uma criança educada por homossexuais (masculino ou feminino) irá desenvolver comportamentos diferentes das criadas por um homem e uma mulher.	1	2	3	4	5	6
23 – Uma criança adotada por gays ou lésbicas aprenderá que a homossexualidade é algo natural e terá comportamentos homossexuais desde pequena.	1	2	3	4	5	6
24-Os estímulos oferecidos para uma criança se desenvolver num lar composto por homossexuais são iguais de um lar formado por heterossexuais.	1	2	3	4	5	6
25 – Uma criança adotada por gays ou lésbicas poderá ser abusada sexualmente por eles.	1	2	3	4	5	6
26– Um criança educada com valores morais numa família homossexual será um adulto normal.	1	2	3	4	5	6
27 – Devido os homossexuais serem mais promíscuos, uma criança adotada por gays ou lésbicas futuramente será promiscua.	1	2	3	4	5	6
28 - Um jovem adotado por homossexuais ao chegar na adolescência irá questionar a opção sexual dos adotantes (gays ou lésbicas) e provavelmente se tornará um delinqüente.	1	2	3	4	5	6
29 - Uma criança adotada por dois homens sofrerá mais traumas psicológicos do que uma adotada por lésbicas	1	2	3	4	5	6
30 – Uma casal de gays ou lésbicas bem adaptados tem mais condições de adotar uma criança do que uma casal formado por um homem e uma mulher desajustados.	1	2	3	4	5	6

<b>Gostaríamos de saber seu grau de concordância sobre cada uma das afirmações abaixo sobre a homossexualidade. Por favor, circule o número que melhor expressa sua opinião, quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.</b>	Discordo	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito
01 – As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunção hormonais.	1	2	3	4	5	6
02 – As causa da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito.	1	2	3	4	5	6
03 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa	1	2	3	4	5	6
04 – As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade.	1	2	3	4	5	6
05 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter.	1	2	3	4	5	6
06 – As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância.	1	2	3	4	5	6
07 – As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários.	1	2	3	4	5	6
08 – As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus.	1	2	3	4	5	6
09– As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica pois a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer.	1	2	3	4	5	6
10 – As causas da homossexualidade estão relacionadas às situações traumáticas vividas na primeira infância.	1	2	3	4	5	6
11 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito.	1	2	3	4	5	6
12- As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas de má formação no período da gestação.	1	2	3	4	5	6
13- As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.	1	2	3	4	5	6
14 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual.	1	2	3	4	5	6
15 – As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com a figuras parentais.	1	2	3	4	5	6
<b>Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo 1 a nota que indica a sua discordância total e 7 a nota que indica a sua concordância total.</b>	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Muito
01 – A pessoa tem o direito de escolher o sexo do parceiro que deseja se casar.	1	2	3	4	5	6

02 – O casamento homossexual (gays ou lésbicas) é um pecado segundo as leis de Deus.	1	2	3	4	5	6
03 - Os políticos devem legalizar as leis do casamento homossexual (gays ou lésbicas).	1	2	3	4	5	6
04 - Num casamento o que importa é a felicidade do casal.	1	2	3	4	5	6
05 – Um casamento homossexual é anormal, pois os homossexuais (gays ou lésbicas) são doentes.	1	2	3	4	5	6
06 – O amor é fundamental para o casamento entre heterossexuais ou homossexuais.	1	2	3	4	5	6
07 – A sociedade em geral irá discriminar o casamento homossexual.	1	2	3	4	5	6
08 – O casamento homossexual fere os valores da família tradicional.	1	2	3	4	5	6
09 – É necessário que se formulem leis que protejam a união homossexual	1	2	3	4	5	6
10 – Os homossexuais devem procurar tratamento em vez de casarem.	1	2	3	4	5	6
11 – Deus não aceitaria o casamento entre pessoas do mesmo sexo.	1	2	3	4	5	6
12 - Os homossexuais devem ter direito a pensão e herança nas relações estáveis	1	2	3	4	5	6
13 – Aceitar o casamento homossexual é banalizar um desvio orgânico.	1	2	3	4	5	6
14 – Os homossexuais podem se casar pois todos somos filhos de Deus.	1	2	3	4	5	6
15 – O Brasil não deve legalizar a união homossexual pois este tipo de união não é uma família.	1	2	3	4	5	6
16 - Se duas pessoas se amam elas têm o direito de casarem independente do sexo.	1	2	3	4	5	6
17 - O direito à pensão e a herança de um casal homossexual deve ser igual a um casal heterossexual.	1	2	3	4	5	6
18 - A pessoa tem o direito de escolher o sexo do parceiro que deseja se casar.	1	2	3	4	5	6
19 - O casamento homossexual vai contra o ideal de família, pois não pode gerar filhos.	1	2	3	4	5	6
20 – Os homossexuais devem ter os mesmos direitos que um casal heterossexual.	1	2	3	4	5	6
21 – Os homossexuais podem se casar desde não se abracem em praça pública.	1	2	3	4	5	6
22 – Se duas pessoas independente do sexo moram juntas , elas não precisam se casar.	1	2	3	4	5	6
23 – Deus aceitaria o casamento homossexual, pois alma não tem sexo.	1	2	3	4	5	6

<b>Responda o quanto você se sente ou se sentiria constrangido nas seguintes situações. Circule o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais você se sentiria constrangido com a situação.</b>	Nada Constrangido	Pouquíssimo Constrangido	Pouco Constrangido	Moderadamente	Constrangido	Muito Constrangido
01 – Ter um amigo homossexual assumido.	1	2	3	4	5	6
02 – Ter um homossexual como seu colega de trabalho.	1	2	3	4	5	6
03 – Ter um homossexual, com as competência adequadas, como chefe.	1	2	3	4	5	6
04 – Ver casais homossexuais namorando.	1	2	3	4	5	6
05 – Ter um filho (a) homossexual.	1	2	3	4	5	6
06 – Se um filho (a) seu tivesse amizades com homossexuais.	1	2	3	4	5	6
07 – Morar com homossexuais assumidos.	1	2	3	4	5	6
<b>Com que frequência você sente as seguintes emoções com relação a homossexuais? Circule o número correspondente ao quanto você sente cada emoção. Quanto maior for o número, mais frequente é a emoção.</b>	Nunca	Raramente	Poucas Vezes	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Frequentemente
01 – Admiração	1	2	3	4	5	6
02 – Tristeza	1	2	3	4	5	6
03 – Pena	1	2	3	4	5	6
04 – Nojo	1	2	3	4	5	6
05 – Raiva.	1	2	3	4	5	6
06 – Desprezo	1	2	3	4	5	6
07 – Satisfação	1	2	3	4	5	6
08 – Carinho	1	2	3	4	5	6
09 – Respeito	1	2	3	4	5	6
10 – Felicidade	1	2	3	4	5	6

*Muito obrigada pela sua colaboração.*